

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	22
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	115
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	117
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	118
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	119
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.020.000.000
Preferenciais	0
Total	2.020.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	11.217.531	11.660.096
1.01	Ativo Circulante	2.096.435	3.732.963
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	841.502	2.341.502
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.129.976	1.183.878
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.129.976	1.183.878
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	2.083	20.112
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	1.127.893	1.163.766
1.01.03	Contas a Receber	18.511	17.755
1.01.03.01	Clientes	18.511	17.755
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	18.511	17.755
1.01.06	Tributos a Recuperar	77.762	111.736
1.01.07	Despesas Antecipadas	832	837
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	27.852	77.255
1.01.08.03	Outros	27.852	77.255
1.01.08.03.01	Outros Créditos	1.683	941
1.01.08.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	26.037	76.130
1.01.08.03.03	Adiantamentos a Fornecedores	132	184
1.02	Ativo Não Circulante	9.121.096	7.927.133
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.364.574	1.294.716
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.299.703	1.210.707
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	64.871	84.009
1.02.01.10.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	0	32.156
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	64.763	51.749
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais e Outros	108	104
1.02.02	Investimentos	7.710.803	6.587.619
1.02.02.01	Participações Societárias	7.710.803	6.587.619
1.02.03	Imobilizado	23.421	19.454
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.863	8.814
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	15.558	10.640
1.02.04	Intangível	22.298	25.344

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	11.217.531	11.660.096
2.01	Passivo Circulante	69.427	823.549
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.159	40.469
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.845	6.891
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	27.314	33.578
2.01.02	Fornecedores	2.152	4.260
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.152	4.260
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.401	28.466
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.089	28.175
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Parcelados	18.066	17.509
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições a Recolher	2.023	10.666
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	312	291
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	312	291
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.802	436.804
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	15.906
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	15.906
2.01.04.02	Debêntures	13.802	420.898
2.01.05	Outras Obrigações	1.913	313.550
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	207	378
2.01.05.02	Outros	1.706	313.172
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	325	300.158
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.381	1.394
2.01.05.02.05	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	0	11.620
2.02	Passivo Não Circulante	2.163.475	2.670.716
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.997.818	2.480.682
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	389.865
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	389.865
2.02.01.02	Debêntures	1.997.818	2.090.817
2.02.02	Outras Obrigações	6.192	6.825
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.916	1.916
2.02.02.02	Outros	4.276	4.909
2.02.03	Tributos Diferidos	159.323	183.078
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	159.323	183.078
2.02.04	Provisões	142	131
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63	60
2.02.04.02	Outras Provisões	79	71
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	79	71
2.03	Patrimônio Líquido	8.984.629	8.165.831
2.03.01	Capital Social Realizado	6.022.942	6.023.198
2.03.02	Reservas de Capital	13.992	13.992
2.03.02.07	Ágio em transação de capital	13.992	13.992
2.03.04	Reservas de Lucros	1.709.804	1.809.981
2.03.04.01	Reserva Legal	500.665	500.665
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.209.139	1.209.139
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	100.177
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	721.368	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	516.523	318.660

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	23.057	45.200	21.162	42.489
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.630	-15.843	-7.024	-13.439
3.02.02	Serviços	-283	-631	-142	-236
3.02.04	Depreciação e Amortização	-255	-508	-228	-442
3.02.05	Custo com Pessoal	-7.974	-14.351	-6.519	-12.482
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-7	-18	-14	-34
3.02.08	Outros	-111	-335	-121	-245
3.03	Resultado Bruto	14.427	29.357	14.138	29.050
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	237.338	654.228	811.554	1.094.672
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-75.968	-110.700	-58.138	-93.742
3.04.02.01	Serviços	-25.567	-29.946	-6.811	-14.370
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-2.857	-5.889	-3.393	-6.832
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-42.859	-64.058	-42.475	-62.447
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-217	-405	-183	-411
3.04.02.05	Outros	-4.468	-10.402	-5.276	-9.682
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	317	634	548.468	548.699
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.494	-1.496	-712	-713
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	314.483	765.790	321.936	640.428
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	251.765	683.585	825.692	1.123.722
3.06	Resultado Financeiro	9.537	22.668	19.698	18.838
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	261.302	706.253	845.390	1.142.560
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	14.855	15.115	-179.830	-149.564
3.08.01	Corrente	11.506	-8.640	0	0
3.08.02	Diferido	3.349	23.755	-179.830	-149.564
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	276.157	721.368	665.560	992.996
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	276.157	721.368	665.560	992.996
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.99.01.01	ON	0,13671	0,35711	0,32949	0,50820
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,13671	0,35711	0,32949	0,50820

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	276.157	721.368	665.560	992.996
4.02	Outros Resultados Abrangentes	194.806	197.863	71.493	44.677
4.02.01	Ajuste patrimonial - plano de pensão	62	62	7	-1.880
4.02.02	Ajuste na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	183.586	187.147	44.279	17.067
4.02.03	Resultado de hedge de fluxo de caixa	23.494	22.599	11.870	-4.402
4.02.04	Ativação de hedge de fluxo de caixa	-7.075	-7.007	19.689	31.994
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-5.582	-5.301	-10.729	-9.381
4.02.06	Resultado de hedge de fluxo de caixa - controladas em conjunto	321	363	6.377	11.279
4.03	Resultado Abrangente do Período	470.963	919.231	737.053	1.037.673

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	487.893	-25.672
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-10.812	84.288
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	721.368	992.996
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-23.755	149.564
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	6.397	7.274
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	3	713
6.01.01.07	Variação Cambial sobre Empréstimos, Financiamentos e Derivativos	-10.152	-17.389
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária s/Debêtures, Notas Promis, Empréstimos, Financiamentos e Arrend. Mercantil	77.984	114.346
6.01.01.11	Resultado de Operações com Derivativos (fair value option e hedge accounting)	3.830	56.302
6.01.01.14	Constituição (Reversão) da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	63	6
6.01.01.15	Baixa de investimentos	1.991	0
6.01.01.16	Juros e Variação Monetária sobre Mútuo com Partes Relacionadas	-22.752	-30.944
6.01.01.17	Equivalência Patrimonial	-765.790	-640.428
6.01.01.18	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	1	0
6.01.01.19	Ganho na Remensuração da Participação da ViaQuatro	0	-511.703
6.01.01.20	Compra Vantajosa da ViaRio	0	-36.449
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	498.705	-109.960
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-13.748	1.778
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	20.960	-41.283
6.01.02.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	501.346	257.133
6.01.02.07	Adiantamento a Fornecedores	52	-196
6.01.02.08	Despesas Antecipadas e Outras	-741	-892
6.01.02.09	Fornecedores	-2.109	-1.399
6.01.02.10	Fornecedores - Partes Relacionadas	-171	111
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	-8.065	371
6.01.02.15	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-60	0
6.01.02.16	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-9.310	-6.744
6.01.02.17	Outras Contas a Pagar	-646	6.147
6.01.02.18	Aquisição de Contrato de Cessão Onerosa	0	-324.986
6.01.02.19	Cessão Onerosa - Recebimento	11.197	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-648.664	-2.018.982
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-7.321	-4.245
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	0	-233
6.02.03	Aumento de Capital em Investidas	-612.767	-450.242
6.02.04	Aquisição de Participação de 33,33% da ViaRio	0	-20.767
6.02.05	Aquisição de Participação de 15% da ViaQuatro	0	-173.162
6.02.06	Mútuos com Partes Relacionadas - Liberação	-106.388	-508.117
6.02.07	Mútuos com Partes Relacionadas - Recebimentos	206.939	0
6.02.09	Redução de Capital em Investidas	0	24.000
6.02.10	Aplicações Financeiras Líquidas de resgate	35.873	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.02.12	AFAC - Partes Relacionadas	-165.000	-886.216
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.339.229	2.413.551
6.03.01	Resgates / Aplicações (Conta Reserva)	18.029	-17.495
6.03.02	Liquidação de Operações com Derivativos	10.564	-121.531
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mercantil (Captações)	0	375.228
6.03.05	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mercantil (Pagamentos de Principal)	-874.404	-1.242.148
6.03.06	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mercantil (Pagamentos de Juros)	-93.152	-153.425
6.03.08	Mútuos com Partes Relacionadas (Pagamentos)	0	-25.125
6.03.09	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-400.010	-399.954
6.03.12	Integralização de Capital	-256	3.998.001
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.500.000	368.897
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.341.502	1.592.307
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	841.502	1.961.204

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.023.198	13.992	1.809.981	0	318.660	8.165.831
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.023.198	13.992	1.809.981	0	318.660	8.165.831
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-256	0	-100.177	0	0	-100.433
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-256	0	0	0	0	-256
5.04.06	Dividendos	0	0	-100.177	0	0	-100.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	721.368	197.863	919.231
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	721.368	0	721.368
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	197.863	197.863
5.07	Saldos Finais	6.022.942	13.992	1.709.804	721.368	516.523	8.984.629

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.025.342	13.992	1.604.493	0	272.670	3.916.497
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.025.342	13.992	1.604.493	0	272.670	3.916.497
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.998.001	0	-400.000	0	0	3.598.001
5.04.01	Aumentos de Capital	4.070.605	0	0	0	0	4.070.605
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-72.604	0	0	0	0	-72.604
5.04.06	Dividendos	0	0	-400.000	0	0	-400.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	992.996	44.677	1.037.673
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	992.996	0	992.996
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	44.677	44.677
5.07	Saldos Finais	6.023.343	13.992	1.204.493	992.996	317.347	8.552.171

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	51.576	597.177
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	51.576	48.478
7.01.02	Outras Receitas	0	548.699
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-39.932	-23.098
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-359	-535
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.573	-22.563
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.644	574.079
7.04	Retenções	-6.397	-7.274
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.397	-7.274
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.247	566.805
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	891.579	896.681
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	765.790	640.428
7.06.02	Receitas Financeiras	125.789	256.253
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	896.826	1.463.486
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	896.826	1.463.486
7.08.01	Pessoal	70.719	68.634
7.08.01.01	Remuneração Direta	63.765	62.376
7.08.01.02	Benefícios	4.671	4.348
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.179	1.787
7.08.01.04	Outros	104	123
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	372	166.125
7.08.02.01	Federais	-1.694	164.228
7.08.02.02	Estaduais	29	29
7.08.02.03	Municipais	2.037	1.868
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	104.367	235.731
7.08.03.01	Juros	101.829	233.196
7.08.03.02	Aluguéis	2.538	2.535
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	721.368	992.996
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	721.368	992.996

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	30.316.875	30.612.208
1.01	Ativo Circulante	4.866.835	6.424.592
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.466.695	2.835.226
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.812.426	1.999.777
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.812.426	1.999.777
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras (Conta Reserva)	2.083	20.170
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	1.810.343	1.979.607
1.01.03	Contas a Receber	847.209	904.611
1.01.03.01	Clientes	847.209	904.611
1.01.03.01.01	Contas a Receber	843.229	899.277
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	3.980	5.334
1.01.06	Tributos a Recuperar	121.852	180.513
1.01.07	Despesas Antecipadas	40.876	33.235
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	577.777	471.230
1.01.08.03	Outros	577.777	471.230
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	153.926	118.027
1.01.08.03.03	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	278.628	211.227
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	60.845	65.863
1.01.08.03.05	Outros Créditos	84.378	76.113
1.02	Ativo Não Circulante	25.450.040	24.187.616
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.573.516	6.478.481
1.02.01.04	Contas a Receber	1.753.394	1.697.774
1.02.01.04.01	Clientes	1.753.394	1.697.774
1.02.01.07	Tributos Diferidos	825.462	827.366
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	825.462	827.366
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	843	2.538
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	553.607	428.297
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.440.210	3.522.506
1.02.01.10.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	227.120	266.405
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	166.630	141.138
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	2.809.286	2.889.371
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	215.290	199.872
1.02.01.10.07	Adiantamento a Fornecedores	21.884	25.720
1.02.02	Investimentos	1.213.237	1.064.237
1.02.02.01	Participações Societárias	1.213.237	1.064.237
1.02.03	Imobilizado	1.066.285	1.078.470
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	908.177	920.126
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	158.108	158.344
1.02.04	Intangível	16.597.002	15.566.428
1.02.04.01	Intangíveis	16.597.002	15.566.428

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	30.316.875	30.612.208
2.01	Passivo Circulante	3.760.093	5.912.066
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	198.450	216.471
2.01.01.01	Obrigações Sociais	28.954	35.006
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	169.496	181.465
2.01.02	Fornecedores	541.060	627.883
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	406.686	444.395
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	134.374	183.488
2.01.03	Obrigações Fiscais	346.145	437.235
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	312.546	397.847
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	126.413	182.044
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	40.798	74.172
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	145.335	141.631
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.988	1.431
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	1.988	1.431
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	31.611	37.957
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	31.600	37.946
2.01.03.03.02	ISS Parcelado	11	11
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.052.211	3.514.837
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	535.237	1.068.057
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	485.806	481.157
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	49.431	586.900
2.01.04.02	Debêntures	1.516.974	2.446.780
2.01.05	Outras Obrigações	333.661	817.668
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	117.394	147.700
2.01.05.02	Outros	216.267	669.968
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	325	313.220
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	88.553	94.507
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	124.804	189.115
2.01.05.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	2.585	73.126
2.01.06	Provisões	288.566	297.972
2.01.06.02	Outras Provisões	288.566	297.972
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	288.566	297.972
2.02	Passivo Não Circulante	17.191.121	16.207.695
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.529.985	13.390.410
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.200.557	4.452.522
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.791.518	3.558.033
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	409.039	894.489
2.02.01.02	Debêntures	10.329.428	8.937.888
2.02.02	Outras Obrigações	1.705.728	1.842.270
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	44.716	47.754
2.02.02.02	Outros	1.661.012	1.794.516
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.417	9.795
2.02.02.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	1.485.422	1.503.480
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	164.173	254.037
2.02.02.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	0	27.204

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.03	Tributos Diferidos	496.305	509.194
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	496.305	509.194
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	496.303	509.194
2.02.03.01.02	Pis e Cofins Diferidos	2	0
2.02.04	Provisões	459.103	465.821
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	151.600	143.563
2.02.04.01.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	141.553	130.753
2.02.04.01.07	Impostos e Contribuições a Recolher	9.016	11.703
2.02.04.01.09	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	1.031	1.107
2.02.04.02	Outras Provisões	307.503	322.258
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	304.615	313.042
2.02.04.02.05	Provisão para Passivo a Descoberto	2.888	9.216
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.365.661	8.492.447
2.03.01	Capital Social Realizado	6.022.942	6.023.198
2.03.02	Reservas de Capital	13.992	13.992
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	13.992	13.992
2.03.04	Reservas de Lucros	1.703.657	1.803.834
2.03.04.01	Reserva Legal	500.665	500.665
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.202.992	1.202.992
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	100.177
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	724.448	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	516.523	318.660
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	384.099	332.763

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.343.624	4.742.801	2.332.021	4.735.884
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.492.867	-2.887.037	-1.390.976	-2.929.298
3.02.01	Custo de Construção	-470.837	-929.822	-489.888	-1.202.366
3.02.02	Serviços	-199.950	-387.101	-182.703	-362.195
3.02.03	Custo da Outorga	-91.932	-184.355	-91.937	-184.286
3.02.04	Depreciação e Amortização	-332.128	-626.586	-272.146	-505.680
3.02.05	Custo com Pessoal	-237.113	-442.171	-199.583	-379.229
3.02.06	Provisão de Manutenção	-45.076	-88.104	-50.143	-98.980
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-40.672	-80.137	-35.216	-69.287
3.02.08	Outros Custos	-75.159	-148.761	-69.360	-127.275
3.03	Resultado Bruto	850.757	1.855.764	941.045	1.806.586
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-196.360	-333.964	343.860	243.207
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-239.573	-415.967	-213.015	-368.002
3.04.02.01	Serviços	-65.679	-98.254	-38.988	-72.715
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-17.868	-35.579	-18.224	-35.821
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-105.904	-178.093	-104.164	-164.628
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.683	-5.686	-2.867	-5.506
3.04.02.05	Outros	-26.707	-42.859	-15.282	-30.993
3.04.02.06	Campanhas Publicitárias e Eventos, Feiras e Informativos	-9.809	-18.645	-2.738	-8.056
3.04.02.07	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	2.809	-10.798	-14.404	-21.776
3.04.02.08	Lei Rouanet, Incentivos Audiovisuais, Esportivos e Outros	-2.978	-6.469	-3.969	-6.661
3.04.02.09	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-3.163	-6.303	-2.982	-5.814
3.04.02.10	Contribuições a Sindicatos e Associações de Classe	-3.095	-5.269	-5.134	-8.679
3.04.02.11	Aluguéis de Imóveis e Condomínios	-1.448	-2.834	-1.837	-3.729
3.04.02.12	Gastos com Viagens e Estádias	-3.048	-5.178	-2.426	-3.624
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.245	9.599	552.090	554.182
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.380	-3.058	-11.822	-13.691
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.348	75.462	16.607	70.718

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	654.397	1.521.800	1.284.905	2.049.793
3.06	Resultado Financeiro	-239.981	-426.650	-271.093	-621.998
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	414.416	1.095.150	1.013.812	1.427.795
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-148.375	-384.615	-348.115	-449.303
3.08.01	Corrente	-159.286	-395.242	-189.249	-375.122
3.08.02	Diferido	10.911	10.627	-158.866	-74.181
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	266.041	710.535	665.697	978.492
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	266.041	710.535	665.697	978.492
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	277.697	724.448	667.100	996.076
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-11.656	-13.913	-1.403	-17.584
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,13747	0,35864	0,33025	0,50978
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,13747	0,35864	0,33025	0,50978

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	266.041	710.535	665.697	978.492
4.02	Outros Resultados Abrangentes	197.239	199.982	73.615	42.321
4.02.01	Ajuste patrimonial - plano de pensão	62	62	7	-1.880
4.02.02	Ajuste na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	183.586	187.147	44.279	17.067
4.02.03	Resultado de hedge de fluxo de caixa	23.494	22.599	20.842	4.570
4.02.04	Ativação de hedge de fluxo de caixa	-7.075	-7.007	19.689	31.994
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social	-5.582	-5.301	-13.780	-12.432
4.02.06	Resultado de hedge de fluxo de caixa - controladas em conjunto	321	363	-2.595	2.307
4.02.07	Ajustes na conversão de controladas no exterior - acionistas não controladores	2.433	2.119	5.173	695
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	463.280	910.517	739.312	1.020.813
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	472.503	922.311	735.542	1.037.702
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-9.223	-11.794	3.770	-16.889

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 30/06/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.473.144	1.578.953
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.883.794	1.868.484
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	710.535	978.492
6.01.01.02	Impostos Diferidos	-10.625	74.181
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	80.611	40.944
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	662.165	541.501
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	1.989	23.650
6.01.01.06	Juros, Var. Monetária e Cambial, s/Debent.,Emprest.,NotasPromissórias,Arrend.Merc. e Derivativos	704.544	833.022
6.01.01.07	Variação Monetária das Obrigações com o Poder Concedente	40.001	38.144
6.01.01.08	Capitalização de Custos de Empréstimos	-268.578	-205.446
6.01.01.09	Resultado de Operações com Derivativos (fair value option e hedge accounting)	-23.609	97.670
6.01.01.10	Constituição da Provisão de Manutenção	88.104	98.980
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	34.268	34.506
6.01.01.12	Constituição (Reversão) da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	29.883	33.538
6.01.01.13	Provisão para perda esperada - Contas a Receber	7.002	4.038
6.01.01.14	Juros e Variação Monetária sobre Mútuo com Partes Relacionadas	-17.442	-15.460
6.01.01.15	Juros sobre Impostos Parcelados	3.164	42
6.01.01.16	Ajuste a Valor Presente de Obrigações com Poder Concedente e Ativo Financeiro	-100.554	-97.922
6.01.01.17	Equivalência Patrimonial	-75.462	-70.718
6.01.01.18	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	17.798	7.474
6.01.01.19	Ganho na Remensuração da Participação da ViaQuatro	0	-511.703
6.01.01.20	Compra Vantajosa da ViaRio	0	-36.449
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-410.650	-289.531
6.01.02.01	Contas a Receber	-182.356	-378.342
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	9.128	20.143
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	52.049	-39.237
6.01.02.04	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	-67.927	-106.212
6.01.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	46.058	39.043
6.01.02.06	Recebimento de Ativo Financeiro	297.964	464.164
6.01.02.07	Despesas Antecipadas e Outras	-29.629	-102.479
6.01.02.08	Adiantamento a Fornecedores	8.854	-165.672
6.01.02.09	Fornecedores	-104.621	96.071
6.01.02.10	Fornecedores - Partes Relacionadas	2.127	-20.759
6.01.02.11	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	330.809	344.691
6.01.02.12	Pagamentos com Imposto de Renda e Contribuição Social	-427.826	-418.688
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	-140.205	-98.847
6.01.02.14	Obrigações com o Poder Concedente	-85.697	-7.701
6.01.02.15	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-19.083	-16.229
6.01.02.16	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-16.399	-21.051

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01.02.17	Outras Contas a Pagar	-83.896	121.574
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.395.417	-1.250.259
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-130.780	-112.075
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-1.354.938	-1.175.902
6.02.03	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	-7.393	166.261
6.02.04	Aumento de Capital em Investidas e Outros Movimentos de Investimentos	0	28
6.02.05	Mútuos com Partes Relacionadas - Liberação	-66.388	-50.576
6.02.06	Mútuos com Partes Relacionadas - Recebimentos	0	13.389
6.02.07	Liquidação de Operações com Derivativos	-5.182	-52.546
6.02.09	Aplicações Financeiras Líquidas de resgate	169.264	0
6.02.11	Aquisição de Participação de 33,33% da ViaRio	0	-20.767
6.02.13	Pagamento pela Compra de 15% ViaQuatro, Líquido do Caixa Adquirido	0	-18.071
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.450.288	219.727
6.03.01	Resgates / Aplicações (Conta Reserva)	18.087	-17.495
6.03.02	Liquidação de Operações com Derivativos	-53.302	-214.724
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mercantil (Captações)	3.079.362	1.097.509
6.03.05	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mercantil (Pagamentos de Principal)	-3.579.971	-3.360.384
6.03.06	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrend.Mercantil (Pagamentos de Juros)	-567.555	-936.403
6.03.07	Mútuos com Partes Relacionadas (Captações)	1.170	876
6.03.08	Mútuos com Partes Relacionadas (Pagamentos)	0	-1.079
6.03.09	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-413.072	-399.954
6.03.10	Dividendos pagos a Acionistas não Controladores	-36.288	-2.928
6.03.11	Participação dos Acionistas não Controladores	101.537	56.308
6.03.12	Integralização de Capital/(Custos na emissão de ações)	-256	3.998.001
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	4.030	26.240
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.368.531	574.661
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.835.226	2.821.220
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.466.695	3.395.881

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.023.198	13.992	1.803.834	0	318.660	8.159.684	332.763	8.492.447
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.023.198	13.992	1.803.834	0	318.660	8.159.684	332.763	8.492.447
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-256	0	-100.177	0	0	-100.433	63.130	-37.303
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	99.418	99.418
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-256	0	0	0	0	-256	0	-256
5.04.06	Dividendos	0	0	-100.177	0	0	-100.177	-36.288	-136.465
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	724.448	197.863	922.311	-11.794	910.517
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	724.448	0	724.448	-13.913	710.535
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	197.863	197.863	2.119	199.982
5.07	Saldos Finais	6.022.942	13.992	1.703.657	724.448	516.523	8.981.562	384.099	9.365.661

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.025.342	13.992	1.592.191	0	272.670	3.904.195	240.294	4.144.489
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.025.342	13.992	1.592.191	0	272.670	3.904.195	240.294	4.144.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.998.001	0	-400.000	0	0	3.598.001	131.130	3.729.131
5.04.01	Aumentos de Capital	4.070.605	0	0	0	0	4.070.605	58.664	4.129.269
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-72.604	0	0	0	0	-72.604	0	-72.604
5.04.06	Dividendos	0	0	-400.000	0	0	-400.000	-2.928	-402.928
5.04.09	Transação com sócios	0	0	0	0	0	0	75.394	75.394
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	996.076	44.677	1.040.753	-19.940	1.020.813
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	996.076	0	996.076	-17.584	978.492
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	44.677	44.677	-2.356	42.321
5.07	Saldos Finais	6.023.343	13.992	1.192.191	996.076	317.347	8.542.949	351.484	8.894.433

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	5.357.377	5.807.582
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.093.792	5.055.476
7.01.02	Outras Receitas	268.578	753.598
7.01.02.01	Juros Capitalizados	268.578	205.446
7.01.02.02	Ganho na Remensuração da Participação da ViaQuatro	0	511.703
7.01.02.03	Compra Vantajosa da ViaRio	0	36.449
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.993	-1.492
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.815.875	-2.018.113
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-573.832	-527.561
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-224.117	-189.206
7.02.04	Outros	-1.017.926	-1.301.346
7.02.04.01	Custo de Construção	-929.822	-1.202.366
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-88.104	-98.980
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.541.502	3.789.469
7.04	Retenções	-662.165	-541.501
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-662.165	-541.501
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.879.337	3.247.968
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	505.056	731.416
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	75.462	70.718
7.06.02	Receitas Financeiras	429.594	660.698
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.384.393	3.979.384
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.384.393	3.979.384
7.08.01	Pessoal	566.583	498.971
7.08.01.01	Remuneração Direta	451.546	401.825
7.08.01.02	Benefícios	89.963	77.496
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.303	14.757
7.08.01.04	Outros	6.771	4.893
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	772.355	806.776
7.08.02.01	Federais	593.565	638.502
7.08.02.02	Estaduais	11.452	10.065
7.08.02.03	Municipais	167.338	158.209
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.334.920	1.695.145
7.08.03.01	Juros	1.092.977	1.452.607
7.08.03.02	Aluguéis	35.960	36.202
7.08.03.03	Outras	205.983	206.336
7.08.03.03.01	Outorga	205.983	206.336
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	710.535	978.492
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	724.448	996.076
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-13.913	-17.584

Comentário do Desempenho

Resultados do 2º Trimestre de 2018

A CCR S.A. (CCR), maior empresa de concessões de rodovias do Brasil em termos de receita, divulga seus resultados do 2º trimestre de 2018.

Apresentação dos Resultados

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Controladora e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), para o Consolidado, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aplicados de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2 das Informações Trimestrais.

As informações financeiras e operacionais, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em milhares de reais, e as comparações são referentes ao 2T17 e 1S17.

As informações pró-forma incluem dados proporcionais das controladas em conjunto. Referidas informações, assim como as informações não financeiras e outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Destaques 2T18

- 🌀 O tráfego consolidado apresentou redução de 5,5%. O tráfego pró-forma (incluindo Renovias e ViaRio, proporcionalmente) decresceu 5,1%.
- 🌀 O EBITDA ajustado na mesma base* apresentou crescimento de 1,0%, com margem ajustada de 58,3% (-0,4 p.p). O EBITDA ajustado apresentou decréscimo de 34,3%, com margem de 57,2% (-31,2 p.p.).
- 🌀 O Lucro Líquido na mesma base* atingiu R\$ 300,9 milhões, decréscimo de 5,2%. O Lucro Líquido alcançou R\$ 277,7 milhões, redução de 58,4%.

* As definições de mesma base estão descritas abaixo da tabela a seguir.

Comentário do Desempenho

Indicadores Financeiros (R\$ MM)	IFRS		
	2T17	2T18	Var. %
Receita Líquida ¹	1.842,1	1.872,8	1,7%
Receita Líquida ajustada mesma base ²	1.842,1	1.872,8	1,7%
EBIT ajustado ³	1.268,3	615,0	-51,5%
Mg. EBIT ajustada ⁴	68,8%	32,8%	-36,0 p.p.
EBIT mesma base ²	720,1	636,5	-11,6%
Margem EBIT mesma base ²	39,1%	34,0%	-5,1 p.p.
EBITDA ajustado ⁵	1.629,3	1.070,3	-34,3%
Mg. EBITDA ajustada ⁴	88,4%	57,2%	-31,2 p.p.
EBITDA ajustado mesma base ²	1.081,1	1.091,7	1,0%
Mg. EBITDA ajustada mesma base ²	58,7%	58,3%	-0,4 p.p.
Lucro Líquido	667,1	277,7	-58,4%
Lucro Líquido mesma base ²	317,3	300,9	-5,2%
Div. Liq. / EBITDA ajustado últ. 12m. (x) ⁶	1,8	2,7	
EBITDA ajustado ⁶ / Juros e Variações Monetárias (x)	6,0	4,5	

Indicadores Financeiros (R\$ MM)	IFRS		
	1S17	1S18	Var. %
Receita Líquida ¹	3.533,5	3.813,0	7,9%
Receita Líquida ajustada mesma base ²	3.413,5	3.556,7	4,2%
EBIT ajustado ³	1.979,1	1.446,3	-26,9%
Mg. EBIT ajustada ⁴	56,0%	37,9%	-18,1 p.p.
EBIT mesma base ²	1.365,4	1.328,1	-2,7%
Margem EBIT mesma base ²	40,0%	37,3%	-2,7 p.p.
EBITDA ajustado ⁵	2.660,5	2.277,2	-14,4%
Mg. EBITDA ajustada ⁴	75,3%	59,7%	-15,6 p.p.
EBITDA ajustado mesma base ²	2.037,3	2.133,3	4,7%
Mg. EBITDA ajustada mesma base ²	59,7%	60,0%	0,3 p.p.
Lucro Líquido	996,1	724,4	-27,3%
Lucro Líquido mesma base ²	613,8	703,5	14,6%
Div. Liq. / EBITDA ajustado últ. 12m. (x) ⁶	1,8	2,7	
EBITDA ajustado ⁶ / Juros e Variações Monetárias (x)	4,2	5,0	

¹ A receita líquida exclui a receita de construção.

² Valores na mesma base excluem:

I. Nas comparações trimestrais: (i) ViaMobilidade, cujo contrato de concessão foi assinado em abril de 2018; (ii) despesas não-recorrentes relativas ao Comitê Independente, de R\$ 17,6 milhões no EBITDA e R\$ 11,6 milhões no lucro líquido; (iii) efeitos não-recorrentes das aquisições de participações na ViaQuatro e ViaRio (R\$ 548,1 milhões no EBITDA e R\$ 361,8 milhões no lucro líquido) ocorridos durante o 2T17; e (iv) adicionalmente, no lucro líquido e nas comparações pró-forma, exclui-se a ViaRio, cuja participação detida pela Companhia aumentou de 33,33% para 66,66% a partir de maio de 2017.

II. Nas comparações semestrais: (i) itens descritos acima; (ii) ViaQuatro que passou a ser controlada a partir do 2T17.

³ Calculado somando-se Receita Líquida, Receita de Construção, Custo dos Serviços Prestados e Despesas Administrativas.

⁴ As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA pelas receitas líquidas, excluídas as receitas de construção, dado que este é um requerimento do IFRS.

⁵ Calculado excluindo-se as despesas não-caixa: depreciação e amortização, provisão de manutenção e apropriação de despesas antecipadas da outorga.

⁶ EBITDA ajustado dos últimos 12 meses no 2T17, inclui efeitos não-recorrentes das aquisições de participações na ViaQuatro e ViaRio (R\$ 548,1 milhões) e da venda da STP (R\$ 1.307,7 milhões).

Eventos subsequentes

- ☉ A partir de 1º de agosto, conforme previsto no processo de reestruturação iniciado em 2014 com o “Programa de Identificação e Desenvolvimento de Lideranças Estratégicas”, Leonardo Couto Vianna assumiu a presidência da CCR (conforme divulgado em Fato Relevante de 20 de julho).
- ☉ Em 4 de agosto, ocorreu o início da operação comercial da ViaMobilidade, com 12 estações da Linha 5.

Comentário do Desempenho

Receita Bruta IFRS (Sem a Receita de Construção)

Receita Bruta de Pedágio (R\$ 000)	2T17	2T18	Var. %	1S17	1S18	Var. %
AutoBAn	521.245	506.819	-2,8%	1.023.488	1.035.762	1,2%
NovaDutra	306.247	302.178	-1,3%	610.383	627.211	2,8%
RodoNorte	178.813	169.611	-5,1%	369.542	369.031	-0,1%
ViaLagos	24.742	24.571	-0,7%	61.499	60.582	-1,5%
ViaOeste	256.627	236.924	-7,7%	506.013	492.742	-2,6%
RodoAnel Oeste	63.331	62.935	-0,6%	125.138	129.262	3,3%
SPVias	154.362	148.905	-3,5%	304.334	309.146	1,6%
MSVia	59.744	64.509	8,0%	124.158	136.264	9,8%
Total Receita Bruta de Pedágio	1.565.111	1.516.452	-3,1%	3.124.555	3.160.000	1,1%
% Receitas Totais	78,3%	74,1%	-4,2 p.p.	81,1%	75,9%	-5,2 p.p.

Receita Bruta Acessória ¹	2T17	2T18	Var. %	1S17	1S18	Var. %
Total Receita Bruta Acessória	23.655	29.508	24,7%	51.791	55.932	8,0%
% Receitas Totais	1,2%	1,5%	0,3 p.p.	1,3%	1,3%	-

Outras Receitas Brutas	2T17	2T18	Var. %	1S17	1S18	Var. %
Barcas ¹	32.738	32.867	0,4%	65.229	65.122	-0,2%
Curaçao	29.156	31.207	7,0%	57.400	57.984	1,0%
Metro Bahia ¹	81.881	119.786	46,3%	151.803	229.919	51,5%
Samm	24.471	25.076	2,5%	47.626	49.619	4,2%
BH Airport	65.256	75.620	15,9%	128.946	148.196	14,9%
TAS	56.526	75.864	34,2%	105.497	133.438	26,5%
ViaQuatro ¹	120.263	139.232	15,8%	120.263	263.760	119,3%
Total	410.291	499.652	21,8%	676.764	948.038	40,1%
% Receitas Totais	20,5%	24,4%	3,9 p.p.	17,6%	22,8%	5,2 p.p.
Total Receita Bruta Operacional	1.999.057	2.045.612	2,3%	3.853.110	4.163.970	8,1%

¹ Inclui receitas acessórias. Parte das receitas do Metrô Bahia no 2T17 e no 2T18 não são tarifárias e referem-se à contabilização do ativo financeiro. Esta receita não tarifária totalizou R\$ 62,6 milhões e R\$ 58,2 milhões nos respectivos períodos.

A participação dos meios eletrônicos na arrecadação de pedágio aumentou 0,6 p.p. no 2T18, atingindo 68,8% do total.

A título de informação adicional, demonstra-se abaixo a Receita Bruta das controladas em conjunto, registradas na rubrica resultado de equivalência patrimonial.

Comentário do Desempenho

Receitas Operacionais Brutas de Controladas em Conjunto ¹	2T17	2T18	% Var	1S17	1S18	% Var
Renovias	44.097	41.887	-5,0%	86.508	85.526	-1,1%
Quito (Quiport)	63.208	77.501	22,6%	124.638	144.806	16,2%
San José (Aeris)	19.546	26.672	36,5%	42.052	55.450	31,9%
VLT ²	6.916	11.340	64,0%	15.394	20.937	36,0%
ViaRio ³	15.434	21.829	41,4%	22.322	42.662	91,1%
Total⁴	149.201	179.229	20,1%	290.914	349.381	20,1%

1 - Participação proporcional incluindo a Receita Acessória e excluindo a Receita de Construção.

2 - Parte das receitas do VLT não são tarifárias e referem-se à contabilização da remuneração do ativo financeiro. Esta receita não tarifária totalizou R\$ 5,4 e R\$ 8,3 milhões no 2T17 e no 2T18, respectivamente.

3 - Com a aquisição de participação adicional na ViaRio, considera-se a participação de 33,33% até abril de 2017 e 66,66% após esta data.

4 - Não inclui eliminações.

Receita de Construção IFRS

Receita Bruta de Construção	2T17	2T18	Var. %	1S17	1S18	Var. %
Total	489.888	470.837	-3,9%	1.202.366	929.822	-22,7%

Tráfego

Desempenho das Concessionárias	2T17	2T18	Var. %	1S17	1S18	Var. %
Tráfego - Veículos Equivalentes¹						
AutoBAN	65.510.479	62.413.314	-4,7%	128.630.029	127.636.202	-0,8%
NovaDutra	31.126.726	29.559.884	-5,0%	61.942.804	61.234.773	-1,1%
RodoNorte	21.621.024	19.917.379	-7,9%	44.512.849	43.142.776	-3,1%
ViaLagos	1.672.993	1.599.770	-4,4%	4.208.198	4.013.618	-4,6%
ViaOeste	30.233.187	28.215.540	-6,7%	59.641.747	57.978.445	-2,8%
RodoAnel Oeste	33.458.865	31.531.389	-5,8%	66.144.144	64.770.792	-2,1%
SPVias	15.667.162	14.726.797	-6,0%	30.947.913	30.603.120	-1,1%
MSVia	9.714.290	9.826.774	1,2%	20.206.727	20.766.527	2,8%
Consolidado²	239.237.913	226.006.387	-5,5%	475.876.158	468.124.698	-1,6%

Tarifa Média (em R\$ / veic. equiv.)³

AutoBAN	7,96	8,12	2,0%	7,96	8,11	1,9%
NovaDutra	9,84	10,22	3,9%	9,85	10,24	4,0%
RodoNorte	8,27	8,52	3,0%	8,30	8,55	3,0%
ViaLagos	14,79	15,36	3,9%	14,61	15,09	3,3%
ViaOeste	8,49	8,40	-1,1%	8,48	8,50	0,2%
RodoAnel Oeste	1,89	2,00	5,8%	1,89	2,00	5,8%
SPVias	9,85	10,11	2,6%	9,83	10,10	2,7%
MSVia	6,15	6,56	6,7%	6,14	6,56	6,8%
Consolidado²	6,54	6,71	2,6%	6,57	6,75	2,7%

Informação adicional - Renovias e ViaRio⁴

Tráfego - Veículos Equivalentes¹						
Renovias	5.521.725	5.218.685	-5,5%	10.816.176	10.597.897	-2,0%
ViaRio	2.030.150	2.990.456	47,3%	3.188.992	6.135.810	92,4%
Tarifa Média (em R\$ / veic. equiv.)³						
Renovias	7,41	7,51	1,3%	7,41	7,53	1,6%
ViaRio	7,60	7,30	-3,9%	7,00	6,95	-0,7%

1 - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando-se aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus), multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - No consolidado da CCR, a ViaOeste, que cobra pedágio em apenas um sentido da rodovia, apresenta o seu volume de tráfego duplicado, para se ajustar àquelas que adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que a cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

3 - Tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número de veículos equivalentes de cada concessionária e consolidado.

4 - A quantidade de veículos equivalentes da Renovias refere-se à participação de 40% e da ViaRio 33,33% até abril de 2017 e 66,66% após esta data. Em 15 de fevereiro de 2018, iniciou-se a cobrança de pedágio nas alças da ViaRio.

Comentário do Desempenho

Em 27 de maio de 2018, foi publicada a MP nº 833 que prevê a isenção da cobrança de eixos suspensos dos caminhões vazios. Esta foi uma das reivindicações realizadas pelos caminhoneiros durante a greve ocorrida no mesmo mês.

Como consequência, a partir de 28 de maio, as concessionárias RodoNorte, ViaLagos e ViaRio e, a partir de 31 de maio AutoBAn, RodoAnel Oeste, Renovias, SPVias e ViaOeste passaram a isentar os eixos suspensos em suas praças de pedágio.

Nas concessões do Estado de São Paulo, a Resolução SLT Nº 4, de 30 de maio de 2018, revogou a Resolução SLT Nº 4, de 22 de julho de 2013, que autorizava a cobrança de eixos suspensos no Estado.

Excluindo-se os efeitos das referidas isenções, o tráfego consolidado da CCR, incluindo a Renovias e ViaRio, apresentaria queda de 3,4% no 2T18 em comparação ao 2T17. Essa diferença representou uma receita de pedágio menor em aproximadamente R\$ 25,9 milhões no 2T18. Adicionalmente, destaca-se que o tráfego do trimestre foi fortemente impactado pela greve dos caminhoneiros supracitada. Ressalta-se, entretanto, que as formas de compensação pela isenção de eixos suspensos, reestabelecendo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, estão sendo discutidas com os poderes concedentes.

A NovaDutra e a MSVia não foram afetadas, dado que a isenção de eixos suspensos está em vigor desde abril de 2015, em decorrência da promulgação e publicação da Lei dos Caminhoneiros. A recomposição do equilíbrio contratual referente a esta isenção já está incorporada a estes contratos.

Tráfego das Concessionárias - Composição do Mix

Veículos Equivalentes	2T17		2T18	
	Leves	Comerciais	Leves	Comerciais
AutoBAn	47,0%	53,0%	46,1%	53,9%
NovaDutra	37,2%	62,8%	35,0%	65,0%
RodoNorte	20,1%	79,9%	19,6%	80,4%
ViaLagos	79,9%	20,1%	80,3%	19,7%
ViaOeste	57,4%	42,6%	58,0%	42,0%
Renovias	54,9%	45,1%	54,1%	45,9%
RodoAnel Oeste	54,0%	46,0%	54,3%	45,7%
SPVias	31,6%	68,4%	30,5%	69,5%
MSVia	23,7%	76,3%	22,0%	78,0%
ViaRio	91,1%	8,9%	91,7%	8,3%
Consolidado pró-forma¹ CCR	46,3%	53,7%	46,0%	54,0%

1 - Inclui tráfego da Renovias e ViaRio.

Análise de Tráfego do 2T18

Para melhor compreensão da evolução do tráfego das concessionárias do Grupo CCR, é realizada uma análise na qual são considerados os efeitos atribuídos ao calendário. Avalia-se o crescimento em relação aos mesmos períodos do ano anterior (mês, trimestre, ano) expurgando-se o impacto

Comentário do Desempenho

provocado pela diferença no número de dias úteis, finais de semana ou feriados, em cada categoria de tráfego analisada. A metodologia consiste em normalizar os dias afetados pelos feriados, e também transformar o período em questão no mesmo número de dias úteis e finais de semana na base de comparação.

Concessionária	Veículos Leves			Veículos Comerciais		
	Efeito Calendário	Atividade Econômica e Outros Fatores	Total	Efeito Calendário	Atividade Econômica e Outros Fatores	Total
AutoBAn	-2,9%	-2,8%	-5,7%	2,0%	-5,8%	-3,8%
NovaDutra	-3,3%	-7,0%	-10,3%	3,6%	-5,6%	-2,0%
ViaOeste	-1,7%	-3,9%	-5,6%	2,3%	-10,4%	-8,1%
RodoNorte	-6,7%	-3,0%	-9,7%	2,1%	-9,5%	-7,4%
ViaLagos	-0,6%	-3,1%	-3,7%	3,5%	-10,7%	-7,2%
Renovias	-3,3%	-3,5%	-6,8%	1,7%	-5,6%	-3,9%
RodoAnel	-0,4%	-4,7%	-5,1%	2,4%	-8,9%	-6,5%
SPVias	-6,5%	-2,3%	-8,8%	2,6%	-7,3%	-4,7%
MSVia	-2,6%	-3,6%	-6,2%	2,9%	0,6%	3,5%
ViaRio	0,3%	24,9%	25,2%	1,3%	14,8%	16,1%
CCR (*)	-2,4%	-3,1%	-5,5%	2,4%	-7,2%	-4,8%

(*) Inclui tráfego da Renovias e ViaRio cujos resultados são reconhecidos somente na rubrica de resultado por equivalência patrimonial.

Mobilidade Urbana

ViaQuatro

Passageiros transportados	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	Var. % (2T18 X 2T17)
Passageiros Integrados	45.230.779	45.741.349	45.074.442	46.517.547	51.316.369	13,5%
Passageiros Exclusivos	4.788.773	4.842.829	4.701.661	4.869.275	5.850.076	22,2%
Total	50.019.552	50.584.178	49.776.103	51.386.822	57.166.445	14,3%

Demanda diária média	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	Var. % (2T18 X 2T17)
Dia útil	702.124	697.816	713.727	707.300	778.285	10,8%
Sábado	356.602	345.422	376.543	388.526	395.491	10,9%
Domingo	143.581	105.480	147.661	199.476	230.816	60,8%
Máxima diária	762.669	760.108	771.664	835.711	818.475	7,3%

A quantidade de passageiros transportados foi positivamente impactada pelas inaugurações das estações Higienópolis-Mackenzie, em 1º de janeiro e Oscar Freire, em 4 de abril de 2018.

Metrô Bahia

Passageiros transportados	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	Var. % (2T18 X 2T17)
Total	7.041.816	10.744.924	18.250.456	19.205.251	22.535.731	220,0%

Demanda diária média	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	Var. % (2T18 X 2T17)
Dia útil	92.009	138.430	229.809	246.245	291.101	216,4%
Sábado	56.083	87.200	161.774	165.120	186.007	231,7%
Domingo	25.551	40.475	86.417	87.730	92.003	260,1%

Comentário do Desempenho

A operação comercial da Linha 1 foi iniciada em 2 de janeiro de 2016, com 7 estações. Em 11 de fevereiro do mesmo ano, a operação estendeu-se para a Linha 1 completa com a inauguração da estação Pirajá.

Em 5 de dezembro de 2016, foi iniciada a operação do primeiro trecho da Linha 2, abrangendo as estações Acesso Norte 2, Detran e Rodoviária. Em 23 de maio de 2017, foram inauguradas mais 4 estações da Linha 2: Pernambuco, Imbuí, CAB e Pituacu.

Em 11 de setembro de 2017, iniciaram-se as operações de outras 4 estações: Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz e Mussurunga. A última estação, Aeroporto, foi inaugurada em 26 de abril de 2018, totalizando 20 estações em funcionamento em 33,4 quilômetros de via.

Barcas

Dados Operacionais:

Trajeto	Linhas		Número de passageiros		
	Milhas/Viagem	Tarifas	2T17	2T18	Var %
Rio - Niterói	2,7	R\$ 6,10	4.133.524	3.894.769	-5,8%
Rio - Charitas	4,4	R\$ 16,90	382.973	410.397	7,2%
Rio - Paquetá	10,7	R\$ 6,10	300.540	319.227	6,2%
Rio - Cocotá	7,4	R\$ 6,10	137.254	132.964	-3,1%
Angra - Ilha Grande - Mangaratiba	26,0	R\$ 17,00	32.180	30.389	-5,6%
Total			4.986.471	4.787.746	-4,0%

As variações decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

- Greve dos caminhoneiros em maio, prejudicando as operações em decorrência da escassez de combustível;
- Crise econômica no Estado do Rio de Janeiro, com consequente aumento da taxa de desemprego;
- Redução do fluxo de passageiros em dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo; e
- Inauguração do Túnel Charitas x Cafubá, reduzindo o tempo de deslocamento de Niterói para a estação, proporcionando recuperação da demanda na Linha Rio-Charitas.

VLT Carioca

Em 26 de julho de 2016, iniciou-se a operação do VLT Carioca, que atualmente opera 26 estações e paradas, do total de 30 previstas.

Passageiros transportados	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	Var. % (2T18 X 2T17)
Total	2.505.551	3.039.690	3.541.323	3.990.846	4.275.913	70,7%

Demanda diária média	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	Var. % (2T18 X 2T17)
Dia útil	35.024	40.471	50.297	57.921	63.009	79,9%
Sábado	16.649	17.974	19.682	20.567	19.327	16,1%
Domingo	11.828	12.361	11.945	13.296	11.190	-5,4%

Comentário do Desempenho

Aeroportos

Aeroportos Internacionais

Tarifas médias 2T18

Tarifas médias em US\$	Aeroporto Intl. de Quito ¹					
	Internacional		Doméstico		Carga	
	2T17	2T18	2T17	2T18	2T17	2T18
Embarque/PAX	48,0	49,4	13,4	13,6	-	-
Uso de infraestrutura/ton	22,1	24,7	3,8	4,9	18,9	19,0
Pontes de embarque/ATM ³	274,6	275,8	433,4	521,1	-	-

Tarifas médias em US\$	Aeroporto Intl. de San José ²		Aeroporto Intl. de Curaçao			
	Internacional		Internacional		Doméstico	
	2T17	2T18	2T17	2T18	2T17	2T18
Embarque/PAX	23,8	27,1	39,0	40,1	16,1	14,5
Uso de infraestrutura/ton	5,5	5,6	6,0	5,8	6,0	5,8
Pontes de embarque/ATM ³	33,3	37,6	354,4	303,5	428,7	466,2

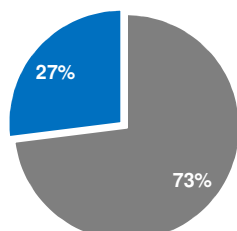
1 - A tarifa de uso de infraestrutura internacional é a mesma tarifa para cargas e outros no Aeroporto Internacional de Quito.

2 - Para o Aeroporto Internacional de San José, as tarifas demonstradas não estão descontadas da participação do governo de 35,2%. As receitas demonstradas no quadro de receitas das controladas em conjunto estão líquidas dessa participação. Este aeroporto não possui receita de taxa de embarque de passageiros domésticos.

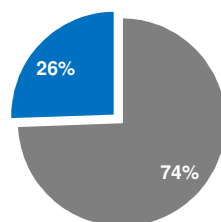
3 - Air Traffic Movement = Movimento de Aeronave.

Mix de receita

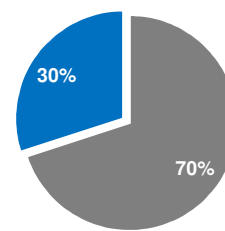
Aeroporto Intl. de Quito



Aeroporto Intl. de San José



Aeroporto Intl. de Curaçao



■ Receita aeroportuária ■ Receita comercial

Dados operacionais (100% das concessionárias)

	Aeroporto Intl. de Quito			Aeroporto Intl. de San José			Aeroporto Intl. de Curaçao		
	2T17	2T18	Var %	2T17	2T18	Var %	2T17	2T18	Var %
Total Passageiros (Embarque '000)									
Internacional	264	275	4,2%	584	601	2,9%	125	114	-8,8%
Doméstico	329	365	10,9%	-	-	-	32	38	18,8%
Total	593	640	7,9%	584	601	2,9%	157	152	-3,2%
Total ATM¹ (Decolagem em un)²									
Total	6.845	7.595	11,0%	11.245	9.500	-15,5%	4.117	3.849	-6,5%
Total MTOW ('000 em toneladas)³									
Total	630	695	10,3%	531	517	-2,6%	158	165	4,4%

1 - No Aeroporto de Quito, os ATMs internacionais e domésticos geram receita. No caso dos aeroportos de San José e Curaçao, nenhum ATM gera receita.

2 - Air Traffic Movement = Movimento de Aeronave

3 - Maximum Takeoff Weight = Peso Máximo de Decolagem

Comentário do Desempenho

As variações dos dados operacionais apresentados acima decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

1. Aeroporto Internacional de Quito (50,0%)

- Maior tráfego doméstico como consequência do aumento da frequência na rota para Guayaquil da LATAM e internacional em virtude da criação de novas rotas da Aeromexico, principalmente. Esses incrementos impactaram positivamente o número de *ATMs* e *MTOWs* no 2T18.

2. Aeroporto Internacional de San José (48,75%)

- A redução de *ATMs* deve-se ao cancelamento de rotas da Avianca, Copa e Volaris com aeronaves menores.
- O número de passageiros aumentou por efeito de novas rotas de companhias europeias, cuja ocupação é maior, não compensando, entretanto, a queda de *ATMs* supramencionada.

3. Aeroporto Internacional de Curaçao (79,80%)

- Queda no número de passageiros e *ATMs* internacionais essencialmente devido ao fim das operações da Pawa, Air Berlin e Avior.
- Incremento no tráfego doméstico como consequência da nova rota da Aruba Airlines para Aruba e aumento de frequências da Divi Divi para Bonaire e Aruba.

BH Airport

Dados operacionais (100% da concessionária)

Total Passageiros (Embarque '000)	2T17	2T18	Var %
Internacional	51	80	56,9%
Doméstico	1.129	1.164	3,1%
Total	1.180	1.244	5,4%
Total MTOW ('000 em toneladas) ²	2T17	2T18	Var %
Internacional	42	49	16,7%
Doméstico	630	661	4,9%
Total	672	710	5,7%

Total ATM (Pouso em un) ¹	2T17	2T18	Var %
Internacional	286	355	24,1%
Doméstico	11.215	11.529	2,8%
Total	11.501	11.884	3,3%
Carga ('000 em toneladas)	2T17	2T18	Var %
Importação	2	2	0,0%
Exportação	1	2	100,0%
Total	3	4	33,3%

¹ - Air Traffic Movement - Movimento de Aeronave (não gera receita na BH Airport)

² - Maximum Takeoff Weight - Peso Máximo de Decolagem

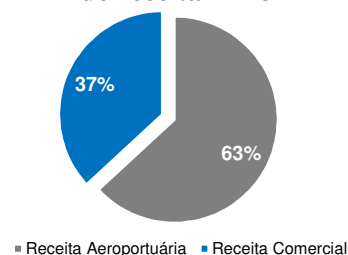
Comentário do Desempenho

Tarifas médias

Tarifas médias em R\$	Internacional		Doméstico	
	2T17	2T18	2T17	2T18
Embarque/PAX	49,7	51,8	23,7	24,9
ATM/MTOW	35,1	54,8	10,8	10,5

Tarifas médias em R\$ / ton	Importação / Exportação	
	2T17	2T18
Carga	2.472,6	3.341,1

Mix de receita 2T18



O aumento do fluxo de passageiros domésticos reflete a gradual recuperação da atividade econômica brasileira. O maior número de passageiros internacionais foi influenciado, sobretudo, pela criação de rota diária para Buenos Aires e a inauguração de voo para Orlando.

Custos Totais IFRS

Os custos totais apresentaram aumento de 62,5% no 2T18 em relação ao 2T17, atingindo R\$ 1.728,6 milhões. Na mesma comparação, os custos caixa na mesma base apresentaram acréscimo de 2,6%.

Custos (R\$ MM)	2T17	2T18	Var. %	1S17	1S18	Var. %
Custos Totais	(1.063,7)	(1.728,6)	62,5%	(2.756,8)	(3.296,5)	19,6%
Depreciação e Amortização	(290,4)	(350,0)	20,5%	(541,5)	(662,2)	22,3%
Serviços de Terceiros	(221,7)	(265,6)	19,8%	(434,9)	(485,4)	11,6%
Custo de Outorga	(71,5)	(31,7)	-55,7%	(143,3)	(103,7)	-27,6%
Despesas Antecipadas	(20,5)	(60,2)	193,7%	(40,9)	(80,6)	97,1%
Custo com Pessoal	(303,7)	(343,0)	12,9%	(543,9)	(620,3)	14,0%
Custo de Construção	(489,9)	(470,8)	-3,9%	(1.202,4)	(929,8)	-22,7%
Provisão de Manutenção	(50,1)	(45,1)	-10,0%	(99,0)	(88,1)	-11,0%
Outros Custos	384,1	(162,2)	n.m.	249,1	(326,4)	n.m.

Custos Totais = Custos dos Serviços Prestados + Despesas Administrativas + Outras Despesas e Receitas Operacionais.

Custos caixa na mesma base excluem: (i) os custos não-caixa: depreciação e amortização, despesas antecipadas, custo de construção e provisão de manutenção; (ii) ViaMobilidade, cujo contrato de concessão foi assinado em abril de 2018; (iii) custos de R\$17,6 milhões relativos ao Comitê Independente e; (iv) efeitos não-recorrentes das aquisições de participações na ViaQuatro e ViaRio (+R\$ 548,1 milhões) ocorridos durante o 2T17.

Os principais motivos das variações do 2T18 em relação ao 2T17 são discutidos a seguir:

Depreciação e Amortização: O aumento de 20,5% (R\$ 59,6 milhões) deveu-se, principalmente, a conclusões de obras na NovaDutra, RodoNorte, Metrô Bahia e ViaOeste.

Serviços de Terceiros: Houve incremento de 19,8% (R\$ 43,9 milhões). A ViaMobilidade contribuiu com despesa de R\$ 1,5 milhão no 2T18. No mesmo trimestre, foram incorridas despesas não-recorrentes de R\$ 17,6 milhões relacionadas ao Comitê Independente na CCR. Excluindo esses itens, o crescimento de 11,2% deveu-se, principalmente, a (i) aumento de custo direto na AutoBAN; e (ii) maior quantidade de serviços de conservação de rotina na MSVia.

Custo da Outorga: A redução de 55,7% (R\$ 39,8 milhões) refletiu o término dos desembolsos relativos à outorga fixa da AutoBAN e da ViaOeste.

Comentário do Desempenho

Despesas Antecipadas: O aumento de 193,7% (R\$ 39,7 milhões) deveu-se ao início da apropriação das despesas antecipadas de outorga ao resultado relativas às extensões de prazo da AutoBAN e ViaOeste.

Custo com Pessoal: Houve aumento de 12,9% (R\$ 39,3 milhões). A ViaMobilidade contribuiu com R\$ 1,3 milhão no 2T18. Na mesma base de comparação, o incremento de 12,5% deveu-se a: (i) dissídio ocorrido em abril de 2018; (ii) contratação de novos colaboradores na TAS por conta da maior demanda; (iii) aumento de colaboradores no Metrô Bahia como consequência da inauguração de 8 estações entre o 2T17 e o 2T18; e (iv) maior remuneração variável em 2018.

Custo de Construção: Houve redução de 3,9% (R\$ 19,1 milhões). A ViaMobilidade contribuiu com R\$ 0,9 milhão no 2T18. Na mesma base de comparação, a queda de 4,1% deveu-se, principalmente, a menores investimentos na MSVia, SPVias, AutoBAN, RodoAnel Oeste e BH Airport. Compensando parcialmente estas reduções, houve maiores investimentos no Metrô Bahia, RodoNorte e ViaQuatro (informações sobre os investimentos do trimestre estão disponíveis na seção de Investimentos).

Provisão de Manutenção: Os valores foram provisionados conforme periodicidade das obras de manutenção, estimativa dos custos e a correspondente apuração do valor presente. A redução de 10,0% (R\$ 5,0 milhões) no 2T18 é decorrente, majoritariamente, de variações na ViaOeste, AutoBAN, RodoNorte e MSVia, consequência do cronograma previsto.

Outros (materiais, seguros, aluguéis, marketing, viagens, meios eletrônicos de pagamentos, combustível e outros gastos gerais): A ViaMobilidade contribuiu com R\$ 1,0 milhão no 2T18. No 2T17, devido à aquisição de controle da ViaQuatro e o aumento de participação adicional na ViaRio, houve efeitos não-recorrentes totalizando +R\$ 548,1 milhões nesta rubrica (para mais informações vide comentário de desempenho do 2T17). Na mesma base de comparação, houve redução de 1,8% devido ao recebimento de ressarcimento de contingência cível na SPVias, predominantemente.

Comentário do Desempenho

EBITDA IFRS

Reconciliação do EBITDA (R\$ milhões)	2T17	2T18	Var. %	1S17	1S18	Var. %
Lucro Líquido	667,1	277,7	-58,4%	996,1	724,4	-27,3%
(+) IR & CSLL	348,1	148,4	-57,4%	449,3	384,6	-14,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	271,1	240,0	-11,5%	622,0	426,7	-31,4%
(+) Depreciação e Amortização	290,4	350,0	20,5%	541,5	662,2	22,3%
EBITDA (a)	1.576,7	1.016,0	-35,6%	2.608,9	2.197,9	-15,8%
Margem EBITDA (a)	67,6%	43,4%	-24,2 p.p.	55,1%	46,3%	-8,8 p.p.
(+) Despesas Antecipadas (b)	20,5	60,2	193,7%	40,9	80,6	97,1%
(+) Provisão de Manutenção (c)	50,1	45,1	-10,0%	99,0	88,1	-11,0%
(-) Equivalência Patrimonial	(16,6)	(39,3)	136,7%	(70,7)	(75,5)	6,8%
(+) Part. Minoritários	(1,4)	(11,7)	735,7%	(17,6)	(13,9)	-21,0%
EBITDA ajustado	1.629,3	1.070,3	-34,3%	2.660,5	2.277,2	-14,4%
Margem EBITDA ajustada (d)	88,4%	57,2%	-31,2 p.p.	75,3%	59,7%	-15,6 p.p.
EBITDA ajustado mesma base (e)	1.081,1	1.091,7	1,0%	2.037,3	2.133,3	4,7%
Mg. EBITDA ajustada mesma base (e)	58,7%	58,3%	-0,4 p.p.	59,7%	60,0%	0,3 p.p.

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012 que consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, que é ajustada, pois se trata de item não-caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR, e trata-se de item não-caixa nas demonstrações financeiras.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.

(e) Nas comparações trimestrais na mesma base, exclui-se: (i) ViaMobilidade, cujo contrato de concessão foi assinado em abril de 2018 e; (ii) efeito não-recorrente de despesas do Comitê Independente de R\$ 17,6 milhões e; (iii) efeitos não-recorrentes das aquisições de participações na ViaQuatro e ViaRio (R\$ 548,1 milhões) ocorridos durante o 2T17. Adicionalmente, nas comparações semestrais exclui-se a ViaQuatro.

Resultado Financeiro Líquido IFRS

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2T17	2T18	Var. %	1S17	1S18	Var. %
Resultado Financeiro Líquido	(271,1)	(240,0)	-11,5%	(622,0)	(426,7)	-31,4%
Resultado com Operação de Hedge	31,1	3,9	-87,5%	(53,5)	0,8	n.m.
Var.Monetária sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(28,5)	(39,5)	38,6%	(73,7)	(89,0)	20,8%
Variação Cambial s/ Empréstimos, Financos., Debêntures, Derivativos e Fornecedores	(79,4)	(21,0)	-73,6%	(1,7)	0,9	n.m.
Variação Monetária sobre Obrigações com o Poder Concedente	(15,7)	(16,0)	1,9%	(38,1)	(40,0)	5,0%
AVP da Prov. de Manutenção e das Obrig. com Poder Concedente	(28,3)	(27,5)	-2,8%	(56,6)	(55,9)	-1,2%
Juros sobre Empréstimos, Financos. e Debêntures	(242,3)	(198,4)	-18,1%	(559,6)	(365,7)	-34,6%
Rendimento sobre Aplicação Financeira e Outras Receitas	124,0	72,7	-41,4%	257,5	151,7	-41,1%
Valor Justo de Operação com Hedge	(2,8)	12,0	n.m.	(44,2)	22,8	n.m.
Outros	(29,2)	(26,2)	-10,3%	(52,1)	(52,3)	0,4%

Outros: Comissões, taxas, impostos, multas e juros sobre impostos

Principais indicadores	2T17	2T18	1S17	1S18
CDI anual médio	10,9%	6,4%	11,8%	6,6%
IGP-M	-2,3%	3,9%	-2,0%	5,4%
IPC-A	0,2%	1,9%	1,2%	2,6%
TJLP anual médio	7,0%	6,6%	7,2%	6,7%
Câmbio médio (R\$ - USD)	3,2	3,6	3,2	3,4

O Metrô Bahia e a ViaQuatro possuem contratos de NDF para proteção contra a variação cambial aplicada ao fornecimento de material rodante. A AutoBAN possui operações de *swap*, estando ativa em IPC-A mais 4,88% a.a. e IPC-A mais 5,428% a.a. e passiva em percentual do CDI. A AutoBAN possui dois *swaps* onde ela está ativa em % do CDI e passiva em taxa prefixada. A ViaOeste possui operações de *swap*, estando ativa em IPC-A mais 5,67% a.a. e passiva em % do CDI. A NovaDutra possui operações de *swap* em que está ativa em IPC-A mais 6,4035% a.a. e passiva em % do CDI. A SPVias possui operações de *swap* em que está ativa em IPC-A mais 6,38% a.a. e passiva em % do CDI.

Os principais motivos das variações do 2T18 são explicados a seguir:

Comentário do Desempenho

O resultado com operações de *hedge* reflete: (i) perdas na ViaQuatro, em virtude do pré-pagamento da dívida com o BID em abril de 2019 e, conseqüentemente, liquidações antecipadas dos *swaps/NDFs* relativos a esta dívida; (ii) perdas na ViaOeste; (iii) menores ganhos na CCR e RodoNorte e; (iii) compensando parcialmente essas variações, houve maior ganho na AutoBAn. Os resultados foram influenciados pelas liquidações de dívidas (Lei 4.131) na RodoNorte, ViaOeste, CCR e AutoBAn desde o 2T17 até o 2T18.

A variação monetária sobre empréstimo, financiamentos e debêntures apresentou aumento de 38,6%, majoritariamente, devido à realização das seguintes operações: (i) 2ª série da 5ª emissão de debêntures da ViaQuatro, em março de 2018, no valor de R\$ 500,0 milhões e; (ii) 8ª emissão de debêntures da AutoBAn, em julho de 2017, no valor de R\$ 716,5 milhões.

A variação cambial sobre a dívida bruta, derivativos e fornecedores apresentou decréscimo de 73,6% nas despesas devido, principalmente, às liquidações de dívidas captadas por meio da Lei 4.131 mencionadas e da dívida em dólar com o BID da ViaQuatro já mencionadas.

A linha de variação monetária sobre obrigações com o Poder Concedente representa a variação monetária (IPC-A) sobre a outorga da BH Airport, que foi de R\$ 16,0 milhões no 2T18 e R\$ 15,7 milhões no 2T17.

Os ajustes a valor presente de provisão de manutenção e obrigações com os Poderes Concedentes apresentaram redução de 2,8% devido, principalmente, à atualização do saldo do balanço.

O item de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou queda de 18,1% devido, em grande parte, ao impacto da redução do CDI médio de 10,9% no 2T17 para 6,4% no 2T18.

A rubrica de rendimentos sobre aplicações financeiras e outras receitas apresentou redução de 41,4% no 2T18 devido, majoritariamente, à redução do CDI médio supramencionado.

A linha de valor justo de operações com *hedge* reflete os ganhos e perdas relativos à marcação a mercado da dívida, principalmente, na CCR, SPVias, NovaDutra e AutoBAn em razão da queda do CDI médio.

O item de outras receitas e despesas financeiras apresentou despesa de R\$ 26,2 milhões, 10,3% menor em comparação ao 2T17.

Lucro Líquido

O Lucro Líquido consolidado atingiu R\$ 277,7 milhões no 2T18 (-58,4%). Na mesma base¹, atingiu R\$ 300,9 milhões (-5,2%).

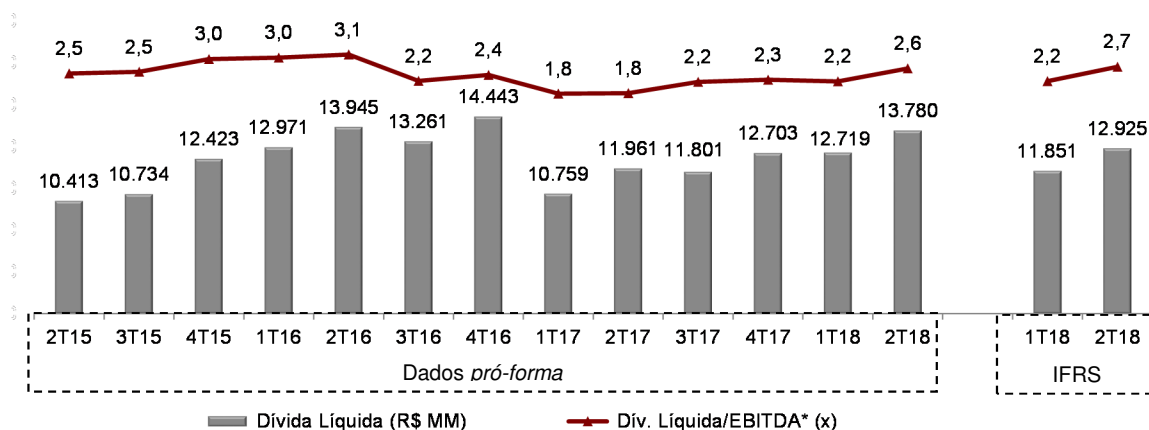
¹ Valores “mesma base” excluem: (i) ViaRio, cuja participação da CCR aumentou de 33,33% para 66,66% a partir de maio de 2018; (ii) ViaMobilidade, cujo contrato de concessão foi assinado em

Comentário do Desempenho

abril de 2018; (iii) despesas não-recorrentes relativas ao Comitê Independente, de R\$ 11,6 milhões e; (iv) efeitos não-recorrentes das aquisições de participações na ViaQuatro e ViaRio, de R\$ 361,8 milhões, ocorridos durante o 2T17.

Endividamento

A Dívida Líquida consolidada (IFRS) atingiu R\$ 12,9 bilhões em junho de 2018 e o indicador Dívida Líquida/EBITDA (últimos 12 meses) alcançou 2,7 x, conforme gráfico a seguir:



* Do 2T17 ao 1T18, o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses inclui os efeitos não-recorrentes das compras de participação na ViaQuatro e na ViaRio, no valor de R\$ 548,1 milhões. Do 3T16 ao 2T17, o indicador foi afetado positivamente pelo efeito não-recorrente da venda da STP, no valor de R\$ 1.307,7 milhões.

No 2T18 ocorreram as captações e refinanciamentos das controladas e controladas em conjunto a seguir:

Empresa	Emissão	Valor (R\$ MM)	Dívida	Custo	Vencimento
ViaMobilidade	abr-18	600,0	Notas Promissórias	CDI + 1,75% a.a.	jun-18
ViaLagos	abr-18	41,0	Debêntures	113% do CDI	jul-20
SAMM	abr-18	54,0	Notas Promissórias	114% do CDI	abr-19
Metrô Bahia	mai-18	400,0	Debêntures	CDI + 1,50% a.a.	nov-19
Metrô Bahia	mai-18	40,4	Des.BNDES	TJLP + 4% a.a.	out-42
VLT Carioca	mai-18	12,4	Des.BNDES	TJLP + 3,4% a.a.	nov-35
VLT Carioca	mai-18	6,2	Des.BNDES	6,14% a.a.	nov-35
ViaMobilidade	mai-18	600,0	Debêntures	CDI + 1,75% a.a.	abr-21
Total		1.754,0			

Comentário do Desempenho

Evolução do Endividamento

(R\$ MM)	mar/18	jun/18
Dívida Bruta¹	17.324,6	16.582,2
% Moeda Nacional	95%	97%
% Moeda Estrangeira	5%	3%
Curto Prazo	3.219,8	2.052,2
% Moeda Nacional	82%	98%
% Moeda Estrangeira	18%	2%
Longo Prazo	14.104,8	14.530,0
% Moeda Nacional	98%	97%
% Moeda Estrangeira	2%	3%
Caixa, Equivalentes e Aplicações Financeiras	5.130,9	3.279,1
Ajuste de Swap a Receber (Pagar)²	342,3	378,5
Dívida Líquida	11.851,4	12.924,6

1 - A dívida bruta está reduzida dos custos de transação, incorridos na estruturação dos respectivos instrumentos financeiros, e mensurada a valor justo, quando aplicável.

2 - Em 30 de junho de 2018, o ajuste de *swap* a receber decorreu, principalmente, da variação cambial registrada no período, além da variação do CDI.

Composição da Dívida¹

Composição da Dívida (R\$ MM) - Sem Hedge	Indexador	Custo Médio ao ano	Jun/18	%
BNDES	TJLP	TJLP + 2,0% - 4,00% a.a.	4.345,3	26,1%
Debêntures, CCB e outros	CDI	106,25% - 129,3% do CDI, CDI + 0,60% - 2,30% a.a.	7.364,7	44,2%
Debêntures	IPCA	IPCA + 4,4963% - 7,34% a.a.	4.503,5	27,0%
USD	USD	LIBOR 3M + 2,30% - 2,45% a.a. / LIBOR 6M + 3,75% a.a. / Taxa Prime / 4,20% a.a.	458,5	2,7%
Outros	Pré fixado	16,49% a.a.	2,6	0,0%
Total			16.674,6	100,0%

Composição da Dívida (R\$ MM) - Com Hedge	Indexador	Custo Médio ao ano	Jun/18	%
BNDES	TJLP	TJLP + 2,0% - 4,00% a.a.	4.345,3	26,1%
Debêntures, CCB e outros	CDI	88,75% - 129,3% do CDI, CDI + 0,60% - 2,30% a.a.	8.663,0	52,0%
Debêntures	IPCA	IPCA + 4,4963% - 7,34% a.a.	2.598,8	15,6%
USD	USD	LIBOR 3M + 2,30% - 2,45% a.a. / LIBOR 6M + 3,75% a.a. / Taxa Prime / 4,20% a.a.	458,5	2,7%
Outros	Pré fixado	6,7665% - 16,49% a.a.	609,0	3,6%
Total			16.674,6	100,0%

1 - Os valores não estão reduzidos dos custos de transação e não estão mensurados a valor justo.

Como informação adicional, em 30 de junho de 2018, a exposição líquida pró-forma em dólar era de US\$ 7,9 milhões, referente aos fornecimentos de ViaQuatro (100%) e Metrô Bahia. Neste mesmo período, a dívida bruta pró-forma era de R\$ 17,7 bilhões.

Comentário do Desempenho

Calendário de Amortização da Dívida¹

Calendário de Amortização da Dívida		
Período	R\$ MM	% Total
2018	1.620,9	10%
2019	2.332,8	14%
2020	3.152,6	19%
2021	2.387,9	14%
A partir de 2022	7.180,3	43%
Total	16.674,6	100%

¹ Os valores não estão reduzidos dos custos de transação e não estão mensurados a valor justo.

Investimentos e Manutenção

R\$ MM (100%)	Ativo Imobilizado e Intangível						Manutenção Realizada		Ativo Financeiro ¹		Total	
	Obras de Melhorias		Equipamentos e Outros		Total		Custo com Manutenção		2T18	1S18	2T18	1S18
	2T18	1S18	2T18	1S18	2T18	1S18	2T18	1S18				
NovaDutra	33,9	52,6	7,8	9,8	41,7	62,4	40,6	60,5	0,0	0,0	82,3	122,9
ViaLagos	0,4	0,6	0,5	1,0	0,9	1,6	0,3	0,3	0,0	0,0	1,2	1,8
RodoNorte	99,1	192,3	1,7	2,7	100,8	195,0	18,8	44,1	0,0	0,0	119,6	239,1
AutoBAn	18,3	47,0	3,2	5,6	21,5	52,6	1,8	3,6	0,0	0,0	23,4	56,3
ViaOeste	11,6	17,5	2,4	4,9	14,0	22,4	7,0	25,8	0,0	0,0	20,9	48,2
ViaQuatro	30,1	73,0	2,4	4,2	32,5	77,2	0,0	0,0	0,0	0,0	32,5	77,2
RodoAnel Oeste	6,0	10,8	1,2	3,5	7,2	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0	7,2	14,3
Samm	2,0	2,0	1,7	3,0	3,7	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,7	5,0
SPVias	0,6	13,0	1,7	2,7	2,3	15,7	8,6	9,2	0,0	0,0	10,9	24,8
CAP	16,2	26,6	0,0	0,0	16,2	26,6	0,0	0,0	0,0	0,0	16,2	26,6
Barcas	(0,0)	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Metrô Bahia	80,9	217,5	1,1	2,1	82,0	219,6	0,0	0,0	54,9	120,2	136,9	339,8
BH Airport	9,6	20,0	2,5	3,0	12,1	23,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,1	23,0
MSVia	55,7	108,9	1,6	2,5	57,3	111,4	0,0	0,0	0,0	0,0	57,3	111,4
TAS	0,1	0,2	7,9	10,1	8,0	10,3	0,0	0,0	0,0	0,0	8,0	10,3
ViaMobilidade	12,5	15,3	2,3	2,3	14,8	17,6	0,0	0,0	0,0	0,0	14,8	17,6
Outras ²	(3,6)	(4,5)	3,9	8,1	0,4	3,6	(1,9)	(3,3)	0,0	0,0	(1,6)	0,3
Consolidado	373,4	792,8	41,9	65,6	415,4	858,4	75,1	140,2	54,9	120,2	545,4	1.118,8

SPCP³ 0,0 0,0 32,9 65,2 32,9 65,2 0,0 0,0 0,0 0,0 32,9 65,2

1 - Os investimentos realizados pela Companhia, que serão recebidos dos Poderes Concedentes como contraprestação pecuniária ou aporte, compõem o ativo financeiro.

2 - Inclui CCR, CPC e Eliminações.

3 - Contabilização de terreno, conforme descrito a seguir.

No 2T18, os investimentos realizados (incluindo o ativo financeiro), somados à manutenção, atingiram R\$ 545,4 milhões. As concessionárias que mais investiram no trimestre foram: Metrô Bahia, RodoNorte, NovaDutra, MSVia e ViaQuatro. Adicionalmente, houve efeito caixa de pagamento de parcelas da compra do terreno nos municípios de Cajamar e Caieiras, conforme anunciado no Fato Relevante de 5 de fevereiro de 2016, no valor de R\$ 32,9 milhões no 2T18.

Os investimentos no Metrô Bahia concentraram-se nas obras civis, material rodante e sistemas. Os investimentos da RodoNorte e da MSVia focaram-se em duplicações e obras de restauração em diversos trechos. Na NovaDutra foram realizadas obras em diversas pontes e viadutos. A ViaQuatro investiu em trens, sistemas e sinalização.

No 2T18, houve recebimento de R\$ 171,5 milhões, no Metrô Bahia, referentes a aportes e contraprestações (R\$ 126,9 milhões e R\$ 44,6 milhões, respectivamente) do Poder Concedente.

Como informação adicional, os investimentos nas controladas em conjunto foram realizados conforme tabela a seguir:

Comentário do Desempenho

R\$ MM	Ativo Imobilizado e Intangível - Controladas em Conjunto						Manutenção Realizada - Controladas em Conjunto		Ativo Financeiro ¹ Controladas em Conjunto		Total	
	Obras de Melhorias		Equipamentos e Outros		Total		Custo com Manutenção		2T18	1S18	2T18	1S18
	2T18	1S18	2T18	1S18	2T18	1S18	2T18	1S18				
Renovias (40%)	(0,1)	(0,1)	0,8	1,1	0,7	1,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,7	4,0
ViaRio (66,66%)	0,1	0,4	0,5	0,6	0,6	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	1,0
VLT (24,93%)	1,6	1,9	0,0	0,1	1,6	2,0	0,0	0,0	3,3	9,1	4,9	11,1
Quito - Quiport (50%)	10,0	21,2	0,0	0,0	10,0	21,2	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	21,2
San José - Aeris (48,75%)	16,2	31,4	0,2	0,2	16,4	31,6	0,0	0,0	0,0	0,0	16,4	31,6
Total	27,8	54,8	1,5	2,0	29,3	56,8	0,0	3,0	3,3	9,1	32,6	68,9

1 - Os investimentos realizados, que serão recebidos dos poderes concedentes como contraprestação pecuniária ou aporte, compõem o ativo financeiro.

Os investimentos das controladas em conjunto, somados à manutenção, totalizaram R\$ 32,6 milhões no 2T18.

No trimestre, o VLT (24,93%) recebeu o valor líquido de R\$ 7,1 milhões, referente a aportes e contraprestações (R\$ 1,0 milhão e R\$ 6,1 milhões, respectivamente).

Seguem os valores estimados de investimentos e manutenção para o ano de 2018. Os valores incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviços e casos em discussão para reequilíbrio.

2018 (E) - R\$ MM	Investimentos Estimados			Manutenção Estimada
	Total	Contribuições Poderes Concedentes	Total líquido	Custo com Manutenção
Metrô Bahia	595,6	248,9	346,7	0,0
RodoNorte (100%)	473,3	0,0	473,3	121,5
ViaQuatro (100%)	264,8	0,0	264,8	0,0
NovaDutra	171,7	0,0	171,7	85,5
MSVia	145,5	0,0	145,5	0,0
BH Airport (100%)	124,1	0,0	124,1	0,0
AutoBAn	111,6	0,0	111,6	8,9
Quito - Quiport (50%)	83,4	0,0	83,4	0,0
ViaOeste	52,1	0,0	52,1	34,1
SPVias	52,1	0,0	52,1	112,2
RodoAnel Oeste (100%)	48,7	0,0	48,7	0,0
VLT (24,93%)	48,5	41,5	7,0	0,0
SAMM	44,6	0,0	44,6	0,0
San José - Aeris (48,75%)	40,9	0,0	40,9	0,0
Curaçao - CAP (100%)	36,4	0,0	36,4	0,0
CCR Actua	22,5	0,0	22,5	0,0
ViaLagos	11,0	0,0	11,0	4,4
Renovias (40%)	7,3	0,0	7,3	5,4
ViaRio (66,66%)	6,9	0,0	6,9	0,0
TAS (100%)	4,4	0,0	4,4	0,0
Outros*	65,8	0,0	65,8	(4,5)
Total	2.411,1	290,4	2.120,7	367,6

* Inclui CCR, CPC, SPCP, Barcas e eliminações.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2018

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A CCR é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&F Bovespa (B3 ou B3 - Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla “CCRO3”.

Neste semestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto para o abaixo descrito:

CCR

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado, divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a Companhia divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente serão submetidas ao Conselho de Administração, que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a Companhia recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação seria o dia 14 de maio de 2018. Porém, no curso desta solicitação, foram requeridos novos esclarecimentos, tornando o prazo acima prejudicado. Em seguida, antes de cumpridas as referidas solicitações, o Ministério Público do Estado de São Paulo decretou o sigilo do procedimento.

Em 20 de maio de 2018, foi veiculada matéria sob título “*MP aponta caixa 2 da CCR para a campanha de Alckmin*”. Conforme comunicado ao mercado, datado de 24 de maio de 2018, a Companhia, respondendo à Ofício da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, esclareceu que em 28 de fevereiro de 2018, tão logo tomou conhecimento de reportagens publicadas na imprensa acerca de suposta prática de atos ilícitos envolvendo a Companhia, foi constituído Comitê Independente para conduzir investigações relacionadas aos eventos citados nas reportagens e conexos.

A Companhia e suas investidas estão sujeitas à Lei 12.846/13 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, poderão ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia e suas investidas. Entretanto, no momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventual provisão para contingências sobre este assunto nestas informações trimestrais.

Notas Explicativas

As investigações conduzidas pelo Comitê Independente ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se, ao final dos trabalhos, serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia.

Com base nos elementos que possui até o momento, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações financeiras trimestrais e concluiu que os fatos veiculados, se ocorreram, não trariam efeitos materiais às mesmas.

ViaMobilidade

Em 05 de abril de 2018, a ViaMobilidade e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, firmaram o Contrato de Concessão nº 03/2018, cujo objeto consiste na concessão onerosa da prestação de serviço público de transporte de passageiros das Linhas 5 - Lilás e 17 - Ouro da rede metroviária de São Paulo, no qual a CCR e RuasInvest Participações S.A., na qualidade de acionistas da concessionária, figuram como intervenientes-anuentes.

A concessão terá prazo de 20 anos, que se iniciará a partir da data da emissão de Ordem de Início da operação comercial da Linha 5 - Lilás. A assinatura do contrato de concessão representa a concretização de mais uma importante etapa do planejamento estratégico da CCR, que visa o seu crescimento qualificado, agregar valor aos acionistas e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Controladora e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), para o Consolidado, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 - Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Destaca-se que existe diferença entre os resultados e os patrimônios líquidos da controladora e consolidado pois, para fins das ITRs consolidadas, o saldo do ativo diferido foi integralmente baixado enquanto que, para fins da controladora e conforme permitido pela Lei nº 11.638/07, isso ocorrerá por meio de amortização.

Em 08 de agosto de 2018, o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas ITRs e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 09 de agosto de 2018.

3. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a

Notas Explicativas

partir de 1º de janeiro de 2018, dos Pronunciamentos CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, de tal forma que é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter o direito em troca da transferência de controle dos bens e/ou serviços para um cliente.

O CPC 47/ IFRS 15 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Controladora

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	17.755	17.755
Mútuos - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	632.845	632.845
Partes relacionadas - AFAC	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	577.862	577.862
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	76.130	76.130

Notas Explicativas

Consolidado

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.597.051	2.597.051
Adiantamento a fornecedor	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	88.275	88.275
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	5.334	5.334
Mútuos - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	427.533	427.533
Partes relacionadas - AFAC	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	764	764
Contas a receber - operações com derivativos	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado abrangente (a)	7.018	7.018
Contas a pagar - operações com derivativos	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado abrangente (a)	(2.845)	(2.845)

(a) As alterações nas classificações referem-se apenas a modificações nas nomenclaturas das categorias dos instrumentos financeiros, sem efeito na classificação e mensuração contábil, pois os mesmos já eram tratados no resultado abrangente, conforme permitido pela contabilidade de *hedge* (*hedge* de fluxo de caixa).

ii. *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

iii. *Contabilidade de hedge*

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de *hedge* do CPC 48 / IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A aplicação da contabilidade de *hedge* de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixas e bancos	1.520	154	147.461	161.084
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos e CDB	839.982	2.341.348	1.319.234	2.674.142
	<u>841.502</u>	<u>2.341.502</u>	<u>1.466.695</u>	<u>2.835.226</u>
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos e CDB	1.127.893	1.163.766	1.810.343	1.979.607
	<u>1.127.893</u>	<u>1.163.766</u>	<u>1.810.343</u>	<u>1.979.607</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,01% do CDI, equivalente a 6,48% ao ano (99,27% do CDI, equivalente a 9,82% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber - Consolidado

	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		
Recebíveis de aeroportos (a)	89.322	79.719
Receitas acessórias (b)	18.746	25.483
Pedágio eletrônico (c)	356.498	357.323
Receitas aquaviárias (d)	4.937	4.716
Receitas com multimídia (e)	18.824	17.350
Receitas tarifárias (f)	19.641	11.445
Poder Concedente - Metrô Bahia (i)	<u>352.678</u>	<u>413.656</u>
	860.646	909.692
Provisão para perda esperada - contas a receber (g)	<u>(17.417)</u>	<u>(10.415)</u>
	<u>843.229</u>	<u>899.277</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias (b)	2.503	2.118
Receitas com multimídia (e)	20.790	24.047
Poder Concedente - Barcas (h)	51.768	48.598
Poder Concedente - Metrô Bahia (i)	<u>1.680.451</u>	<u>1.625.129</u>
	1.755.512	1.699.892
Provisão para perda esperada - contas a receber (g)	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>1.753.394</u>	<u>1.697.774</u>

Notas Explicativas**Idade de Vencimentos dos Títulos**

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos a vencer	2.578.939	2.577.731
Créditos vencidos até 60 dias	11.723	4.974
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	5.961	14.346
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	13.360	5.065
Créditos vencidos há mais de 180 dias	6.175	7.468
	<u>2.616.158</u>	<u>2.609.584</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos de receitas acessórias como aluguel de espaços e tarifa de estacionamentos;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (c) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (d) Créditos a receber decorrentes de serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas aquaviárias, utilizados por intermédio do cartão RioCard;
- (e) Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de multimídia, prestados a terceiros pela Samm;
- (f) Créditos a receber da Cia do Metropolitano de SP, da SPTrans e da Cia Metropolitana da BA decorrentes de serviços prestados aos usuários da ViaQuatro e do Metrô Bahia;
- (g) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada para cada negócio da Companhia;
- (h) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao Poder Concedente em troca de melhorias na infraestrutura, no momento da reversão de bens, ao término do contrato de concessão; e
- (i) Refere-se ao direito contratual de receber aporte público e contraprestação pecuniária do Poder Concedente, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura pela controlada, sendo que os valores são registrados pelo seu valor presente, calculados pela taxa interna de retorno do contrato, à medida da evolução física das melhorias efetuadas.

O quadro a seguir demonstra o direito de receber caixa do Poder Concedente - Metrô Bahia:

	<u>31/12/2017</u>	<u>30/06/2018</u>					
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferência	Outros	
Circulante							
Aporte público	254.869	82.889	(187.820)	5.826	-	-	155.764
Contraprestação pecuniária	158.787	13.842	(110.144)	-	95.191	39.238 (a)	196.914
	<u>413.656</u>	<u>96.731</u>	<u>(297.964)</u>	<u>5.826</u>	<u>95.191</u>	<u>39.238</u>	<u>352.678</u>
Não circulante							
Contraprestação pecuniária	1.625.129	41.144	-	113.186	(95.191)	(3.817) (b)	1.680.451

Notas Explicativas

Cronograma de recebimento - não circulante

2019	82.767
2020	155.330
2021	140.077
2022	126.567
2023	114.698
2024 em diante	<u>1.061.012</u>
	<u><u>1.680.451</u></u>

- (a) Refere-se ao valor de desapropriação e reassentamento, com base no disposto na subcláusula 8.8.4 do Contrato de Concessão; e
- (b) Em 04 de junho de 2018, foi assinado o Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão, o qual promoveu diversas alterações em relação às contraprestações anuais marginais de nºs 4, 5 e 6.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora			
	<u>01/04/2018 a</u> <u>30/06/2018</u>	<u>01/01/2018 a</u> <u>30/06/2018</u>	<u>01/04/2017 a</u> <u>30/06/2017</u>	<u>01/01/2017 a</u> <u>30/06/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	261.302	706.253	845.390	1.142.560
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(88.843)	(240.126)	(287.432)	(388.470)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial (a)	108.793	263.964	109.459	217.746
Despesas indedutíveis	(56)	(164)	(66)	(162)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(4.428)	(5.109)	(4.520)	(5.233)
Incentivo relativo ao imposto de renda	(110)	354	-	-
Custos de transação na emissão de ações	-	87	858	24.685
Outros ajustes tributários	(501)	(3.891)	1.871	1.870
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>14.855</u>	<u>15.115</u>	<u>(179.830)</u>	<u>(149.564)</u>
Impostos correntes	11.506	(8.640)	-	-
Impostos diferidos	<u>3.349</u>	<u>23.755</u>	<u>(179.830)</u>	<u>(149.564)</u>
	<u>14.855</u>	<u>15.115</u>	<u>(179.830)</u>	<u>(149.564)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>-5,68%</u>	<u>-2,14%</u>	<u>21,27%</u>	<u>13,09%</u>

- (a) Os valores estão líquidos da amortização do direito de concessão gerado na aquisição de participação adicional na ViaQuatro.

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017 (Reclassificado) (*)	01/01/2017 a 30/06/2017 (Reclassificado) (*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	414.416	1.095.150	1.013.812	1.427.795
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(140.901)	(372.351)	(344.696)	(485.450)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	13.378	25.657	5.646	24.044
Despesas indedutíveis	(1.984)	(3.451)	(2.260)	(4.160)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(7.656)	(9.442)	(8.859)	(10.404)
Incentivo relativo ao imposto de renda	2.820	4.639	3.141	4.878
Custos de transação na emissão de ações	-	103	858	24.685
Outros ajustes tributários	(14.032)	(29.770)	(1.945)	(2.896)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(148.375)	(384.615)	(348.115)	(449.303)
Impostos correntes	(159.286)	(395.242)	(189.249)	(375.122)
Impostos diferidos	10.911	10.627	(158.866)	(74.181)
	(148.375)	(384.615)	(348.115)	(449.303)
Alíquota efetiva de impostos	35,80%	35,12%	34,34%	31,47%

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora				
	31/12/2017	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	18.731	(3.860)	14.871	14.871	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.676	(2.209)	2.467	2.467	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	139	1	140	140	-
Variação cambial	(21.153)	21.153	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	(6.246)	6.246	-	-	-
Cessão de crédito	3.675	(987)	2.688	2.688	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(2.282)	(492)	(2.774)	247	(3.021)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(168.231)	3.598	(164.633)	-	(164.633)
Provisão para Fornecedores	-	-	-	-	-
Outros	6	305	311	311	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(183.078)	23.755	(159.323)	20.724	(180.047)
Compensação de imposto	-	-	-	(20.724)	20.724
Imposto líquido ativo (passivo)	(183.078)	23.755	(159.323)	-	(159.323)

Notas Explicativas

Controladora					
Saldo em 30/06/2017					
31/12/2016	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	-	29.207	29.207	29.207	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	4.114	(1.776)	2.338	2.338	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	155	2	157	157	-
Variação cambial	(45.853)	24.696	(21.157)	-	(21.157)
Resultado de operações com derivativos	18.882	(24.086)	(5.204)	-	(5.204)
Cessão de crédito	-	4.652	4.652	4.652	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(430)	2.244	1.814	3.519	(1.705)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	-	(12.393)	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	-	(172.110)	(172.110)	-	(172.110)
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(23.132)	(149.564)	(172.696)	39.873	(212.569)
Compensação de imposto	-	-	-	(39.873)	39.873
Imposto líquido ativo (passivo)	(23.132)	(149.564)	(172.696)	-	(172.696)

Consolidado						
Saldo em 30/06/2018						
31/12/2017	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	1.093.985	107.685	-	1.201.670	1.201.670	-
Variação cambial	(63.582)	54.998	-	(8.584)	721	(9.305)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	18.279	(8.267)	-	10.012	10.012	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	3.425	(526)	-	2.899	2.899	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	24.792	3.009	-	27.801	27.801	-
Constituição da provisão de manutenção	207.747	(6.063)	-	201.684	201.684	-
Provisão para perda de investimentos	-	-	-	-	-	-
Provisão para Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Provisão IPTU	-	-	-	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	(48.921)	(35.258)	360	(83.819)	22.321	(106.140)
Déficit com receita tarifária	-	-	-	-	-	-
Cessão de crédito	3.675	(987)	-	2.688	2.688	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(571.110)	(86.068)	-	(657.178)	508.048	(1.165.226)
Atualização Monetária - Trib. Federal (Caixa)	-	-	-	-	-	-
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	-	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(168.231)	3.598	-	(164.633)	-	(164.633)
Receita de remuneração de ativos financeiros	(188.838)	(34.629)	-	(223.467)	-	(223.467)
Outros	19.344	13.135	-	32.479	35.503	(3.024)
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	318.172	10.627	360	329.159	2.013.347	(1.684.188)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(1.187.885)	1.187.885
Imposto líquido ativo (passivo)	318.172	10.627	360	329.159	825.462	(496.303)

Consolidado						
Saldo em 30/06/2017						
31/12/2016	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	788.466	198.108	-	986.574	986.574	-
Variação cambial	(90.957)	(3.252)	-	(94.209)	-	(94.209)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	16.289	(7.148)	-	9.141	9.141	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	3.081	416	-	3.497	3.497	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	23.091	3.924	-	27.015	27.015	-
Constituição da provisão de manutenção	213.337	11.781	-	225.118	225.118	-
Provisão para perda de investimentos	-	-	-	-	-	-
Provisão para Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Provisão IPTU	-	-	-	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	(20.600)	66.622	(57.709)	(11.687)	63.913	(75.600)
Déficit com receita tarifária	-	-	-	-	-	-
Cessão de crédito	-	4.652	-	4.652	4.652	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(363.881)	(144.019)	-	(507.900)	554.421	(1.062.321)
Lucros auferidos no exterior	(4.158)	4.158	-	-	-	-
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	-	(12.393)	-	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	-	(172.110)	-	(172.110)	-	(172.110)
Receita de remuneração de ativos financeiros	(104.125)	(38.707)	-	(142.832)	-	(142.832)
Outros	1.493	13.787	-	15.280	24.576	(9.296)
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	462.036	(74.181)	(57.709)	330.146	1.898.907	(1.568.761)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(1.079.971)	1.079.971
Imposto líquido ativo (passivo)	462.036	(74.181)	(57.709)	330.146	818.936	(488.790)

(a) A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2018	-	9.683
2019	-	26.543
2020	-	35.204
2021	-	44.076
2022	-	58.484
de 2023 a 2025	-	231.743
de 2026 em diante	14.871	795.937
	<u>14.871</u>	<u>1.201.670</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

Algumas empresas do Grupo CCR, principalmente a CPC e a Barcas (parcialmente), não registraram o ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais (R\$ 621.309) e bases negativas (R\$ 643.872), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro. Caso fossem registrados, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 213.276 em 30 de junho de 2018 (R\$ 198.968 em 31 de dezembro de 2017).

c. Amortização de ágio - SPVias

Em 15 de dezembro de 2017, a SPVias foi notificada da lavratura de auto de infração por meio do qual a Receita Federal do Brasil exige diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendário de 2012 e 2013, no valor total histórico de R\$ 353.395, oriundas de (a) amortização de ágio, (b) despesas financeiras incorridas com a emissão de debêntures, e (c) multas isoladas relativas às diferenças no cálculo das estimativas mensais. Em 16 de janeiro de 2018, a SPVias apresentou a impugnação, na qual informou que os débitos referentes à amortização do ágio foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (Lei nº 13.496/2017) - PERT (vide nota explicativa nº 25), a ser oportunamente consolidado, tendo contestado a parcela referente à glosa das despesas financeiras e multas isoladas. Aguarda-se o cálculo do desmembramento dos valores exigidos pelo auto de infração, para individualização dos montantes atribuídos a cada acusação fiscal, e posterior encaminhamento para o julgamento em 1ª instância administrativa.

Em 21 de novembro de 2017, a SPVias ajuizou medida cautelar nº 5003802-06.2017.4.03.6110, perante a 1ª Vara Federal de Sorocaba – SP, contra a União Federal, para oferecer garantia (seguro judicial) relativamente a supostos débitos de IRPJ e CSLL, oriundos da amortização de despesas ágio nos anos-calendário 2014 a 2017. A liminar foi concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 12 de janeiro de 2018, referente à aceitação da garantia bancária. Em 07 de março de 2018, a SPVias ajuizou ação pleiteando a anulação dos referidos débitos tributários, bem como a declaração do direito à amortização fiscal das referidas despesas. Aguarda-se a contestação da União Federal. Ademais, referente à parcela controvertida do IRPJ e CSLL, a SPVias vem procedendo com os depósitos judiciais pertinentes a partir de 2018, no montante de R\$ 4.682.

Notas Explicativas

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Circulante						
ViaLagos	234	430	-	-	234	430
AutoBAn	4.585	4.585	155.275	98.843	159.860	103.428
ViaOeste	3.297	3.297	41.659	30.494	44.956	33.791
RodoAnel Oeste	73.578	73.578	-	-	73.578	73.578
	<u>81.694</u>	<u>81.890</u>	<u>196.934</u>	<u>129.337</u>	<u>278.628</u>	<u>211.227</u>
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Não Circulante						
ViaLagos	7.859	7.780	-	-	7.859	7.780
AutoBAn	35.914	38.206	1.216.318	1.235.534	1.252.232	1.273.740
ViaOeste	11.540	13.188	145.805	166.024	157.345	179.212
RodoAnel Oeste	1.391.850	1.428.639	-	-	1.391.850	1.428.639
	<u>1.447.163</u>	<u>1.487.813</u>	<u>1.362.123</u>	<u>1.401.558</u>	<u>2.809.286</u>	<u>2.889.371</u>

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados nas controladas, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa nas controladas em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original das concessões e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

a. Controladora

	Transações					
	01/04/2018 a 30/06/2018			01/01/2018 a 30/06/2018		
	Serviços prestados	Receitas brutas	Receitas financeiras	Serviços prestados	Receitas brutas	Receitas financeiras
Controladas						
Ponte	-	-	2 (j)	-	-	2 (j)
NovaDutra	-	5.123 (a)	241 (e)	-	10.247 (a)	489 (e)
ViaLagos	-	660 (a)	-	-	1.319 (a)	-
RodoNorte	-	1.451 (a)	-	-	2.903 (a)	-
AutoBAn	-	5.350 (a)	4.461 (e)	-	10.700 (a)	9.033 (e)
ViaOeste	-	3.145 (a)	656 (e)	-	6.291 (a)	1.329 (e)
ViaQuatro	-	1.162 (a)	-	-	2.336 (a)	-
RodoAnel Oeste	-	62 (a)	2.005 (e) (i)	-	123 (a)	3.524 (e) (i)
CPC	63	254 (a)	-	126	509 (a)	-
Samm	276 (k)	203 (a)	-	276 (k)	406 (a)	-
SPVias	-	633 (a)	659 (g)	-	1.266 (a)	1.319 (g)
Barcas	-	931 (a)	-	-	1.861 (a)	-
Metrô Bahia	-	703 (a)	-	-	1.407 (a)	178 (b)
BH Airport	-	1.922 (a)	-	-	3.843 (a)	-
MSVia	-	877 (a)	-	-	1.754 (a)	-
ViaMobilidade	-	859 (a)	-	-	859 (a)	-
Controladas em conjunto						
ViaRio	-	763 (a)	3.783 (c)	-	1.118 (a)	6.878 (c)
VLT Carioca	-	591 (a)	-	-	1.395 (a)	-
Renovias	-	508 (a)	-	-	1.016 (a)	-
Outras partes relacionadas						
Companhia Operadora de Rodovias	-	225 (a)	-	-	449 (a)	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	887 (a)	-	-	1.774 (a)	-
Total	339	26.309	11.807	402	51.576	22.752

	Transações							
	01/04/2017 a 30/06/2017				01/01/2017 a 30/06/2017			
	Serviços prestados	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Serviços prestados	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controladas								
Ponte	-	-	-	375 (l)	-	-	-	1.450 (l)
NovaDutra	-	4.954 (a)	255 (e)	-	-	9.907 (a)	255 (e)	-
ViaLagos	-	648 (a)	-	-	-	1.296 (a)	-	-
RodoNorte	-	1.418 (a)	-	-	-	2.837 (a)	-	-
AutoBAn	-	5.248 (a)	4.716 (e)	-	-	10.497 (a)	4.716 (e)	-
ViaOeste	-	3.104 (a)	694 (e)	-	-	6.208 (a)	694 (e)	-
RodoAnel Oeste	-	59 (a)	-	-	-	118 (a)	-	-
CPC	59	241 (a)	-	-	119	481 (a)	-	-
Samm	-	192 (a)	-	-	-	384 (a)	-	-
SPVias	-	598 (a)	-	-	-	1.195 (a)	-	-
Barcas	-	585 (a)	-	-	-	1.463 (a)	-	-
Metrô Bahia	-	689 (a)	16.789 (b)	-	-	1.378 (a)	21.245 (b)	-
BH Airport	-	1.871 (a)	-	-	-	3.742 (a)	-	-
MSVia	-	874 (a)	-	-	-	1.748 (a)	-	-
ViaQuatro	-	1.173 (a)	-	-	-	2.203 (a)	-	-
Controladas em conjunto								
ViaRio	-	344 (a)	2.372 (c)	-	-	689 (a)	4.986 (c)	-
VLT Carioca	-	582 (a)	-	-	-	1.174 (a)	-	-
Renovias	-	498 (a)	-	-	-	1.014 (a)	-	-
Outras partes relacionadas								
Companhia Operadora de Rodovias	-	216 (a)	-	-	-	433 (a)	-	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	856 (a)	-	-	-	1.711 (a)	-	-
Total	59	24.150	24.826	375	119	48.478	31.896	1.450

Notas Explicativas

	SalDOS				
	30/06/2018				
	Ativo			Passivo	
Contas a receber	AFAC	Mútuos e cessão onerosa	AFAC	Fornecedores e contas a pagar	
Controladoras					
Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura	-	-	-	720	12
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	720	-
Soares Penido Concessões	-	-	-	287	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	189	-
Controladas					
RodoNorte	454 (a)	-	-	-	-
ViaOeste	984 (a)	-	39.232 (e)	-	-
RodoAnel Oeste	19 (a)	742.862 (d)	30.212 (i)	-	-
NovaDutra	1.603 (a)	-	14.436 (e)	-	-
ViaLagos	206 (a)	-	-	-	-
AutoBAn	1.684 (a)	-	266.569 (e)	-	6 (h)
CPC	96 (a)	-	-	-	126 (f)
SPVias	198 (a)	-	36.271 (g)	-	5 (h)
Samm	64 (a)	-	-	-	49 (h) (k)
Barcas	8.831 (a)	-	-	-	-
MSVia	274 (a)	-	-	-	-
Metrô Bahia	245 (a)	-	-	-	2 (h)
BH Airport	601 (a)	-	-	-	-
ViaQuatro	366 (a)	-	-	-	-
ViaMobilidade	271 (a)	-	-	-	7 (h)
Controladas em conjunto					
VLT Carioca	1.869 (a)	-	-	-	-
ViaRio	239 (a)	-	170.121 (c)	-	-
Renovias	160 (a)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas					
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	277 (a)	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	70 (a)	-	-	-	-
Total circulante, 30 de junho de 2018	18.511	-	-	-	207
Total não circulante, 30 de junho de 2018	-	742.862	556.841	1.916	-
Total, 30 de junho de 2018	18.511	742.862	556.841	1.916	207

	SalDOS				
	31/12/2017				
	Ativo			Passivo	
Contas a receber	AFAC	Mútuos e cessão onerosa	AFAC	Fornecedores e contas a pagar	
Controladoras					
Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura	-	-	-	720	12
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	720	-
Soares Penido Concessões	-	-	-	287	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	189	-
Controladas					
RodoNorte	447 (a)	-	-	-	12 (h)
ViaOeste	971 (a)	-	38.900 (e)	-	-
RodoAnel Oeste	18 (a)	577.862 (d)	-	-	-
NovaDutra	1.551 (a)	-	14.315 (e)	-	13 (h)
ViaLagos	203 (a)	-	-	-	-
AutoBAn	1.642 (a)	-	264.321 (e)	-	6 (h)
CPC	108 (a)	-	-	-	326 (f)
SPVias	187 (a)	-	35.209 (g)	-	3 (h)
Samm	60 (a)	-	-	-	6 (h)
Barcas	6.579 (a)	-	-	-	-
MSVia	273 (a)	-	-	-	-
Metrô Bahia	216 (a)	-	172.287 (b)	-	-
BH Airport	601 (a)	-	-	-	-
ViaQuatro	406 (a)	-	-	-	-
Controladas em conjunto					
VLT Carioca	3.888 (a)	-	-	-	-
ViaRio	108 (a)	-	107.813 (c)	-	-
Renovias	161 (a)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas					
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	268 (a)	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	68 (a)	-	-	-	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	17.755	-	-	-	378
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017	-	577.862	632.845	1.916	-
Total, 31 de dezembro de 2017	17.755	577.862	632.845	1.916	378

Notas Explicativas

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de mútuo, remunerado à variação de 127,67% do CDI. O vencimento do contrato é 31 de dezembro de 2020. Em 04 de janeiro de 2018, o contrato foi liquidado antecipadamente;
- (c) Contratos de mútuo, sendo 4 remunerados a 130% do CDI e 2 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 16 de janeiro de 2034 e 01 remunerado a CDI + 2,90% a.a. com vencimento em 1º de junho de 2028;
- (d) Adiantamentos para futuro aumento de capital;
- (e) Refere-se à cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória - MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, estão sendo pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;
- (f) Contrato de prestação exclusiva de serviços de informática e manutenção executados pela CPC - Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (g) Contrato de mútuo, remunerado à variação acumulada de 117,49% do CDI. O vencimento do contrato é 22 de outubro de 2018;
- (h) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (i) Contratos de mútuo, remunerados à variação acumulada de 110,7% do CDI, com vencimentos em 20 de julho de 2018, 02 de agosto de 2018, 30 de novembro de 2018 e 27 de dezembro de 2018;
- (j) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 110,7% do CDI. O vencimento do contrato foi em 29 de junho de 2018;
- (k) Prestação de serviços de transmissão de dados; e
- (l) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 125,87% do CDI. O vencimento do contrato era 6 de julho de 2017, contudo, na mesma data ocorreu a prorrogação do prazo para 6 de julho de 2018. Em 1º de dezembro de 2017, ocorreu a liquidação antecipada do contrato;

Notas Explicativas

b. Consolidado

	Transações											
	01/04/2018 a 30/06/2018						01/01/2018 a 30/06/2018					
	Custos de construção	Serviços Prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Custos de construção	Serviços Prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controladoras												
Camargo Corrêa	10.076 (a)	-	3.797 (b)	-	-	-	21.484 (a)	-	17.006 (b)	37 (l)	-	-
Andrade Gutierrez	10.076 (a)	-	-	-	-	-	21.484 (a)	-	-	-	-	-
Camargo Correa Desenv. Imobiliário (CCDI)	-	-	-	38 (l)	-	-	-	-	-	38 (l)	-	-
Odebrecht Mobilidade S/A	-	-	-	199 (l)	-	-	-	-	-	199 (l)	-	-
Controladas												
Alba Concessions	-	-	-	-	177 (s)	-	-	-	-	-	4.611 (s)	7.814 (s)
CCR España Empreendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAI	-	-	-	301 (c)	-	-	-	-	-	301 (c)	-	-
TAS	-	-	-	-	1.961 (s)	30 (s)	-	-	-	-	2.699 (s)	1.565 (s)
Controladas em conjunto												
Renovias	-	153 (l)	-	600 (c)	-	-	-	306 (l)	-	1.200 (c)	-	-
ViaRio	-	-	-	1.488 (c)	3.781 (d)	-	-	-	-	1.843 (c)	6.876 (d)	-
VLT Carnoça	-	-	-	591 (c)	2.477 (e)	-	-	-	-	1.395 (c)	4.731 (e)	-
Corporación Quiport	-	-	-	-	1.780 (f)	-	-	-	-	-	3.362 (f)	-
IBSA	-	-	-	-	2.481 (g)	-	-	-	-	-	4.690 (g)	-
Outras partes relacionadas												
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	88.204 (h)	-	1.789 (c)	-	-	-	174.682 (h)	-	3.577 (c)	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	240 (c)	-	-	-	-	-	480 (c)	-	-
Jack Holding Inc	-	-	-	-	-	8 (w)	-	-	-	-	-	8 (w)
JCA Holding Participações	-	-	-	-	-	39 (p)	-	-	-	-	-	79 (p)
RIOPAR Participações S.A	-	-	-	-	-	31 (p)	-	-	-	-	-	61 (p)
J. Malacelli Construtora de Obras	-	-	42.528 (i)	-	-	-	-	-	69.870 (i)	-	-	-
Serveng - Civiksan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	-	29.545 (j)	-	-	-	-	-	50.771 (j)	-	-	-
Interement Brasil	-	-	628 (k)	-	-	-	-	-	708 (k)	-	-	-
Consórcio Rodo Avaré	-	-	-	-	-	-	-	-	8.887 (l)	-	-	-
Total	20.152	88.357	76.498	5.246	12.657	5.824	42.968	174.988	147.242	9.070	26.969	9.527

Notas Explicativas

	Transações											
	01/04/2017 a 30/06/2017					01/01/2017 a 30/06/2017						
	Custos de construção	Serviços Prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Custos de construção	Serviços Prestados	Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controladoras												
Camargo Corrêa	80.544 (a)	-	19.410 (b)	-	-	-	187.718 (a)	-	40.659 (b)	-	-	-
Andrade Gutierrez	80.544 (a)	-	-	-	-	-	187.718 (a)	-	-	-	-	-
Controladas												
Alba Concessions	-	-	-	-	8.634 (s)	1.364 (s)	-	-	-	-	11.221 (s)	2.343 (s)
CCR España Emprendimientos	-	-	-	-	405 (s)	399 (s)	-	-	-	-	138 (s)	857 (s)
TAS	-	-	-	-	750 (s)	2.524 (s)	-	-	-	-	723 (s)	3.276 (s)
Green Airports	-	-	-	-	-	465 (s)	-	-	-	-	946 (s)	584 (s)
ViaQuatro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.871 (c)	-	-
CPC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	882 (c)	-	-
Controladas em conjunto												
Renovias	-	-	-	565 (c)	-	-	-	-	-	1.149 (c)	-	-
ViaRio	-	-	-	344 (c)	2.371 (d)	-	-	-	-	689 (c)	4.985 (d)	-
VLIT Carioca	-	-	-	582 (c)	1.526 (e)	-	-	-	-	1.174 (c)	2.438 (e)	-
Corporación Quiport	-	-	-	-	1.585 (f)	-	-	-	-	3.122 (f)	-	-
IBSA	-	-	-	-	2.212 (g)	-	-	-	-	4.512 (g)	-	-
Outras partes relacionadas												
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	83.123 (h)	-	434 (c)	-	-	-	166.130 (h)	-	3.092 (c)	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	232 (c)	-	-	-	-	-	462 (c)	-	-
JCA Holding Participações	-	-	-	-	-	60 (p)	-	-	-	-	-	127 (p)
RIOPAR Participações S.A	-	-	-	-	-	45 (p)	-	-	-	-	-	96 (p)
Encalco Construções	-	-	-	-	-	2.479 (u)	-	-	-	-	-	5.342 (u)
J. Malucelli Construtora de Obras	-	-	35.162 (i)	-	-	-	-	-	55.802 (i)	-	-	-
Serveng - Cijalsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	-	2.775 (j)	-	-	-	-	-	3.714 (j)	-	-	-
Interement-Brasil	-	-	1.366 (k)	-	-	-	-	-	4.400 (k)	-	-	-
Consórcio Rodov Avaré	-	-	15.455 (l)	-	-	-	-	-	16.530 (l)	-	-	-
Total	161.088	83.123	74.168	2.157	17.483	7.336	375.436	166.130	121.105	9.319	28.085	12.625

Notas Explicativas

		Saldos					30/06/2018	
		Ativo			Passivo			
		Contas a Receber	AFAC	Mútuos	AFAC	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar	
Controladoras		-	-	-	-	-	4.710 (m) (a)	
	Andrade Gutierrez Concessões	-	-	-	-	-	5.847 (m) (b) (a)	
	Camargo Corrêa	-	-	-	-	-	-	
	Camargo Corrêa Transportes	-	-	-	720	-	-	
	Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	720	-	-	
	Soares Penido Concessões	-	-	-	287	-	-	
	Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	189	-	-	
Controladas								
	CAI	8	-	-	-	-	-	
Controladas em conjunto								
	Corporación Quiport	-	-	153.851 (f)	-	-	-	
	Icaros	336	-	-	-	-	-	
	Quiport Holdings	344	-	-	-	-	-	
	IBSA	-	890	-	-	-	-	
	ViaRio	589 (c)	-	135.700 (g)	-	-	-	
	VLT Carioca	1.869 (c)	-	170.121 (d)	-	-	34 (n)	
	Renovias	182 (c)	-	93.045 (e)	-	-	-	
Outras partes relacionadas								
	Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	559 (c)	-	-	-	-	34.125 (h)	
	Companhia Operadora de Rodovias	93 (c)	-	-	-	-	80	
	Rodomar Administ e Partic.	-	-	-	-	-	2.425 (o)	
	RIOPAR Participações S.A	-	-	-	21.400 (q)	-	-	
	Jack Hilding Inc	-	-	-	-	1.498 (p)	-	
	Serveng - Civiskan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	-	-	-	1.167 (w)	-	
	Auto Viação 1001	-	-	-	-	-	8.106 (j)	
	JCA Holding Participações	-	-	-	21.400 (q)	-	39.294 (o)	
	Cesbe	-	-	-	-	-	97	
	J.Maluelli Construtora de Obras	-	-	-	-	-	17.495 (i)	
	Consórcio Rodo Avaré	-	-	-	-	-	559 (l)	
	Total circulante, 30 de junho de 2018	3.980	-	-	-	4.622	112.772	
	Total não circulante, 30 de junho de 2018	-	890	552.717	44.716	-	-	
	Total, 30 de junho de 2018	3.980	890	552.717	44.716	4.622	112.772	

Notas Explicativas

	Saldos					
	Ativo			Passivo		
	31/12/2017					
	Contas a Receber	AFAC	Mútuos	AFAC	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladoras	-	-	-	-	-	1.291 (m)
Andrade Gutierrez Concessões	-	-	-	-	-	6.430 (m) (b)
Camargo Corrêa	-	-	-	-	-	-
Camargo Corrêa Transportes	-	-	-	720	-	-
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	720	-	-
Soares Perillo Concessões	-	-	-	287	-	-
Soares Perillo Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	189	-	-
Controladas	-	-	-	-	-	-
CAI	7	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-
Corporación Quiport	-	-	128.746 (f)	-	-	-
Icaros	289	-	-	-	-	-
Quiport Holdings	295	-	-	-	-	-
IBSA	-	764	-	-	-	-
ViaRio	108 (c)	-	111.893 (g)	-	-	-
VLT Carioca	3.888 (c)	-	107.813 (d)	-	-	-
Renovias	183 (c)	-	79.081 (e)	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	484 (c)	-	-	-	-	27.212 (h)
Companhia Operadora de Rodovias	80 (c)	-	-	-	-	4
Infraero	-	-	-	-	-	2.922 (v)
Rodomar Administ e Partic.	-	-	-	-	-	2.362 (o)
RIOPAR Participações S.A	-	-	-	21.400 (q)	1.449 (p)	-
Zurich Airport	-	-	-	-	-	3.222 (r)
Serveng - Civiskan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia	-	-	-	-	-	33.033 (j)
Auto Viação 1001	-	-	-	-	-	38.254 (o)
JCA Holding Participações	-	-	-	21.400 (q)	1.893 (p)	-
Cesbe	-	-	-	-	-	97
J.Matelli Construtora de Obras	-	-	-	-	-	32.106 (i)
Consórcio Rodo Avaré	-	-	-	-	-	463 (l)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017	5.334	-	-	-	3.342	144.358
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017	-	764	427.533	44.716	-	3.038
Total, 31 de dezembro de 2017	5.334	764	427.533	44.716	3.342	147.396

Notas Explicativas

c. Despesas com profissionais chave da administração

		Não estatutários					
		Controladora			Consolidado		
		01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017
1. Remuneração (x):							
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa		252	250	446	1.710	3.249	2.951
Outros benefícios:							
Provisão de participação no resultado							
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte (Reversão)/Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano		122	111	222	897	1.846	1.068
Previdência privada		201	(871)	(871)	3.982	3.982	1.203
Seguro de vida		-	-	-	57	102	101
		-	-	1	3	7	7
		575	(510)	(202)	6.649	9.186	5.330
		Estatutários			Consolidado		
		01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017
1. Remuneração (x):							
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa		4.711	4.153	8.452	11.467	22.976	22.911
Outros benefícios:							
Provisão de participação no resultado							
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte (Reversão)/Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano		2.850	2.852	5.482	6.285	12.516	11.839
Previdência privada		14.753	16.097	16.097	22.627	22.627	28.313
Seguro de vida		158	206	396	326	663	847
		7	7	12	7	38	40
		22.479	30.151	30.439	40.712	58.820	63.950
		Conselheiros			Consolidado		
		01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017
1. Remuneração (x):							
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa		721	1.345	1.467	738	1.561	1.467
Seguro de vida		10	24	14	10	24	14
		731	1.369	1.481	748	1.585	1.481

Notas Explicativas

d. Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Remuneração dos administradores (x)	7.723	13.233	18.520	30.731

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 16 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e diretoria da Companhia no montante de R\$ 71.100, no caso de cumprimento integral das metas fixadas, podendo chegar até R\$ 82.000 no caso de superação das metas. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros b, c e d:

- (a) Refere-se ao contrato por administração sob regime de aliança para a prestação de serviços de obras de construção e melhorias no Metrô Bahia, celebrado entre a CCR Metrô Bahia e construtoras parceiras a preço global, visando atender aos prazos necessários para a entrega das duas linhas previstas no Sistema Metroviário Salvador-Lauro de Freitas, com máxima eficiência no processo construtivo, mediante a redução dos custos e a diminuição dos riscos.

O principal diferencial do Contrato de Aliança é configurar uma parceria em que, em vez de apenas serem contratadas para as obras, as construtoras contribuem para a definição do orçamento de forma participativa e transparente - incluindo a predeterminação do lucro esperado. Os construtores poderão obter uma bonificação financeira em percentual sobre o valor do lucro acordado se o resultado for melhor o que o projetado, ou serem penalizados até o limite de sua remuneração se houver perdas ou frustração dos resultados e cronogramas.

Em atenção às melhores práticas de governança priorizadas pelo Novo Mercado e às práticas internas do próprio Grupo CCR, foram contratadas: (i) empresa independente para avaliar o processo de previsão dos custos de modo a assegurar que os valores do orçamento são compatíveis com os preços de mercado; e (ii) empresa de assessoria específica, com experiência comprovada, para acompanhar o andamento das obras e sua aderência ao cronograma e orçamento, visando assegurar a performance esperada do Contrato de Aliança.

- (b) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a implantação de novo sistema viário para acesso ao município de Jundiá (AutoBAn), com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (c) Receitas e contas a receber referentes à prestação de serviços administrativos pela CCR - Divisão Actua e de serviços de informática e manutenção executados pela CPC - Divisão EngelogTec às suas investidas diretas e indiretas;
- (d) Contratos de mútuo, sendo 4 remunerados a 130% do CDI e 2 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 16 de janeiro de 2034 e 1 remunerado a CDI + 2,90% a.a. com vencimento em 01 de junho de 2028;
- (e) Contratos de mútuo feito pela CIIS ao VLT Carioca, sendo 8 contratos remunerados à variação acumulada do CDI + 5% a.a., 4 contratos com vencimento em 31 de dezembro de 2018, 2 contratos com vencimento em 31 de dezembro de 2020 e 2 contratos com vencimento em 15 de dezembro de 2024;
- (f) Contratos de mútuos entre a Quiport e seus acionistas e outras partes relacionadas, remunerados em até 9,36% a.a., com vencimentos entre 2037 e 2040;

Notas Explicativas

- (g) Contratos de mútuo entre a Aeris e outras partes relacionadas, remuneradas a 9,89% a.a., com vencimentos de principal entre 2018 e 2023;
- (h) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da rodovia Presidente Dutra, com vigência até fevereiro de 2021;
- (i) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de duplicação da rodovia BR-376, compreendendo a construção de nova pista e recuperação da pista existente (RodoNorte), com vigência até a 25 de junho de 2021;
- (j) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos encabeçamentos e capeamentos, distribuídos em vários pontos da Rodovia Presidente Dutra, com vigência de 23 de janeiro de 2014 a 21 de julho de 2017. Em 06 de junho de 2017, foi assinado novo contrato de prestação de serviços com o mesmo objeto, porém, para novos trechos da rodovia, com vigência de 06 de junho de 2017 a 02 de dezembro de 2020;
- (k) Contrato de fornecimento de cimento para pavimentação de concreto na MSVia, sendo os valores unitários reajustados anualmente pelo IGP-M. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 15 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (l) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a execução de trevos, obras de arte especiais e passarelas para a duplicação de trechos da Rodovia João Mellão (SPVias), no valor total de R\$ 114.550, com vigência de 13 de junho de 2016 a 21 de janeiro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor. O consórcio Rodo Avaré é constituído pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Andrade Gutierrez Construções e Serviços S.A.;
- (m) Retenção de parte das verbas de mobilização das empresas que foram responsáveis pela execução das obras de recuperação inicial, em função da postergação dos investimentos no cronograma contratual;
- (n) Contrato de prestação exclusiva de serviços de informática e manutenção executados pela CPC – Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (o) Refere-se à parcela do preço, retida no contrato de compra e venda entre a CPC e os antigos acionistas da Barcas;
- (p) Contrato de mútuo firmado em 4 de outubro de 2016, entre a Barcas e suas acionistas, remunerado a 127,9% do CDI, e com vencimento em 03 de dezembro de 2016. Na data do vencimento, o prazo foi prorrogado. Na última prorrogação de prazo, o vencimento passou para 31 de janeiro de 2019;
- (q) Adiantamentos para futuro aumento de capital na Barcas;
- (r) Contrato de consultoria de operação e gerenciamento do Aeroporto entre Zurich e BH Airport, firmado em 02 de dezembro de 2014;
- (s) Refere-se a variação cambial decorrente de transações entre partes relacionadas com moedas funcionais diferentes;
- (t) Prestação de serviços de transmissão de dados;

Notas Explicativas

- (u) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre o RodoAnel e sua acionista Encalso, com vencimento previsto em 15 de novembro de 2024. Em 14 de julho de 2017, este mútuo foi cedido para um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC);
- (v) Os valores referem-se, substancialmente, a custos com mão de obra da Infraero alocada no Aeroporto Internacional de Confins, conforme previsto na cláusula 2.23.3 do Contrato de Concessão, os quais são reembolsados mensalmente de acordo com a prestação de serviço;
- (w) Contrato de mútuo remunerado à variação de LIBOR + 1,9% a.m., com vencimento previsto para 02 de agosto de 2018; e
- (x) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros do conselho fiscal e da administração (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária), compreendendo no total 25 membros.

11. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

a) Investimentos em controladas - Controladora

Controladas	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação	
			30/06/2018	31/12/2017
AutoBAn	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
CCR México	Concessão rodoviária	México / EUA	(a)	100,00%
CCR Mobilidade	Holding	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
CIIS	Serviços	Brasil (SP / RJ)	100,00%	100,00%
CPC	Holding	América Latina e Espanha	99,00%	99,00%
CCR Lam Vias	Holding	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
NovaDutra	Concessão rodoviária	Brasil (SP / RJ)	100,00%	100,00%
Parques	Serviços	Brasil	85,92%	85,92%
Ponte	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%
RodoAnel Oeste	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	99,0391%	99,0391%
RodoNorte	Concessão rodoviária	Brasil (PR)	85,92%	85,92%
Samm	Serviços	Brasil (SP / RJ)	99,90%	99,90%
CCR Infra SP	Holding	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
SPCP	Holding	Brasil (RJ)	65,5171%	65,5171%
ViaLagos	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%
ViaMobilidade	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	83,34%	-
ViaOeste	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
ViaQuatro	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	75,00%	75,00%

(a) Empresa liquidada.

Notas Explicativas

a.1) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, líquido da provisão para passivo a descoberto - Controladora

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das investidas		Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado líquido do exercício das investidas		Resultado de equivalência patrimonial	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
AutoBAn (a)	631.609	484.836	631.609	484.836	335.498	312.110	335.498	312.110
CCR México (a)	-	453	-	453	-	(19)	-	(19)
CCR Mobilidade	1	-	-	-	-	-	-	-
CIIS	197.885	167.016	197.886	166.918	1.894	3.048	1.894	3.048
CPC	3.991.839	3.213.633	3.949.464	3.169.330	84.930	13.005	84.082	12.842
CCR Lam Vias	1	-	-	-	-	-	-	-
NovaDutra (a)	504.684	478.860	504.684	478.860	79.906	76.256	79.906	76.256
Parques	(92)	(83)	(79)	(71)	(9)	(75)	(8)	(66)
Ponte (a)	5.276	4.801	5.276	4.801	(1.525)	442	(1.525)	444
RodoAnel Oeste	564.877	567.741	564.781	569.607	(2.864)	(54.649)	(4.826)	(44.745)
RodoNorte	321.644	244.249	274.806	208.983	101.394	112.557	86.450	96.709
RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	4.300	4.885	-	-	(585)	(560)
Samm	54.936	52.547	54.882	52.495	2.389	(1.462)	2.387	(1.461)
CCR Infra SP	1	-	-	-	-	-	-	-
SPCP	382.508	325.789	250.607	213.446	(1.281)	(2.840)	(839)	(1.861)
ViaLagos (a)	32.414	28.393	32.414	28.393	15.030	13.371	15.030	13.371
ViaMobilidade	48.791	-	40.662	-	(10.109)	-	(8.425)	-
ViaOeste	319.878	258.282	319.878	258.282	149.485	154.625	149.485	154.625
ViaQuatro	242.744	339.226	182.061	226.162	66.588	70.536	49.941	46.793
ViaQuatro (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	606.924	620.188	-	-	(13.264)	(6.909)
ViaRio	136.341	149.985	90.569	99.980	(13.644)	(45.468)	(9.411)	(20.149)
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	7.435.337	6.315.728	7.710.724	6.587.548	807.682	651.437	765.790	640.428

(a) Existe participação irrelevante de acionistas não controladores, a qual não impacta o cálculo de equivalência patrimonial na controladora.

a.2) Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto - Controladora

	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros	Saldo final
	31/12/2017						30/06/2018
AutoBAn	484.836	335.498	-	(188.725)	-	-	631.609
CCR México	453	-	-	-	57	(510)	-
CIIS	166.918	1.894	26.700	-	2.276	98	197.886
CPC	3.169.330	84.082	496.980	-	189.363	9.709	3.949.464
NovaDutra	478.860	79.906	-	(54.082)	-	-	504.684
Parques	(71)	(8)	-	-	-	-	(79)
Ponte	4.801	(1.525)	2.000	-	-	-	5.276
RodoAnel Oeste	569.607	(4.826)	-	-	-	-	564.781
RodoNorte	208.983	86.450	-	(20.627)	-	-	274.806
RodoNorte (Dir. concessão gerado na aquisição)	4.885	(585)	-	-	-	-	4.300
Samm	52.495	2.387	-	-	-	-	54.882
SPCP	213.446	(839)	38.000	-	-	-	250.607
ViaLagos	28.393	15.030	-	(11.009)	-	-	32.414
ViaMobilidade	-	(8.425)	49.087	-	-	-	40.662
ViaOeste	258.282	149.485	-	(87.889)	-	-	319.878
ViaQuatro	226.162	49.941	-	(98.728)	4.686	-	182.061
ViaQuatro (Dir. concessão gerado na aquisição)	620.188	(13.264)	-	-	-	-	606.924
ViaRio	99.980	(9.411)	-	-	-	-	90.569
Total	6.587.548	765.790	612.767	(461.060)	196.382	9.297	7.710.724

Notas Explicativas

a.3) Informações financeiras resumidas das controladas - Controladora e Consolidado

	30/06/2018			31/12/2017			30/06/2017		
	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	
Alba Concessions	275.094	-	-	3.850	232.294	-	-	3.659	
Alba Participations	6.693	3.186	-	(2.817)	10.124	4.395	-	(3.513)	
ATP	3.286	19.589	3.462	(1.967)	4.905	19.241	3.387	(1.193)	
AutoBAN	4.089.375	3.457.766	1.099.050	335.498	4.071.649	3.586.813	1.103.121	312.110	
Barcas	273.492	396.800	61.660	(34.659)	280.871	369.520	61.843	(47.947)	
BH Airport	2.489.756	2.032.815	166.658	(48.079)	2.434.568	2.074.548	200.648	(37.380)	
CAI	108.182	8.584	-	(10.977)	103.374	7.365	-	82	
CAP	294.032	185.852	80.622	(10.977)	251.595	148.224	82.258	82	
CARE	4	4.707	-	-	3	4.038	-	-	
CCR Costa Rica	15.423	649	-	6.958	13.232	7.561	-	(2.852)	
CCR España	183.859	1.008	-	(6.781)	175.841	8.109	-	(7.574)	
CCR España Emprendimientos	1.097.121	390.382	-	28.995	906.686	333.759	-	52.607	
CCR México	-	-	-	-	453	-	-	(19)	
CCR USA	139.369	39.380	-	(12.805)	125.093	26.419	-	(4.474)	
CCR Mobilidade	1	-	-	-	-	-	-	-	
CIIS	198.329	444	-	1.894	167.295	279	-	3.048	
CIP	83	-	-	(17)	10	-	-	-	
CPA	78.875	3.806	-	(6.896)	78.217	3.681	-	(567)	
CPC	4.163.472	171.633	78.542	84.930	3.452.297	238.664	82.410	13.005	
Green Airports	138.647	909	-	4.622	114.434	726	-	4.461	
CCR Lam Vias	1	-	-	-	-	-	-	-	
Inovap5	906	92	-	(121)	715	80	-	128	
Metrô Bahia	5.127.434	4.286.145	616.332	38.782	4.711.569	4.161.667	720.753	(21.372)	
MSVia	1.878.161	968.311	245.479	12.747	1.783.444	937.341	315.060	9.344	
MTH	32.880	137	1.555	(2.936)	31.603	67	1.391	(2.681)	
NovaDutra	1.367.253	862.569	691.530	79.906	1.446.768	967.908	667.638	76.256	
Parques	98	190	-	(9)	99	182	-	(75)	
Ponte	7.608	2.332	-	(1.525)	7.202	2.401	-	442	
RodoAnel Oeste	2.265.911	1.701.034	141.105	(2.864)	2.343.703	1.775.962	154.005	(54.649)	
RodoNorte	1.152.985	831.341	528.619	101.394	1.156.740	912.491	499.884	112.557	
Samm	211.808	156.872	49.619	2.389	228.403	175.856	47.626	(1.462)	
CCR Infra SP	1	-	-	-	-	-	-	-	
SPAC	233.178	21	-	(24.945)	183.685	10	-	(19.233)	
SPCP	393.649	11.141	-	(1.281)	400.913	75.124	-	(2.840)	
SPVias	1.816.135	1.600.936	323.848	37.875	1.872.666	1.695.342	333.037	17.655	
TAS	82.886	136.903	133.438	(10.868)	61.270	96.449	105.497	(23.537)	
ViaLagos	279.217	246.803	61.621	15.030	299.744	268.925	63.298	13.371	
ViaMobilidade	659.154	610.363	3.755	(10.109)	-	-	-	-	
ViaOeste	1.301.054	981.176	517.960	149.485	1.467.685	1.209.403	553.474	154.625	
ViaQuatro	1.683.713	1.440.969	367.305	66.588	1.570.209	1.268.652	140.446	29.810	
Subtotal	32.049.125	20.554.845	5.172.160	780.310	29.989.359	20.381.202	5.135.776	571.874	
Controladora	11.217.531	2.232.902	51.576	721.368	11.660.096	3.494.265	48.478	992.996	
Baixa do ativo diferido para fins de consolidação	(3.077)	-	-	3.078	-	-	-	-	
Eliminações	(12.946.704)	(1.836.533)	(129.944)	(794.221)	(11.037.247)	(1.755.706)	(128.778)	(586.378)	
Consolidado	30.316.875	20.951.214	5.093.792	710.535	30.612.208	22.119.761	5.055.476	978.492	

O Metrô Bahia, ATP, Barcas, Inovap5, SPVias, Green Airports, CCR España, CCR España Emprendimientos, Alba Concessions, MSVia e SPAC são investidas da CPC. A CAI, CAP, CARE, CCR Costa Rica, CPA e a MTH são consolidadas na CCR España. A BH Airport é investida da SPAC. A TAS é investida na CCR USA que, por sua vez, é investida da CCR España Emprendimientos.

Notas Explicativas

b) Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto - Consolidado

Empreendimentos controlados em conjunto (a)	Local de constituição e operação	Percentual de participação		Atividade principal
		30/06/2018	31/12/2017	
Quiport Holdings	Uruguai	50,0%	50,0%	Holding
Quiama	Ilhas Virgens Britânicas	50,0%	50,0%	Investimentos
Aeropuertos	Costa Rica	48,767%	48,767%	Holding - Aeroportos
Desarrollos	Costa Rica	51,0%	51,0%	Holding - Aeroportos
Terminal	Costa Rica	50,0%	50,0%	Holding - Aeroportos
IBSA	Ilhas Virgens Britânicas	50,0%	50,0%	Holding - Aeroportos
ViaRio	Brasil (RJ)	66,66%	66,66%	Concessão rodoviária
Renovias	Brasil (SP)	40,0%	40,0%	Concessão rodoviária
Controlar	Brasil (SP)	49,5747%	49,5747%	Serviços
VLT Carioca	Brasil (RJ)	24,932%	24,932%	Concessão de transporte de passageiros

(a) A mensuração dos investimentos é feita pelo método de equivalência patrimonial.

b.1) Composição dos investimentos em controladas em conjunto – Consolidado

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas em conjunto		Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado líquido do exercício das controladas em conjunto		Resultado de equivalência patrimonial	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
ViaQuatro (a)	-	-	-	-	-	-	-	24.436
Quiport Holdings	1.606.780	1.273.236	802.647	635.826	108.782	87.460	54.438	43.724
Quiama	25.992	19.100	12.998	9.550	10.156	9.138	5.079	4.569
Aeropuertos	(568)	(6.593)	(278)	(3.217)	6.066	(2.487)	2.958	(1.212)
Desarrollos	(698)	(8.127)	(357)	(4.147)	7.478	(3.065)	3.815	(1.563)
Terminal	30.814	26.060	(17)	(202)	372	(152)	186	(76)
IBSA	(1.816)	(1.452)	(910)	(725)	(110)	(98)	(56)	(49)
ViaRio	136.341	149.985	90.408	99.983	(13.644)	(45.469)	(9.575)	(20.149)
VLT Carioca	204.929	210.948	51.092	52.594	(7.479)	5.746	(1.865)	1.378
Renovias	79.563	104.250	31.824	41.699	81.278	77.508	32.511	31.003
Controlar	(2.723)	(1.866)	(1.326)	(925)	(806)	(671)	(401)	(331)
Total	2.078.614	1.765.541	986.081	830.436	192.093	127.910	87.090	81.730
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	-	-	224.268	224.585	-	-	(11.628)	(11.012)
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	2.078.614	1.765.541	1.210.349	1.055.021	192.093	127.910	75.462	70.718

(a) O saldo do resultado de equivalência de 2017, refere-se ao período em que a investida era controlada em conjunto. A partir de 20 de abril de 2017, com a aquisição de controle, a participação da Companhia na ViaQuatro passou a ser demonstrada no quadro 11a desta nota explicativa.

Notas Explicativas

b.2) Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - Consolidado

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2017</u>	<u>Resultado de</u> <u>equivalência</u> <u>patrimonial</u>	<u>Dividendos e</u> <u>juros sobre</u> <u>capital próprio</u>	<u>Ajuste de</u> <u>avaliação</u> <u>patrimonial</u>	<u>Saldo final</u>
			<u>30/06/2018</u>		
Quiport Holdings	635.826	54.438	-	112.383	802.647
Quiama	9.550	5.079	(3.672)	2.041	12.998
Aeropuertos	(3.217)	2.958	-	(19)	(278)
Desarrollos	(4.147)	3.815	-	(25)	(357)
Terminal	(202)	186	-	(1)	(17)
IBSA	(725)	(56)	-	(129)	(910)
ViaRio	99.983	(9.575)	-	-	90.408
VLT Carioca	52.594	(1.865)	-	363	51.092
Renovias	41.699	32.511	(42.386)	-	31.824
Controlar	(925)	(401)	-	-	(1.326)
Total	<u>830.436</u>	<u>87.090</u>	<u>(46.058)</u>	<u>114.613</u>	<u>986.081</u>
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	<u>224.585</u>	<u>(11.628)</u>	<u>-</u>	<u>11.311</u>	<u>224.268</u>
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	<u>1.055.021</u>	<u>75.462</u>	<u>(46.058)</u>	<u>125.924</u>	<u>1.210.349</u>

b.3) Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto

A seguir estão apresentadas as informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto que são registrados utilizando o método de equivalência patrimonial. Os valores apresentados não consideram a participação da CCR, ou seja, referem-se a 100% das informações financeiras das empresas.

Notas Explicativas

Balço patrimonial resumido

	30/06/2018											Outros investimentos (2)	
	Corporación Quiport	Ícaros	Quiport Holdings	Quiama	Quiama Ecuador	Aeris	IBSA Finance	IBSA	ViaRío	VLT Carioca	Renovias	Controlar	
Ativo													
Ativo circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	220.624	1.367	1.296	3.966	4.766	113.516	-	298	41.505	38.950	10.385	3.552	-
Outros ativos	87.783	68	26	23.810	8.982	84.423	-	122	6.478	209.730	42.508	624	-
Total do ativo circulante	308.407	1.435	1.322	27.776	13.748	197.939	-	420	47.983	248.680	52.893	4.176	-
Ativo não circulante	2.877.632	478.649	1.606.214	296	-	738.764	271.058	271.328	982.045	1.313.353	172.336	196	30.848
Total ativo	3.186.039	480.084	1.607.536	28.072	13.748	936.703	271.058	271.748	1.030.028	1.562.033	225.229	4.372	30.848
Passivo													
Passivo circulante													
Passivos financeiros (1)	180.040	-	-	-	-	4.437	-	-	19.293	23.672	28.360	-	-
Outros passivos	69.101	510	756	2.080	13.452	106.412	58.860	58.780	6.340	201.677	37.728	6.384	-
Total do passivo circulante	249.141	510	756	2.080	13.452	110.849	58.860	58.780	25.633	225.349	66.088	6.384	-
Passivo não circulante													
Passivos financeiros (1)	158.578	-	-	-	-	478.439	-	-	605.330	836.299	74.800	-	-
Outros passivos	1.275.840	-	-	-	-	317.916	212.588	214.784	262.724	295.456	4.778	711	1.300
Total do passivo não circulante	1.434.418	-	-	-	-	796.355	212.588	214.784	868.054	1.131.755	79.578	711	1.300
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.502.480	479.574	1.606.780	25.992	296	29.499	(390)	(1.816)	136.341	204.929	79.563	(2.723)	29.548
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	3.186.039	480.084	1.607.536	28.072	13.748	936.703	271.058	271.748	1.030.028	1.562.033	225.229	4.372	30.848

Notas Explicativas

	31/12/2017											Outros investimentos (2)	
	Corporación Quiport	Ícaros	Quiport Holdings	Quiama	Quiama Ecuador	Aeris	IBSA Finance	IBSA	ViaRio	VLT Carioca	Renovias	Controlar	
Ativo													
Ativo circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	149.643	1.387	1.290	9.354	2.158	97.128	-	322	9.436	47.997	40.635	4.648	-
Outros ativos	87.067	36	2	9.522	7.648	64.200	-	122	10.383	195.466	26.035	611	-
Total do ativo circulante	236.710	1.423	1.292	18.876	9.806	161.328	-	444	19.819	243.463	66.670	5.259	-
Ativo não circulante	2.487.703	382.602	1.272.536	296	-	611.579	223.492	223.720	986.318	1.260.246	331.011	204	26.464
Total ativo	2.724.413	384.025	1.273.828	19.172	9.806	772.907	223.492	224.164	1.006.137	1.503.709	397.681	5.463	26.464
Passivo													
Passivo circulante													
Passivos financeiros (1)	148.091	-	-	-	-	3.807	-	-	678.921	22.116	31.987	-	-
Outros passivos	75.338	464	594	74	9.516	75.477	41.474	41.364	10.119	201.575	59.693	6.657	-
Total do passivo circulante	223.429	464	594	74	9.516	79.284	41.474	41.364	689.040	223.691	91.680	6.657	-
Passivo não circulante													
Passivos financeiros (1)	212.463	-	-	-	-	409.985	-	-	-	825.971	74.602	-	-
Outros passivos	1.102.988	8	-	-	-	272.686	182.348	184.252	167.112	243.099	35.435	708	15.124
Total do passivo não circulante	1.315.451	8	-	-	-	682.671	182.348	184.252	167.112	1.069.070	110.037	708	15.124
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.185.533	383.553	1.273.234	19.098	290	10.952	(330)	(1.452)	149.985	210.948	195.964	(1.902)	11.340
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.724.413	384.025	1.273.828	19.172	9.806	772.907	223.492	224.164	1.006.137	1.503.709	397.681	5.463	26.464

(1) Refere-se ao saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil.

(2) Contempla as investidas Aeropuertos, Desarrollhos e Terminal.

Notas Explicativas

Demonstração do resultado resumida

	30/06/2018											Outros investimentos (1)	
	Corporación Quiport	Icaros	Quiport Holdings	Quiama	Quiama Ecuador	Aeris Holding	IBSA Finance	IBSA	ViaRio	VLT Carioca	Renovias		Controlar
Receita	326.552	-	-	11.276	34.694	154.805	-	-	64.602	128.052	214.218	-	-
Depreciação e amortização	(57.114)	-	-	-	-	(33.956)	-	-	(14.217)	(144)	(11.678)	-	-
Receita financeira	38	2.251	-	-	-	1.126	9.378	9.378	764	1.709	855	97	-
Despesa financeira	(23.258)	(4)	(4)	(8)	(6)	(31.173)	(9.378)	(9.386)	(44.088)	(50.586)	(4.600)	-	-
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	106.933	28.815	108.782	10.156	90	14.546	(4)	(110)	(20.704)	(11.261)	117.558	(806)	13.916
IR e CS	-	-	-	-	-	(273)	-	-	7.060	3.782	(41.520)	-	-
Resultado de operações continuadas	106.933	28.815	108.782	10.156	90	14.273	(4)	(110)	(13.644)	(7.479)	76.038	(806)	13.916
Outros resultados abrangentes	545.031	212.009	699.568	(2.536)	176	3.077	(128)	(644)	-	734	-	-	8.366
Resultado abrangente do exercício	651.964	240.824	808.350	7.620	266	17.350	(132)	(754)	(13.644)	(6.745)	76.038	(806)	22.282

	30/06/2017											Outros investimentos (1)	
	Corporación Quiport	Icaros	Quiport Holdings	Quiama	Quiama Ecuador	Aeris Holding	IBSA Finance	IBSA	ViaRio	VLT Carioca	Renovias		Controlar
Receita	277.744	-	-	10.050	27.978	107.973	-	-	36.065	218.899	216.860	-	-
Depreciação e amortização	(50.653)	-	-	-	-	(28.215)	-	-	(8.441)	(60)	(13.303)	-	-
Receita financeira	188	2.089	-	-	-	857	9.016	9.016	936	1.701	783	36	-
Despesa financeira	(30.087)	(16)	-	(10)	(10)	(29.585)	(9.016)	(9.024)	(53.495)	(13.104)	(3.608)	-	-
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	85.633	23.368	87.460	9.138	50	(896)	(28)	(98)	(46.076)	8.762	117.393	(671)	(5.704)
IR e CS	-	(2)	-	-	-	(4.954)	-	-	15.849	(3.016)	(39.885)	-	-
Resultado de operações continuadas	85.633	23.366	87.460	9.138	50	(5.850)	(28)	(98)	(30.227)	5.746	77.508	(671)	(5.704)
Outros resultados abrangentes	(86.899)	143.991	471.710	(5.424)	(148)	8.761	(72)	(384)	-	786	-	-	8.544
Resultado abrangente do exercício	(1.266)	167.357	559.170	3.714	(98)	2.911	(100)	(482)	(30.227)	6.532	77.508	(671)	2.840

(1) Contempla as investidas Aeroportos, Desenvolhos e Terminal.

Notas Explicativas

c) Outras informações relevantes

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Abaixo listamos os principais processos que tiveram andamento em 2018:

a) ViaOeste

i. Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de abril de 2016, foi apresentado laudo pericial contábil favorável à Concessionária. Em 05 de junho de 2017, o juiz indeferiu os quesitos complementares apresentados pelo Estado de São Paulo e intimou o perito para que se manifeste quanto à similitude entre as ações conexas. Em 12 de julho de 2017, o perito apresentou manifestação confirmando a similitude das questões tratadas nas ações e informando que a perícia já realizada poderia ser aproveitada em ambas as ações. Após manifestação da ViaOeste, em 12 de setembro de 2017, concordando com o laudo pericial, o juiz, em 07 de novembro de 2017, declarou encerrada a fase de instrução do processo. Na sequência, as partes apresentaram alegações finais. Em 03 de maio de 2018, foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência para requerer ao perito manifestação sobre sete novos quesitos propostos pela juíza. Em 02 de julho de 2018, foi juntado laudo complementar do perito reafirmando suas conclusões anteriores, em resposta aos quesitos formulados pela juíza. Aguarda-se prolação da sentença.

A ViaOeste propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a ViaOeste interpôs recurso de apelação ao qual o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou provimento em 19 de março de 2018. Em 18 de maio de 2018, a ViaOeste protocolou os embargos de declaração contra o acórdão que julgou a apelação, que aguardam julgamento.

Notas Explicativas

b) Controlar

- i. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053, ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo (MP/SP) em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra a Controlar e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar S/A, sequestro de bens dos requeridos como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito. O juiz de 1º grau concedeu em parte a liminar requerida, determinando (i) a realização de nova licitação, em 90 dias, dos serviços objeto do contrato da Controlar, e (ii) a indisponibilidade de veículos e imóveis de todos os requeridos.

A referida liminar foi parcialmente suspensa pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 11 de janeiro de 2012, em decisão confirmada pela corte especial do mesmo tribunal, em 18 de abril de 2012. O juízo de 1º grau, em razão da decisão do STJ, retirou a indisponibilidade de bens de todos os requeridos.

Em 26 de junho de 2012, foram julgados pelo TJSP recursos anteriores, da CCR, Controlar e outros, interpostos contra a mesma liminar, que foram acatados para cassar a parte restante da liminar, relativa à realização de nova licitação. Em 27 de junho de 2012, o juízo de 1º grau proferiu decisão reafirmando o desbloqueio dos bens de todos os requeridos.

O novo juiz designado para processar e julgar o feito, em 29 de julho de 2014 proferiu decisão revigorando a determinação de bloqueio dos bens dos requeridos. Em 15 de agosto de 2014, o TJSP suspendeu referida decisão, mantendo o desbloqueio dos bens dos requeridos.

Em 01 de setembro de 2017, foi proferida decisão deferindo a averbação da existência desta demanda nos registros dos imóveis pertencentes aos requeridos. Contra essa decisão, foram apresentados recursos de agravo, nos quais foram concedidas novas liminares para suspender a aludida averbação.

Em 1ª instância, após a intimação de todos os requeridos, em 04 de junho de 2018, foi proferida decisão que determinou a abertura do prazo de defesa prévia.

c) AutoBAn

i. Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0), ajuizada em 28 de agosto de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) contra a AutoBAn e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAn, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAn foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a AutoBAn apresentou recursos aos tribunais superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em primeira instância, a AutoBAn apresentou contestação em 10 julho de 2014. Em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação. Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação, que aguarda julgamento.

Notas Explicativas

ii. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela AutoBAn, solicitação da ARTESP para apresentação de defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a AutoBAn foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAn apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a AutoBAn pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A AutoBAn ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da AutoBAn. Contra essa sentença, a AutoBAn apresentou embargos de declaração que foram rejeitados. A AutoBAn apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao TJSP após o cumprimento das duas providências anteriores.

O recurso de apelação seria julgado em 06 de fevereiro de 2017, porém, em 31 de janeiro de 2017, a AutoBAn apresentou pedido de tutela de urgência ao STJ para suspender o julgamento de tal recurso de apelação até que se decidisse a questão sobre provas pelos tribunais superiores. Em 03 de fevereiro de 2017, o STJ deferiu parcialmente o pedido liminar, determinando a suspensão do julgamento da apelação da AutoBAn. Em 06 de fevereiro de 2017, a 5ª Câmara de Direito Público do TJSP acatou tal decisão proferida pelo STJ e não julgou o mérito. Por outro lado, na mesma ocasião, a 5ª Câmara declinou de sua competência para julgar a apelação da AutoBAn, determinando a remessa do recurso à 3ª Câmara de Direito Público do TJSP. Contra essa decisão, a AutoBAn e o Estado de São Paulo apresentaram embargos de declaração requerendo o reconhecimento da competência da 5ª Câmara para processar e julgar o recurso de apelação.

Os embargos de declaração apresentados pelas partes foram rejeitados em 30 de maio de 2017. Em 06 de junho de 2017, a AutoBAn apresentou incidente de dúvida de competência perante a Turma Especial de Direito Público do TJSP, que foram julgados em 15 de setembro de 2017, tendo sido reconhecida a competência da 5ª Câmara de Direito Público para julgar o mérito da apelação da AutoBAn.

No STJ, em 27 de fevereiro de 2018, iniciou-se o julgamento colegiado do pedido de tutela provisória e do recurso que trata da necessidade da realização de prova pericial. O relator votou no sentido de dar provimento parcial ao recurso da AutoBAn para fins de declarar a nulidade da sentença de primeira instância. Por essa razão, entendeu que o pedido de tutela provisória restaria prejudicado. O julgamento foi, então, suspenso em razão de pedido de

Notas Explicativas

vista, situação essa que permanece a mesma até a presente data.

A AutoBAN propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019925-66.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 08 de outubro de 2014 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a AutoBAN interpôs recurso de apelação, que teve o seu provimento negado em acórdão publicado em 31 de maio de 2016. Ambas as partes interpuseram recursos às instâncias superiores. Os recursos especial e extraordinário interpostos pela AutoBAN foram inadmitidos e, em 06 de abril de 2017, a AutoBAN interpôs agravos contra a inadmissão do recurso especial e do recurso extraordinário, que aguardam julgamento.

d) SPVias

i. Termo Aditivo Modificativo nº 14/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela SPVias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a SPVias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 02 de dezembro de 2013, a SPVias apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a SPVias apresentou suas alegações finais. Em 25 de março de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1013617-60.2014.8.26.0053 contra a SPVias pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 14/06. A petição inicial da ação foi indeferida de plano, tendo sido, portanto, julgada extinta pelo juiz da 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Contra essa sentença, o Estado e a ARTESP apresentaram recurso de apelação, que foi provida pelo TJSP, em 28 de abril de 2016, para determinar o prosseguimento da ação com citação da SPVias.

A SPVias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1014593-67.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e contra a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 14/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de julho de 2017, foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela SPVias. Em 03 de agosto de 2017, a SPVias opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 06 de setembro de 2017. Em 29 de setembro de 2017, a SPVias apresentou recurso de apelação que aguarda julgamento pelo TJSP.

A SPVias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019926-51.2013.8.26.0053, visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de abril de 2014, foi proferida sentença de improcedência da ação. Em 15 de

Notas Explicativas

setembro de 2014, a Concessionária interpôs recurso de apelação, e, em 24 de setembro de 2014, o Estado de São Paulo e a ARTESP também interpuseram recurso de apelação. Os recursos de apelação foram levados a julgamento em 07 de junho de 2016, tendo sido decretada a extinção da ação, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual, prejudicando o exame dos recursos. Em 06 de outubro de 2016, foi publicado o acórdão que negou seguimento aos embargos de declaração opostos pela SPVias. As partes interpuseram recursos especial e extraordinário. Em 19 de dezembro de 2016, o TJSP inadmitiu os recursos interpostos pela Concessionária. Em 22 de fevereiro de 2017, a SPVias protocolou os agravos denegatórios de recurso especial e recurso extraordinário.

Em 05 de junho de 2018, foi publicada decisão monocrática negando provimento ao agravo em curso perante o STJ. Em 26 de junho de 2018, a SPVias apresentou agravo interno, que aguarda julgamento.

e) Renovias

i. Termo Aditivo Modificativo nº 13/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Renovias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 13/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Renovias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso, por decisão da ARTESP, até que, com a retomada da fluência do prazo, a Renovias, em 13 de maio de 2013, apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 09 de janeiro de 2014, a Renovias apresentou suas alegações finais. Em 19 de fevereiro de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia, que tramitam sob sigilo de justiça.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1007766-40.2014.8.26.0053 contra a Renovias pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 13/06. A Renovias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1008352-77.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 13/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas as ações, o perito designado pelo juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo apresentou, em 27 de setembro de 2016, laudo pericial favorável às alegações da Concessionária. Em 14 de março de 2017, a Renovias apresentou alegações finais. Em 18 de julho de 2017 foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Renovias. Em 02 de agosto de 2017, a Renovias opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 29 de agosto de 2017. O Estado de São Paulo e a ARTESP também apresentaram embargos de declaração, em 10 de agosto de 2017, os quais foram acolhidos, em 29 de agosto de 2017, para corrigir pequeno erro material. Em 18 de setembro de 2017, a Renovias apresentou recurso de apelação.

Em 21 de maio de 2018, o Estado de São Paulo e a ARTESP requereram a concessão de tutela provisória de urgência para que seja permitida a realização dos atos necessários para a preparação e conclusão de certame licitatório para a exploração de serviço público da malha rodoviária atualmente explorada pela Renovias. Em 08 de junho de 2018, a Renovias apresentou seus argumentos contra o referido pedido de tutela de urgência pleiteado pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP, que aguarda apreciação.

Notas Explicativas

A Renovias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019867-63.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de outubro de 2014, foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente. Em 26 de janeiro de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação. O Estado de São Paulo e a ARTESP, em 29 de abril de 2015, também interpuseram recurso de apelação. Em 26 de junho de 2018, na sessão de julgamento, foi negado provimento à apelação da Renovias. Aguarda-se a publicação do acórdão para a interposição de recurso aos tribunais superiores.

ii. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 5 de janeiro de 2013, a CCR divulgou fato relevante ao mercado, informando que foram celebrados, em 15 de dezembro de 2011, os Termos Aditivos Modificativos (TAMs) aos Contratos de Concessão entre a ARTESP e as controladas, quais sejam: (i) AutoBAN – Contrato de Concessão nº 005/CR/1998 e TAM nº 25/2011; (ii) ViaOeste – Contrato de Concessão nº 003/CR/1998 e TAM nº 22/2011; (iii) SPVias – Contrato de Concessão nº 010/CR/2000 e TAM nº 18/2011; e (iv) Renovias – Contrato de Concessão nº 004/CR/1998 e TAM nº 19/2011.

Referidos TAMs tinham como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão, de Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPCA).

Em 29 de junho de 2015, foram celebrados Termos de Retirratificação aos TAMs celebrados, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no anexo 4 do edital de licitação.

O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio deve ser realizado, tendo em vista os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano.

Ante a demora da ARTESP na instauração e implementação do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Renovias, em 12 de maio de 2017, ajuizou Ação de Procedimento Ordinário nº 1018929-12.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

Notas Explicativas

Em 25 de junho de 2018, foi proferida sentença de extinção do processo sem julgamento de mérito. Contra essa sentença, a Renovias apresentará recurso de apelação.

f) Barcas

- i. Ação Popular nº 0120322-27.2012.8.19.0001, ajuizada por Fernando Otávio de Freitas Peregrino em 28 de março de 2012, em face do Estado do Rio de Janeiro, CCR, CPC, Barcas e outros, requerendo: a) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; b) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS, c) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da Concessionária e abertura de nova licitação; d) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 14 de julho de 2015, foi prolatada sentença de procedência parcial dos pedidos para (i) declarar nulos os decretos estaduais 43.441/2012 e 42.897/2012, mantidos os reajustes para reposições inflacionárias verificadas entre o aumento anterior e o ora impugnado, retornando-se à alíquota do ICMS anteriormente praticada; (ii) declarar nulos os atos de ressarcimento das gratuidades já previstas na data de celebração do contrato, quais sejam, maiores de 65 anos, detentores de passe especial, portadores de doenças crônicas que exijam tratamento continuado, sem interrupção sob risco de morte, deficientes com dificuldade de locomoção e acompanhantes; e (iii) condenar a Barcas a ressarcir aos cofres do Estado do Rio de Janeiro os valores que deixaram de ser recolhidos em razão da redução ilegal da alíquota do ICMS, bem como o montante recebido a título de custeio das gratuidades supra indicadas, que já eram previstas à época da celebração do contrato, tudo a ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento. Contra a sentença foram opostos embargos de declaração pela Barcas, os quais foram parcialmente acolhidos para excluir da sentença a declaração de nulidade do Decreto 42.897 e a consequente condenação da Barcas de ressarcir ao Estado do Rio de Janeiro os valores de ICMS relativos ao referido Decreto, por ter sido tal pleito excluído dos pedidos inicialmente deduzidos. As rés Barcas, CCR e CPC interpuseram recursos de apelação, cujo julgamento teve início em 29 de novembro de 2017, tendo os desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, após apreciar as questões preliminares, determinado a suspensão do julgamento do mérito dos recursos até a eventual lavratura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), objeto de tratativas nos autos da ação civil pública nº 0082365-89.2012.8.19.0001.

Contra a parte do julgamento que apreciou as questões preliminares, foram opostos embargos de declaração pelas rés Barcas, CCR e CPC, os quais foram julgados em 28 de março de 2018, tendo sido acolhidos para eliminar da sentença o capítulo que declarou nulos os atos de ressarcimento das gratuidades já previstas na data de celebração do contrato, mantendo a ordem de suspensão do processo até eventual lavratura de TAC na ação civil pública nº 0082365-89.2012.8.19.0001. Aguarda-se o prosseguimento do julgamento com a análise do mérito dos recursos de apelação.

- ii. Ação Civil Pública movida pela Associação Brasileira de Consumidor e Trabalhador (Abrecont) nº 0082365-89.2012.8.19.0001, ajuizada em 15 de março de 2012, visando a suspensão da cobrança do acréscimo de tarifa no trecho Praça XV - Arariboia - Praça XV, decorrente do reequilíbrio do contrato de concessão, conforme Decreto 43.441 de 30 de abril de 2012, retornando ao valor anterior ou, alternativamente, que a tarifa seja reajustada em 6%, índice aplicado ao salário mínimo vigente no país. O pedido de liminar foi indeferido. A autora interpôs agravo de instrumento que teve provimento negado. Em abril de 2016, foi proferida sentença de extinção do processo sem resolução do mérito. O Ministério Público apresentou recurso de apelação. Em 17 de abril de 2018, o Ministério Público peticionou nos autos pela perda superveniente do interesse de recorrer e, por conseguinte, requereu pelo não conhecimento do recurso, por entender que esse processo não possui existência própria em relação ao feito n.º 0000838-96.2004.8.19.0001. Em 03 de maio de 2018, foi homologado o pedido de desistência formulado pelo órgão ministerial,

Notas Explicativas

por consequência, não conhecendo o recurso de apelação do Ministério Público.

g) MSVia

i. Suspensão da cobrança de pedágio

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso do Sul - OAB/MS ajuizou tutela cautelar antecipatória, processo nº 0004181-71.2017.403.6000, em face da MSVia, ANTT e União Federal, alegando o descumprimento do Contrato de Concessão por parte da MSVia e pleiteando a suspensão da cobrança de pedágio.

Na audiência de 20 de junho de 2017, o juiz determinou que a ANTT se manifestasse sobre o pedido de revisão contratual efetuado pela MSVia.

Em 09 de outubro 2017, a ANTT apresentou petição informando que as obras de duplicação da rodovia foram retomadas pela MSVia, de modo que tornou -se desnecessário o pedido de revisão contratual. Em 26 de outubro de 2017, a MSVia apresentou sua manifestação, concordando com a ANTT e requerendo a extinção do processo.

Em 24 de novembro de 2017, a União apresentou petição reiterando o seu pedido de exclusão da lide. A OAB/MS apresentou petição requerendo nova audiência de conciliação e que fossem julgados procedentes os pedidos. Após, a ANTT também se manifestou requerendo a extinção da ação, por falta de interesse processual da OAB/MS, tendo em vista que restou demonstrado que a MSVia já havia retomado as obras de duplicação da rodovia. Em 19 de abril de 2018, foi proferido despacho determinando a manifestação das partes sobre a perda superveniente do interesse processual alegada na manifestação da ANTT. Em 23 de abril de 2018, a MSVia apresentou petição concordando com a manifestação da ANTT, bem como requerendo a extinção do processo. Em 26 de abril de 2018, a OAB/MS requereu prazo adicional para se manifestar sobre as petições da ANTT e da MSVia, que solicitaram a extinção do feito e, na sequência, apresentou petição requerendo a rejeição dos pedidos de extinção do feito e reforçando o seu pedido de concessão da tutela de urgência. Aguarda-se decisão do juiz acerca das manifestações apresentadas.

ii. Revisão contratual extraordinária

Em 06 de abril de 2017, a MSVia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à MSVia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impediam a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 03 de janeiro 2018, a ANTT encaminhou à MSVia ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do Contrato de Concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela MSVia seriam riscos que teriam sido, no Contrato de Concessão, alocados à MSVia.

Dessa forma, não restou outra opção à MSVia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União, para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a MSVia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do Contrato de Concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Em 28 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a MSVia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a MSVia apresentou sua manifestação em 04 de julho de 2018. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução.

Os acionistas controladores e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As informações contábeis intermediárias das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

12. Ativo Imobilizado - Consolidado

Movimentação do custo

	31/12/2017		30/06/2018				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Variação cambial	
Móveis e utensílios	60.582	1.537	(581)	5.428	(555)	1.512	67.923
Máquinas e equipamentos	362.596	8.570	(12.633)	57.942	(1.558)	7.684	422.601
Veículos	146.420	-	(5.028)	7.668	(1.738)	-	147.322
Instalações e edificações	43.022	-	(3)	(21.166)	-	776	22.629
Terrenos	387.415	-	-	21.546	-	-	408.961
Equipamentos operacionais	614.103	-	(4.486)	13.057	(608)	-	622.066
Embarcações	35.364	-	-	-	-	4.756	40.120
Fibra óptica	15.252	-	-	69	-	-	15.321
Imobilizações em andamento	158.344	62.710	-	(64.885)	1.939	-	158.108
	<u>1.823.098</u>	<u>72.817</u>	<u>(22.731)</u>	<u>19.659</u>	<u>(2.520)</u>	<u>14.728</u>	<u>1.905.051</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 7.284 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 23.849 no semestre findo em 30 de junho de 2017). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2018 foi de 0,59% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e de 0,75% a.m. no 1º semestre de 2017.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2017		30/06/2018			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Variação cambial	
Móveis e utensílios	10	(25.001)	(2.975)	521	(1.034)	(3)	(28.492)
Máquinas e equipamentos	11	(180.087)	(24.058)	11.670	(29.077)	(6.375)	(227.927)
Veículos	25	(98.558)	(13.530)	4.205	-	-	(107.883)
Instalações e edificações	9	(6.761)	(780)	2	-	(56)	(7.595)
Equipamentos operacionais	14	(420.842)	(30.818)	4.345	159	-	(447.156)
Embarcações	2	(10.093)	(4.364)	-	-	(1.586)	(16.043)
Fibra óptica	5	(3.286)	(384)	-	-	-	(3.670)
		<u>(744.628)</u>	<u>(76.909)</u>	<u>20.743</u>	<u>(29.952)</u>	<u>(8.020)</u>	<u>(838.766)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
 (b) O valor de R\$ 2.520 refere-se, principalmente, a crédito de Pis e Cofins na empresa BH Airport no montante de R\$ 1.425.

Notas Explicativas

13. Intangível - Consolidado

Movimentação do custo

	31/12/2017		30/06/2018				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (e)	Varição cambial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	17.765.288	1.008.991	-	7.938	(5.463)	66.699	18.843.453
Direitos de uso de sistemas informatizados	174.208	150	(45)	6.106	(2.241)	103	178.281
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	37.328	-	-	(201)	-	-	37.127
Cessão de fibra óptica e conectividade	63.618	955	-	-	(1.247)	-	63.326
Direito de concessão	1.060.271	554.268	-	-	-	-	1.614.539
Transmissão de dados de radiofrequência	1.908	1.085	-	-	(16)	-	2.977
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios							
ViaQuatro (b)	641.484	-	-	-	-	-	641.484
RodoNorte (b)	14.988	-	-	-	-	-	14.988
SPVias (b)	1.177.136	-	-	-	-	-	1.177.136
ViaOeste (b)	251.709	-	-	-	-	-	251.709
Barcas (c)	11.382	-	-	-	-	-	11.382
Aeroporto Internacional de Curaçao (c)	80.122	-	-	-	0	5.055	85.177
TAS (d)	67.753	-	-	-	0	11.220	78.973
	<u>21.347.195</u>	<u>1.565.449</u>	<u>(45)</u>	<u>13.843</u>	<u>(8.967)</u>	<u>83.077</u>	<u>23.000.552</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 261.294 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 181.597 no semestre findo em 30 de junho de 2017). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2018 foi de 0,59% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,75% a.m. no 1º semestre de 2017.

Foram diminuídos dos ativos intangíveis ganhos de *hedge accounting* no montante de R\$ 7.831 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (acrescidas despesas de R\$ 31.994 no semestre findo em 30 de junho de 2017).

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2017		30/06/2018			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Varição cambial	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(4.994.527)	(502.332)	-	(3.521)	(32.845)	(5.533.225)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(121.890)	(13.776)	44	(28)	-	(135.650)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(32.307)	(1.147)	-	(1)	-	(33.455)
Cessão de fibra óptica e conectividade	(f)	(24.380)	(4.747)	-	-	-	(29.127)
Direito de concessão (outorga fixa - BH Airport)	(b)	(50.348)	(8.458)	-	-	-	(58.806)
Transmissão de dados de radiofrequência	20	(1.460)	(504)	-	-	-	(1.964)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios							
ViaQuatro (b)		(21.297)	(13.264)	-	-	-	(34.561)
RodoNorte (b)		(10.103)	(585)	-	-	-	(10.688)
SPVias (b)		(342.936)	(29.207)	-	-	-	(372.143)
ViaOeste (b)		(151.284)	(8.761)	-	-	-	(160.045)
Barcas (c)		(5.828)	(538)	-	-	-	(6.366)
Aeroporto Internacional de Curaçao (c)		(24.407)	(1.937)	-	-	(1.176)	(27.520)
		<u>(5.780.767)</u>	<u>(585.256)</u>	<u>44</u>	<u>(3.550)</u>	<u>(34.021)</u>	<u>(6.403.550)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (c) Amortização linear;
- (d) Não amortizado. Vida útil indefinida;
- (e) O valor de R\$ 8.967 refere-se a adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 13.087, menos R\$ 3.336 referentes a ressarcimento do Poder Concedente na CAP, R\$ 17.455 referentes a crédito de Pis e Cofins na BH Airport e R\$ 1.263 referentes a reajustes de contratos na Samm; e
- (f) Amortização linear conforme prazo dos contratos.

Notas Explicativas

14. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Empresa	Instituições financeiras Em moeda nacional	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/06/2018	Vencimento final	
						30/06/2018	31/12/2017
SP Vias	BNDES - FINEM III	TJLP + 2,80% a.a.	N/I	-	-	Janeiro de 2019	35.489 (c)
MSV/ia	BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	14.610	Março de 2039	662.088 (e) (h)
MSV/ia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1872% (a)	2.534	2.246	Março de 2039	126.942 (e) (h)
MSV/ia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	2.373	Março de 2039	51.436 (e) (h)
Metrô Bahia	BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (a)	43.108	36.803	Outubro de 2042	2.396.747 (e) (g)
Metrô Bahia	BNDES - FINEM II	TJLP + 4% a.a.	4,3298% (a)	12.378	12.067	Outubro de 2042	598.905 (e) (g)
BHAirport	BNDES - TJLP (SubCrédito A)	TJLP + 3,91% a.a.	5,6508% (a)	2.141	887	Novembro de 2018	161.682 (d)
BHAirport	BNDES - TJLP (SubCrédito B)	TJLP + 2,40% a.a.	4,6010% (a)	3.468	1.377	Novembro de 2018	202.919 (c)
BHAirport	BNDES - TJLP (SubCrédito C)	TJLP + 2,66% a.a.	4,3769% (a)	713	294	Novembro de 2018	53.806 (f)
CPC	SGI Leasing	16,49624% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	2.118
CPC	SGI Leasing	16,49653% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	1.309
	Subtotal em moeda nacional				70.657		4.039.194

Notas Explicativas

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.
- (b) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 21 para maiores detalhes).

Garantias:

- (c) Fiança bancária.
- (d) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.
- (e) Garantia real.
- (f) Não existem garantias.
- (g) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement - ESA*) e fiança CCR até o *completion*.
- (h) 100% aval / fiança corporativa da CCR.
- (i) Aval / fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/06/2018
	Consolidado
2019	19.798
2020	111.013
2021	308.008
2022 em diante	3.824.814
Total	<u>4.263.633</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Neste semestre findo em 30 de junho de 2018, ocorreram as seguintes operações abaixo descritas:

1. CCR

- a. Em 16 de janeiro de 2018, ocorreu a liquidação antecipada do contrato de financiamento com o HSBC Bank USA, com recursos da 11ª emissão de debêntures.

2. Metrô Bahia

- a. Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado contrato de financiamento, com o BNDES, no valor nominal total de R\$ 640.000, com vencimento em 15 de outubro de 2042 e com subcrédito único.

Os recursos serão remunerados pela TJLP + 4% a.a.. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de agosto de 2019 e 15 de outubro de 2042. Os juros serão pagos trimestralmente até 15 de julho de 2019 e mensalmente a partir de 15 de agosto de 2019.

As liberações já efetuadas do empréstimo ocorreram conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

Nº da liberação	Data da liberação	Valor
1ª	27/12/2017	R\$ 409.600
2ª	21/02/2018	R\$ 147.500
3ª	09/05/2018	R\$ 40.395

3. TAS

- a. Em 31 de janeiro de 2018, a TAS celebrou contrato de empréstimo com o HSBC Bank USA, no montante total de USD 5.000 mil, com remuneração de Libor 3m + 2,45% a.a. ou de US Prime Rate (4,5% a.a.), taxas definidas no momento dos desembolsos financeiros. O empréstimo será amortizado em parcela única no vencimento da operação, em janeiro de 2019, e o pagamento de juros ocorrerá trimestralmente. Até o momento foram desembolsados USD 1.800 mil, sendo USD 1.000 mil remunerados à US Prime Rate e USD 800 mil remunerados à Libor 3m + 2,45% a.a..
- b. Em 13 de fevereiro de 2018, o empréstimo com o HSBC Bank USA, no montante de USD 10.000 mil, foi renegociado, tendo seu prazo de vencimento estendido para 13 de fevereiro de 2019 e a remuneração alterada de Libor 3m + 2,05% a.a. para Libor 3m + 2,30% a.a..

4. ViaOeste

- a. Em 05 de janeiro de 2018, ocorreu a liquidação antecipada do contrato de financiamento com o Banco de Tokyo, com recursos da 7ª emissão de debêntures.

5. AutoBAN

- a. Em 24 de abril de 2018, ocorreu a liquidação do contrato de empréstimo com o Bank of America NA.

6. ViaQuatro

- a. Em 03 de abril de 2018, foi liquidado antecipadamente o financiamento com o BID, no valor de USD 98.471 mil, equivalentes na data a R\$ 327.366.

Para maiores detalhes sobre os demais empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros, vide nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

15. Debêntures e notas promissórias

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/06/2018	Vencimento final	30/06/2018	31/12/2017
1a CCR	2a Emissão (Notas Promissórias)	124,10% do CDI	0,3282% (b)	902	-	Fevereiro de 2019	-	113.635 (e)
1a CCR	8a Emissão - Série única	124,10% do CDI	0,2759% (b)	3.292	-	Dezembro de 2018	-	400.083 (e)
CCR	10a Emissão - Série única	107,50% do CDI	0,1306% (b)	1.140	782	Junho de 2020	300.012	299.791 (e)
CCR	11a Emissão - Série 1	CDI + 0,60% a.a.	0,7670% (a)	2.252	1.869	Novembro de 2020	472.232	469.407 (e)
CCR	11a Emissão - Série 2	CDI + 0,95% a.a.	1,0619% (a)	3.176	2.825	Novembro de 2022	666.450	662.464 (e)
CCR	11a Emissão - Série 3	CDI + 1,50% a.a.	1,5794% (a)	1.868	1.729	Novembro de 2024	392.034	389.589 (e)
CCR	11a Emissão - Série 4	IPCA + 6% a.a.	6,0939% (a)	847	792	Novembro de 2024	180.892	176.746 (e)
	Subtotal Controladora				7.997		2.011.620	2.511.715
AutoBAN	5a Emissão (Notas promissórias)	106,75% do CDI	0,2246% (b)	4.629	3.605	Outubro de 2020	723.005	698.450 (e)
AutoBAN	5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	5,3598% (a)	9.147	690	Outubro de 2018	617.440	601.993 (e)
AutoBAN	6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	5,7635% (a)	7.650	2.256	Outubro de 2019	482.344	478.918 (e)
AutoBAN	6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	214.609	210.705 (e)
AutoBAN	8a Emissão - Série única	IPCA + 5,4705% a.a.	5,8694% (a)	11.925	9.988	Julho de 2022	765.990	731.268 (e)
4a Metrô Bahia	2a Emissão - Série única	CDI + 2,20% a.a.	2,3889% (a)	3.615	1.219	Outubro de 2019	507.661	508.013 (f)
4a Metrô Bahia	3a Emissão - Série única	CDI + 3,95% a.a.	4,7293% (a)	2.965	-	Mai de 2018	-	216.145 (f)
4b Metrô Bahia	4a Emissão - Série única	120% do CDI	0,3095% (b)	1.603	727	Mai de 2020	125.345	252.062 (f)
4b Metrô Bahia	5a Emissão - Série única	CDI + 1,50% a.a.	2,0763% (a)	2.990	2.807	Novembro de 2019	401.856	- (f)
7a NovaDutra	4a Emissão - Série única (c)	IPCA + 6,4035% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2020	422.036	500.036 (g)
RodoAnel Oeste	4a Emissão - Série única	108% do CDI	0,0986% (b)	1.353	-	Mai de 2018	-	277.930 (f)
RodoAnel Oeste	6a Emissão - Série única	120% do CDI	0,076% (b)	3.171	2.819	Abril de 2024	807.631	804.800 (f)

Notas Explicativas

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/06/2018	Vencimento final	30/06/2018	31/12/2017
							30/06/2018	31/12/2017
RodoNorte	4a Emissão - Série 1	IPCA + 5,691% a.a.	5,8502% (a)	1.254	370	Outubro de 2019	164.066	160.942 (e)
RodoNorte	5a Emissão - Série 1	IPCA + 6,06% a.a.	6,3483% (a)	1.185	849	Novembro de 2021	104.952	102.891 (g)
RodoNorte	6a Emissão - Série 1	106,50% do CDI	0,2462% (b)	1.661	1.304	Novembro de 2020	220.547	221.386 (g)
RodoNorte	6a Emissão - Série 2	IPCA + 4,4963% a.a.	4,6905% (a)	1.284	1.107	Novembro de 2021	178.395	171.323 (g)
3a Samm	9a Emissão (Notas promissórias)	112,50% do CDI	0,5656% (b)	309	-	Abril de 2018	-	59.154 (f)
3b Samm	10a Emissão (Notas promissórias)	114% do CDI	0,5341% (b)	287	216	Abril de 2019	54.607	- (f)
SPVias	4a Emissão - Série única (c)	IPCA + 6,38% a.a.	6,6684% (a)	2.265	905	Abril de 2020	235.932	234.924 (f)
SPVias	5a Emissão - Série única	129,30% do CDI	0,5815% (b)	24.365	10.771	Maior de 2021	968.360	1.074.997 (f) (g)
ViaLagos	2a Emissão - Série única	IPCA + 7,34% a.a.	7,6594% (a)	1.870	876	Julho de 2020	177.509	174.110 (e)
ViaLagos	3a Emissão - Série única	118% do CDI	0,5407% (b)	697	-	Abril de 2018	-	66.043 (e)
ViaLagos	4a Emissão - Série única	113% do CDI	0,6073% (b)	555	514	Julho de 2020	41.117	- (e)
ViaQuatro	1a Emissão - Série de 1 a 4	CDI + 2,90% a.a.	3,4802% (a)	2.912	-	Maior de 2019	-	204.872 (h)
ViaQuatro	2a Emissão - Série de 1 a 4	CDI + 2,90% a.a.	3,3902% (a)	1.046	-	Maior de 2019	-	80.755 (h)
ViaQuatro	3a Emissão - Série de 1 a 4	CDI + 2,90% a.a.	3,3771% (a)	1.236	-	Maior de 2019	-	93.010 (h)
ViaQuatro	4a Emissão - Série de 1 a 3	CDI + 2,90% a.a.	3,5917% (a)	1.604	-	Maior de 2019	-	146.695 (h)
ViaQuatro	5a Emissão - Série 1	CDI + 2,30% a.a.	2,5373% (a)	10.072	9.726	Março de 2028	705.250	- (i) (j)
ViaQuatro	5a Emissão - Série 2	IPCA + 7,0737% a.a.	7,2943% (a)	5.534	5.371	Março de 2028	507.620	- (i) (j)
ViaOeste	5a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 5,67% a.a.	5,8865% (a)	1.334	376	Setembro de 2019	195.109	193.822 (e)
ViaOeste	6a Emissão - Série única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313% (a)	3.706	2.650	Novembro de 2021	282.776	277.166 (e)
ViaOeste	7a Emissão - Série única	106,25% do CDI	0,0593% (b)	587	575	Novembro de 2020	331.240	330.543 (g)
ViaMobilidade	1a Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	2,148% (a)	6.680	6.496	Abril de 2021	599.385	- (f)
Total geral							11.846.402	11.384.668
							Consolidado	
							30/06/2018	31/12/2017
							1.541.513	2.469.249
							(24.539)	(22.469)
							1.516.974	2.446.780
							10.379.103	8.980.671
							(49.675)	(42.783)
							10.329.428	8.937.888
							Controladora	
							30/06/2018	31/12/2017
							16.069	424.515
							(2.267)	(3.617)
							13.802	420.898
							2.003.548	2.097.726
							(5.730)	(6.909)
							1.997.818	2.090.817
							16.069	424.515
							(2.267)	(3.617)
							13.802	420.898
							2.003.548	2.097.726
							(5.730)	(6.909)
							1.997.818	2.090.817

Circulante

Debêntures e notas promissórias
Custos de transação

Não Circulante

Debêntures e notas promissórias
Custos de transação

Notas Explicativas

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

Garantias:

- (e) Não existem garantias.
- (f) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.
- (g) Garantia real.
- (h) Garantia proporcional dos acionistas.
- (i) Alienação fiduciária.
- (j) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/06/2018	
	Controladora	Consolidado
2019	-	1.903.543
2020	770.030	3.040.024
2021	331.617	2.079.939
2022 em diante	901.901	3.355.597
Total	<u>2.003.548</u>	<u>10.379.103</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Neste semestre findo em 30 de junho de 2018, ocorreram as seguintes operações abaixo descritas:

1. CCR

- a. Em 03 de janeiro de 2018, ocorreu a liquidação total antecipada da 8ª emissão de debêntures e das 4ª e 6ª séries da 2ª emissão de notas promissórias, com recursos da 11ª emissão de debêntures.

2. ViaQuatro

- a. Em 15 de março de 2018, ocorreu a 5ª emissão de debêntures, distribuída em duas séries, no total de 1.200.000 debêntures, sendo 700.000 debêntures na 1ª série e 500.000 debêntures na 2ª série, todas integralizadas em 29 de março de 2018, totalizando um valor nominal de R\$ 1.200.000, com vencimento em 15 de março de 2028. A remuneração da 1ª série é de CDI + 2,3% a.a. e da 2ª série é de IPCA + 7,0737% a.a.. As debêntures contam com as seguintes

Notas Explicativas

garantias (i) alienação fiduciária de ações e (ii) cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

Adicionalmente, a concessionária obriga-se a não contratar novos endividamentos, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4, e o ICSD seja igual ou inferior a 1,10. Além disso, compromete-se a não distribuir dividendos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja igual ou superior a 4 e o ICSD seja igual ou inferior a 1,30. A concessionária pode optar pela contratação de fiança bancária ou depósito em conta reserva, caso deseje contratar novas dívidas ou distribuir dividendos com os índices abaixo dos números descritos acima.

- b. Em 06 de abril de 2018, foram integralmente liquidadas antecipadamente as debêntures da 1ª a 4ª emissão, com recursos da 5ª emissão de debêntures.

3. Samm

- a. Em 22 de março de 2018, foi prorrogado o prazo de vencimento da dívida, passando de 24 de março de 2018 para 13 de abril de 2018, data esta em que as notas foram liquidadas com recursos da 10ª emissão de notas promissórias.
- b. Em 12 de abril de 2018, foi realizada a 10ª emissão de notas promissórias, no valor nominal total de R\$ 54.000, em série única e com remuneração de 114% do CDI. A emissão conta com aval da CCR e será amortizada juntamente com o pagamento de juros, em 12 de abril de 2019, podendo ser resgatada antecipadamente, a qualquer momento, sem pagamento de prêmio.

Não há *covenants* financeiros para esta emissão, porém há cláusulas de vencimento antecipado definidas na cartula de emissão.

4. Metrô Bahia

- a. Em 7 de maio de 2018, foram liquidadas as debêntures da 3ª emissão, em sua data de vencimento.
- b. Em 7 de maio de 2018, foram integralizadas as debêntures da 5ª emissão, em série única, no valor nominal total de R\$ 400.000, com vencimento em 04 de novembro de 2019. A remuneração será de CDI + 1,50% a.a., sendo que os juros serão pagos semestralmente a partir de 04 de novembro de 2018 e o principal será pago no vencimento. A emissão conta com garantia fidejussória prestada pela CCR na forma de fiança corporativa para 100% das obrigações garantidas.

Como cláusulas restritivas desta emissão, a CCR não poderá distribuir dividendos caso a relação Dívida Líquida / EBITDA seja superior a 4, exceto se apresentar carta de fiança bancária no valor do saldo devedor da emissão.

Esta emissão deverá ser obrigatoriamente resgatada ou amortizada antecipadamente em caso de contratação e desembolso de dívida de longo prazo para financiamento dos investimentos.

5. ViaLagos

- a. Em 11 de abril de 2018, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 41.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos, sem qualquer tipo de garantia, para pagamento dos valores devidos no âmbito da 3ª emissão de debêntures da investida, na respectiva data de vencimento. O vencimento final será em 15 de julho de 2020.

Notas Explicativas

Os juros são de 113% do CDI e serão pagos em parcelas semestrais, nos meses de julho e janeiro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de julho de 2018.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4. A concessionária poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio caso contrate e apresente ao agente fiduciário, carta de fiança bancária no valor correspondente ao saldo devedor das debêntures em circulação, emitida por banco de primeira linha com atuação no Brasil e aprovação da Assembleia Geral de Debenturistas.

- b. Em 11 de abril de 2018, ocorreu a quitação da 3ª emissão de debêntures.

6. ViaMobilidade

- a. Em 16 de maio de 2018, foram integralizadas as debêntures da 1ª emissão de debêntures, em série única, no valor nominal total de R\$ 600.000, com vencimento em 03 de abril de 2021. A remuneração é de CDI + 1,75% a.a., sendo que os juros serão pagos anualmente, no mês de abril e o principal será pago no vencimento. A emissão conta com garantia fidejussória prestada pelas acionistas na proporção de suas participações no capital.

Como cláusulas restritivas desta emissão, a ViaMobilidade não poderá distribuir dividendos e não poderá contratar endividamento adicional com terceiros em montante superior a R\$ 180.000.

Esta emissão deverá ser obrigatoriamente resgatada ou amortizada antecipadamente em caso de contratação e desembolso de dívida de longo prazo para financiamento da outorga e/ou investimentos.

7. RodoAnel Oeste

- a. Em 04 de maio de 2018, ocorreu a quitação da 4ª emissão de debêntures.

Para maiores detalhes sobre as demais debêntures e notas promissórias, vide nota explicativa nº 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários - Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Notas Explicativas

	31/12/2017		30/06/2018			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	
Não circulante						
Cíveis e administrativos	51.537	15.152	(6.714)	(13.547)	2.566	48.994
Trabalhistas e previdenciários	49.891	9.390	(1.288)	(5.536)	(908)	51.549
Tributários	29.325	2.207	-	-	9.478	41.010
	<u>130.753</u>	<u>26.749</u>	<u>(8.002)</u>	<u>(19.083)</u>	<u>11.136</u>	<u>141.553</u>

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/06/2018	31/12/2017
Cíveis e administrativos	125.849	122.629
Trabalhistas e previdenciários	9.142	9.019
Tributários (a)	<u>20.698</u>	<u>341.166</u>
	<u>155.689</u>	<u>472.814</u>

- (a) Em setembro de 2013, foi recebida pela SPVias notificação de lançamento por meio da qual a Receita Federal considerou desnecessárias as despesas relativas ao pagamento por determinados serviços contratados entre 2008 e 2010, tendo glosado seus efeitos na apuração de IRPJ e CSLL, o que resultou na cobrança de tributos e acréscimos no total de aproximadamente R\$ 323 milhões (Data-Base: 06/2018). Também houve intimação para que a SPVias procedesse à retificação dos saldos de determinadas contas de ativo imobilizado para fins fiscais. Em sua defesa, a SPVias interpôs os recursos administrativos cabíveis perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que foram julgados favoravelmente aos seus interesses. Em 02 de abril de 2018, a SPVias foi intimada do trânsito definitivo em julgado administrativo. Diante do encerramento definitivo favorável, este processo não mais será reportado.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de junho de 2018 é de R\$ 127.816 (R\$ 125.819 em 31 de dezembro de 2017).

17. Provisão de manutenção - Consolidado

	31/12/2017		30/06/2018			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição / reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	
Circulante	297.972	36.185	16.596	(140.205)	78.018	288.566
Não circulante	<u>313.042</u>	<u>51.919</u>	<u>17.672</u>	<u>-</u>	<u>(78.018)</u>	<u>304.615</u>
	<u>611.014</u>	<u>88.104</u>	<u>34.268</u>	<u>(140.205)</u>	<u>-</u>	<u>593.181</u>

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, são de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

Notas Explicativas

18. Patrimônio líquido

a. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Numerador				
Lucro líquido	276.157	721.368	665.560	992.996
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	2.020.000,0	2.020.000,0	2.020.000,0	1.953.937,0
Lucro por ação - básico e diluído	0,13671	0,35711	0,32949	0,50820
	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Numerador				
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	277.697	724.448	667.100	996.076
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	2.020.000,0	2.020.000,0	2.020.000,0	1.953.937,0
Lucro por ação - básico e diluído	0,13747	0,35864	0,33025	0,50978

b. Dividendos

Em 16 de abril de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), o pagamento de dividendos à conta de dividendos adicionais propostos de 2017, no montante de R\$ 100.177, correspondente a R\$ 0,049592528391 por ação ordinária. O pagamento dos dividendos foi realizado a partir de 30 de abril de 2018. A partir da mesma data iniciou-se o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios destacados em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 299.823, totalizando R\$ 400.000 em dividendos.

19. Receitas

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	26.309	51.576	24.150	48.478
Receita bruta	26.309	51.576	24.150	48.478
Impostos sobre receitas	(3.252)	(6.376)	(2.988)	(5.989)
Deduções das receitas brutas	(3.252)	(6.376)	(2.988)	(5.989)
Receita líquida	23.057	45.200	21.162	42.489

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receitas de pedágio	1.516.452	3.160.000	1.565.111	3.124.555
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	470.837	929.822	489.888	1.202.366
Receitas administrativas	1.756	3.130	1.355	2.730
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	5.246	9.070	2.157	9.319
Receita de serviços de fibra óptica	23.689	47.142	24.426	46.748
Receitas aeroportuárias	182.691	339.618	150.938	291.843
Receitas de remuneração de ativo financeiro	58.231	119.012	62.619	119.972
Receitas acessórias	38.718	73.874	30.914	53.809
Receitas aquaviárias	30.470	60.291	30.380	60.510
Receitas metroviárias	188.359	351.833	131.157	143.624
Receita bruta	2.516.449	5.093.792	2.488.945	5.055.476
Impostos sobre receitas	(159.518)	(324.634)	(147.069)	(300.485)
Abatimentos	(13.307)	(26.357)	(9.855)	(19.107)
Deduções das receitas brutas	(172.825)	(350.991)	(156.924)	(319.592)
Receita líquida	2.343.624	4.742.801	2.332.021	4.735.884

20. Resultado financeiro

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamentos mercantis	(36.061)	(74.741)	(50.250)	(114.346)
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.373)	(3.274)	-	-
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(23.387)	(33.694)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	-	(375)	(1.450)
Perda com operações de derivativos	-	(20.537)	(2.271)	(70.256)
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures (<i>fair value option e hedge accounting</i>)	-	-	(8.035)	(12.243)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(21)	(23)	(5)	(6)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.013)	(4.546)	(3.628)	(5.420)
	(38.468)	(103.121)	(87.951)	(237.415)
Receitas Financeiras				
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	10.152	-	51.083
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	31	31	-	-
Juros e variações monetárias sobre mútuos	11.807	22.752	24.826	31.896
Ganho com operações de derivativos	1.390	10.565	14.648	22.803
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures (<i>fair value option e hedge accounting</i>)	-	6.142	2.397	3.394
Rendimento sobre aplicações financeiras	32.702	72.177	63.443	142.753
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	22	22	3	4
Juros e outras receitas financeiras	2.053	3.948	2.332	4.320
	48.005	125.789	107.649	256.253
Resultado financeiro líquido	9.537	22.668	19.698	18.838

Notas Explicativas

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamentos mercantis	(330.786)	(634.248)	(351.203)	(765.094)
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(40.251)	(89.731)	(28.536)	(73.684)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	(11.965)	(37.978)	(80.481)	(103.417)
Varição monetária sobre obrigações com Poder Concedente	(16.034)	(40.001)	(15.691)	(38.144)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(5.824)	(9.527)	(7.336)	(12.625)
Perda com operações de derivativos	(54.866)	(173.188)	(12.875)	(257.626)
Varição cambial sobre operações com derivativos	-	(2.476)	-	-
Juros sobre impostos parcelados	(3.154)	(3.164)	(19)	(42)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(16.711)	(34.268)	(17.216)	(34.506)
Capitalização de custos dos empréstimos	132.375	268.578	108.878	205.446
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures (<i>fair value option e hedge accounting</i>)	(5.611)	(14.186)	(11.582)	(133.334)
Ajuste a valor presente de obrigações com Poder Concedente	(10.821)	(21.628)	(11.034)	(22.050)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(18.590)	(24.790)	(8.143)	(8.208)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(17.207)	(39.637)	(21.824)	(39.412)
	<u>(399.445)</u>	<u>(856.244)</u>	<u>(457.062)</u>	<u>(1.282.696)</u>
Receitas Financeiras				
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	47.375	6.283	106.795
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	721	721	-	-
Juros e variações monetárias sobre mútuos	12.657	26.969	17.483	28.085
Ganho com operações de derivativos	58.725	173.957	43.977	204.134
Variações cambiais sobre operações com derivativos	9.048	11.793	2.378	2.378
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures (<i>fair value option e hedge accounting</i>)	17.615	37.026	8.789	89.156
Rendimento sobre aplicações financeiras	49.679	104.665	91.301	204.793
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	633	6.992	556	734
Juros e outras receitas financeiras	10.386	20.096	15.202	24.623
	<u>159.464</u>	<u>429.594</u>	<u>185.969</u>	<u>660.698</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(239.981)</u>	<u>(426.650)</u>	<u>(271.093)</u>	<u>(621.998)</u>

21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	1.967.875	-	-	3.505.114	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	2.083	-	-	20.112	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	18.511	-	-	17.755	-
Mútuos - partes relacionadas	-	556.841	-	-	632.845	-
Contas a receber - operações com derivativos	-	-	-	32.156	-	-
Partes relacionadas - AFAC	-	742.862	-	-	577.862	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	26.037	-	-	76.130	-
Passivos						
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	(405.771)	-	-
Debêntures (a)	-	-	(2.011.620)	-	-	(2.511.715)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(7.809)	-	-	(10.563)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(207)	-	-	(378)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.916)	-	-	(1.916)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(325)	-	-	(300.158)
Contas a pagar - operações com derivativos	-	-	-	(11.620)	-	-
	<u>1.969.958</u>	<u>1.344.251</u>	<u>(2.021.877)</u>	<u>3.139.991</u>	<u>1.304.592</u>	<u>(2.824.730)</u>

	Consolidado							
	30/06/2018			31/12/2017				
	Valor justo através do resultado abrangente	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado abrangente	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos								
Aplicações financeiras	-	3.129.577	-	-	-	4.653.749	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	-	2.083	-	-	-	20.170	-	-
Contas a receber	-	-	2.596.623	-	-	-	2.597.051	-
Adiantamento a fornecedor (b)	-	-	75.310	-	-	-	88.275	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	3.980	-	-	-	5.334	-
Mútuos - partes relacionadas	-	-	552.717	-	-	-	427.533	-
Partes relacionadas - AFAC	-	-	890	-	-	-	764	-
Contas a receber - operações com derivativos	23.920	357.126	-	-	7.018	377.414	-	-
Passivos								
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	-	(4.277.324)	-	-	-	(4.039.194)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (a)	-	-	-	(458.470)	-	(727.673)	-	(753.712)
Debêntures e notas promissórias (a)	-	(1.952.861)	-	(9.893.541)	-	(2.009.693)	-	(9.374.975)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	(830.037)	-	-	-	(1.071.035)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	(4.622)	-	-	-	(3.342)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	(112.772)	-	-	-	(147.396)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	-	(44.716)	-	-	-	(44.716)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(325)	-	-	-	(313.220)
Contas a pagar - operações com derivativos	(7)	(2.578)	-	-	(2.845)	(97.485)	-	-
Obrigações com poder concedente	-	-	-	(1.573.975)	-	-	-	(1.597.987)
	<u>23.913</u>	<u>1.533.347</u>	<u>3.229.520</u>	<u>(17.195.782)</u>	<u>4.173</u>	<u>2.216.482</u>	<u>3.118.957</u>	<u>(17.345.577)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

(b) Estes adiantamentos a fornecedor deverão ser convertidos em ativos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e outras contas a pagar - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

Notas Explicativas

- **Contas a receber e a pagar com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Financiamentos em moeda nacional e estrangeira, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia e suas controladas captaram empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 718.589 em 31 de dezembro de 2017.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2018		31/12/2017		30/06/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e notas promissórias (a) (b)	2.019.617	2.081.587	2.522.241	2.603.708	9.963.528	10.180.542	9.433.818	9.768.059

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - Algumas controladas da Companhia captaram recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.904.648 em 30 de junho de 2018 (R\$ 1.949.904 em 31 de dezembro de 2017), conforme detalhado abaixo:

Notas Explicativas

<u>Empresa</u>	<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
AutoBAn	5a Emissão - Série única	IPCA + 4,88% a.a.	88,75% do CDI	606.339
AutoBAn	6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	94,86% até 98,9% do CDI	473.402
ViaOeste	5a Emissão - Série 2	IPCA + 5,67% a.a.	99,9% até 100% do CDI	190.323
NovaDutra	4a Emissão - Série única	IPCA+ 6,4035% a.a.	100,1% até 101,2% do CDI	407.204
SPVias	4a Emissão - Série única	IPCA + 6,38% a.a.	101% do CDI	227.380
				1.904.648

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 15.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Nível 2:				
Aplicações financeiras e conta reserva	1.969.958	3.525.226	3.131.660	4.673.919
Derivativos a receber/(a pagar)	-	20.536	378.461	284.102
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	-	(405.771)	-	(727.673)
Debêntures	-	-	(1.952.861)	(2.009.693)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A ViaQuatro, visando cumprir as exigências de seu contrato de financiamento com o BID, conforme descrito na nota explicativa nº 16 de 31 de dezembro de 2017 e visando a mitigação dos riscos de taxa de juros, contratou opções de compra da Libor com teto de 4,5% a.a. para todo o fluxo de juros de seu financiamento, como também *NDF* para proteger os fluxos de caixa do endividamento em moeda estrangeira para os próximos dois anos.

A AutoBAn contratou operação de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial dos fluxos de caixa de seu empréstimo em moeda estrangeira e contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

A ViaOeste contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 5ª emissão de debêntures.

Notas Explicativas

O Metrô Bahia contratou *NDF's* para a proteção contra a variação cambial de futuras aquisições de equipamentos.

A NovaDutra contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

A SPVias contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia e suas controladas:

Notas Explicativas

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nocional) (1)				
				Moeda estrangeira		Moeda local		
				30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	
SWAP								
AutoBan								
Posição ativa	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	-	-	514.070	514.070
Posição passiva				88,75% do CDI				
Posição ativa	Merrill Lynch	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	-	-	257.035	257.035
Posição passiva				Pré 6,7680%				
Posição ativa	Votorantim	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	-	-	257.035	257.035
Posição passiva				Pré 6,7650%				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	-	-	100.000	100.000
Posição passiva				98,90% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	-	-	100.000	100.000
Posição passiva				97,65% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	-	-	50.000	50.000
Posição passiva				97,85% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	-	-	130.106	130.106
Posição passiva				94,86% do CDI				
ViaOeste								
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	-	-	75.000	75.000
Posição passiva				100% do CDI				
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	-	-	75.000	75.000
Posição passiva				99,90% do CDI				
NovaDutra								
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	-	-	310.019	310.019
Posição passiva				101,20% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	-	-	310.019	310.019
Posição passiva				100,10% do CDI				
SPVias								
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (2)	IPCA + 6,38% a.a.	-	-	192.356	192.356
Posição passiva				101,00% do CDI				
NDFs								
Metrô Bahia								
Posição ativa	Merrill Lynch	28/03/2018	01/11/2018 (5)	USD	6.632	-	25.572	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3346 a R\$ 3,5770				
Posição ativa	Bradesco	30/11/2017	03/09/2018 (5)	USD	8.550	6.000	32.967	19.848
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,2370 a R\$ 3,3807				
Posição ativa	Merrill Lynch	31/08/2017	02/01/2019 (5)	EUR	9.817	2.015	44.208	7.998
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 3,9655 a R\$ 4,6590				
Posição ativa	Bradesco	29/03/2018	03/09/2018 (5)	EUR	3.160	-	14.230	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 3,8999 a R\$ 4,1655				
ViaQuatro								
Posição ativa	Bradesco	24/02/2017	01/11/2018 (5)	USD	7.000	7.000	26.991	23.156
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,2771 a R\$ 3,4495				
Posição ativa	Votorantim	20/09/2017	01/02/2019 (5)	USD	6.400	9.710	24.677	32.121
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3003 e R\$ 3,3978				
Posição ativa	Merrill Lynch	20/09/2017	03/12/2018 (5)	USD	2.000	2.000	7.712	6.616
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3086				
Posição ativa	Bradesco	06/12/2017	01/03/2019 (5)	EUR	8.500	10.824	38.277	42.964
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 4,1050 e R\$ 4,2415				
Posição ativa	Votorantim	04/05/2018	03/12/2018 (5)	EUR	3.000	-	13.510	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 4,3670				
OPÇÕES DE COMPRA								
ViaQuatro								
Posição ativa	Vários (14)	20/07/2009	15/08/2022 (4)	Strike Call de Libor de 4,5% a.a.	77.649	116.238	299.399	384.515
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/06/2018							2.898.183	2.887.858

Notas Explicativas

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		
				Moeda local		Moeda local	Recebidos/(Pagos)	
				30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017	
SWAP								
AutoBAn								
Posição ativa	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	618.129	603.691	(1.206)	(14.769)
Posição passiva				88,75% do CDI	(518.861)	(517.744)		
Posição ativa	Merrill Lynch	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	259.430	258.872	(744)	-
Posição passiva				Pré 6,7680%	(260.697)	(260.513)		
Posição ativa	Votorantim	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	259.430	258.872	(741)	-
Posição passiva				Pré 6,7650%	(260.693)	(260.506)		
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	129.227	128.527	(60)	(3.016)
Posição passiva				98,90% do CDI	(101.165)	(101.291)		
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	129.227	128.527	(18)	(2.935)
Posição passiva				97,65% do CDI	(101.028)	(101.112)		
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	64.614	64.264	(12)	(1.474)
Posição passiva				97,85% do CDI	(50.525)	(50.570)		
Posição ativa	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	160.790	159.919	(71)	(3.753)
Posição passiva				94,86% do CDI	(131.045)	(131.035)		
ViaOeste								
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	98.100	97.131	(67)	(2.321)
Posição passiva				100% do CDI	(76.353)	(76.549)		
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	97.743	97.170	(69)	(2.320)
Posição passiva				99,90% do CDI	(76.361)	(76.560)		
NovaDutra								
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	211.096	250.110	5.805	(3.461)
Posição passiva				101,20% do CDI	(174.674)	(209.979)		
Posição ativa	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	210.826	249.842	5.880	(3.264)
Posição passiva				100,10% do CDI	(174.467)	(209.697)		
SPVias								
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (2)	IPCA + 6,38% a.a.	236.837	236.057	334	(5.479)
Posição passiva				101,00% do CDI	(195.125)	(195.499)		
NDEs								
Metrô Bahia								
Posição ativa	Merrill Lynch	28/03/2018	01/11/2018 (5)	USD	2.654	-	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3346 a R\$ 3,5770				
Posição ativa	Bradesco	30/11/2017	03/09/2018 (5)	USD	4.493	69	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,2370 a R\$ 3,3807				
Posição ativa	Merrill Lynch	31/08/2017	02/01/2019 (5)	EUR	3.005	203	-	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 3,9655 a R\$ 4,6590				
Posição ativa	Bradesco	29/03/2018	03/09/2018 (5)	EUR	281	-	-	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 3,8999 a R\$ 4,1655				
ViaQuatro								
Posição ativa	Bradesco	24/02/2017	01/11/2018 (5)	USD	3.764	65	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,2771 a R\$ 3,4495				
Posição ativa	Votorantim	20/09/2017	01/02/2019 (5)	USD	3.500	423	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3003 e R\$ 3,3978				
Posição ativa	Merrill Lynch	20/09/2017	03/12/2018 (5)	USD	1.197	222	-	-
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,3086				
Posição ativa	Bradesco	06/12/2017	01/03/2019 (5)	EUR	4.239	479	-	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,1050 e R\$ 4,2415				
Posição ativa	Votorantim	04/05/2018	03/12/2018 (5)	EUR	780	-	-	-
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,3670				
OPÇÕES DE COMPRA								
ViaQuatro								
Posição ativa	Vários (14)	20/07/2009	15/08/2022 (4)	Strike Call de Libor de 4,5% a.a.	93	47	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/06/2018					378.461	343.435	9.031	(42.792)
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017					-	(59.333)	(67.515)	(224.478)
TOTAL DAS OPERAÇÕES					378.461	284.102	(58.484)	(267.270)

Notas Explicativas

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Efeito acumulado			
					Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)	
					30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
SWAP								
AutoBAN								
Posição ativa	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	99.268	85.947	-	-
Posição passiva				88,75% do CDI				
Posição ativa	Merrill Lynch	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	-	-	(1.267)	(1.641)
Posição passiva				Pré 6,7680%				
Posição ativa	Votorantim	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	-	-	(1.263)	(1.634)
Posição passiva				Pré 6,7650%				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	28.075	27.236	(13)	-
Posição passiva				98,90% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	28.199	27.415	-	-
Posição passiva				97,65% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	14.089	13.694	-	-
Posição passiva				97,85% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	29.780	28.893	(35)	(9)
Posição passiva				94,86% do CDI				
ViaOeste								
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	21.747	20.582	-	-
Posição passiva				100% do CDI				
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	21.382	20.610	-	-
Posição passiva				99,90% do CDI				
NovaDutra								
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	36.422	40.131	-	-
Posição passiva				101,20% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	36.359	40.145	-	-
Posição passiva				100,10% do CDI				
SPVias								
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (2)	IPCA + 6,38% a.a.	41.712	40.558	-	-
Posição passiva				101,00% do CDI				
NDEs								
Metró Bahia								
Posição ativa	Merrill Lynch	28/03/2018	01/11/2018 (5)	USD	2.654	-	-	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3346 a R\$ 3,5770				
Posição ativa	Bradesco	30/11/2017	03/09/2018 (5)	USD	4.493	69	-	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,2370 a R\$ 3,3807				
Posição ativa	Merrill Lynch	31/08/2017	02/01/2019 (5)	EUR	3.012	203	(7)	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 3,9655 a R\$ 4,6590				
Posição ativa	Bradesco	29/03/2018	03/09/2018 (5)	EUR	281	-	-	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 3,8999 a R\$ 4,1655				
ViaQuatro								
Posição ativa	Bradesco	24/02/2017	01/11/2018 (5)	USD	3.764	222	-	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,2771 a R\$ 3,4495				
Posição ativa	Votorantim	20/09/2017	01/02/2019 (5)	USD	3.500	423	-	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3003 e R\$ 3,3978				
Posição ativa	Merrill Lynch	20/09/2017	03/12/2018 (5)	USD	1.197	222	-	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3086				
Posição ativa	Bradesco	06/12/2017	01/03/2019 (5)	EUR	4.239	479	-	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 4,1050 e R\$ 4,2415				
Posição ativa	Votorantim	04/05/2018	03/12/2018 (5)	EUR	780	-	-	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 4,3670				
OPÇÕES DE COMPRA								
ViaQuatro								
Posição ativa	Vários (14)	20/07/2009	15/08/2022 (4)	Strike Call de Libor de 4,5% a.a.	93	47	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/06/2018					381.046	346.876	(2.585)	(3.284)
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017					-	37.556	-	(97.046)
TOTAL DAS OPERAÇÕES					381.046	384.432	(2.585)	(100.330)
TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTE					153.926	118.027	(2.585)	(73.126)
TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO CIRCULANTE					227.120	266.405	-	(27.204)

Notas Explicativas

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Resultado				
				Ganho/(Perda) em resultado		Ganho/(Perda) em resultado abrangente		
				30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	
SWAP								
AutoBan								
Posição ativa	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	12.115	4.009	-	-
Posição passiva				88,75% do CDI				
Posição ativa	Merrill Lynch	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	(370)		-	-
Posição passiva				Pré 6,7680%				
Posição ativa	Votorantim	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% do CDI	(370)		-	-
Posição passiva				Pré 6,7650%				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	766	2.116	-	-
Posição passiva				98,90% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	766	2.100	-	-
Posição passiva				97,65% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	383	1.052	-	-
Posição passiva				97,85% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	790	2.257	-	-
Posição passiva				94,86% do CDI				
ViaOeste								
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	1.098	1.634	-	-
Posição passiva				100% do CDI				
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (3)	IPCA + 5,67% a.a.	703	1.356	-	-
Posição passiva				99,90% do CDI				
NovaDutra								
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	2.096	2.956	-	-
Posição passiva				101,20% do CDI				
Posição ativa	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a.	2.094	2.925	-	-
Posição passiva				100,10% do CDI				
SPVias								
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (2)	IPCA + 6,38% a.a.	1.488	3.631	-	-
Posição passiva				101,00% do CDI				
NDFs								
Metró Bahia								
Posição ativa	Merrill Lynch	28/03/2018	01/11/2018 (5)	USD	-	-	2.654	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3346 a R\$ 3,5770				
Posição ativa	Bradesco	30/11/2017	03/09/2018 (5)	USD	-	-	4.424	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,2370 a R\$ 3,3807				
Posição ativa	Merrill Lynch	31/08/2017	02/01/2019 (5)	EUR	-	-	2.802	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 3,9655 a R\$ 4,6590				
Posição ativa	Bradesco	29/03/2018	03/09/2018 (5)	EUR	-	-	281	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 3,8999 a R\$ 4,1655				
ViaQuatro								
Posição ativa	Bradesco	24/02/2017	01/11/2018 (5)	USD	-	-	3.542	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,2771 a R\$ 3,4495				
Posição ativa	Votorantim	20/09/2017	01/02/2019 (5)	USD	-	-	3.077	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3003 e R\$ 3,3978				
Posição ativa	Merrill Lynch	20/09/2017	03/12/2018 (5)	USD	-	-	975	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de USD de R\$ 3,3086				
Posição ativa	Bradesco	06/12/2017	01/03/2019 (5)	EUR	-	-	3.760	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 4,1050 e R\$ 4,2415				
Posição ativa	Votorantim	04/05/2018	03/12/2018 (5)	EUR	-	-	780	-
Posição passiva				Taxa <i>forward</i> de EUR de R\$ 4,3670				
OPÇÕES DE COMPRA								
ViaQuatro								
Posição ativa	Vários (14)	20/07/2009	15/08/2022 (4)	Strike Call de Libor de 4,5% a.a.	46	(127)	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/06/2018					21.605	23.909	22.295	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017					(11.519)	(75.023)	3.494	4.570
TOTAL DAS OPERAÇÕES					10.086	(51.114)	25.789	4.570

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.
- (2) Os contratos possuem vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.
- (3) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.
- (4) As opções de compra foram divididas em 54 tranches, sendo uma para cada vencimento de juros de cada tranche do contrato de financiamento do BID, com vencimentos semestrais entre agosto de 2009 e fevereiro de 2023.

Notas Explicativas

- (5) Refere-se a contratos que englobam várias *NDF's* com vencimentos e valores nominais distintos conforme indicado abaixo:

Empresas	Contraparte	Data de contratação	Vencimento	Nocional em US\$ mil	Taxa forward (R\$/US\$)
Metrô Bahia	Merrill Lynch	29/03/2018	01/08/2018	2.150	3,3346
Metrô Bahia	Merrill Lynch	04/05/2018	01/10/2018	2.241	3,5692
Metrô Bahia	Merrill Lynch	04/05/2018	01/11/2018	2.241	3,5770
Metrô Bahia	Bradesco	31/01/2018	02/07/2018	400	3,2370
Metrô Bahia	Bradesco	30/11/2017	01/08/2018	3.000	3,3683
Metrô Bahia	Bradesco	30/11/2017	03/09/2018	3.000	3,3807
Metrô Bahia	Bradesco	29/03/2018	03/09/2018	2.150	3,3445
ViaQuatro	Bradesco	03/03/2017	02/07/2018	2.000	3,4495
ViaQuatro	Bradesco	20/09/2017	03/09/2018	2.000	3,2771
ViaQuatro	Bradesco	28/02/2018	01/11/2018	3.000	3,3257
ViaQuatro	Votorantim	20/09/2017	01/11/2018	2.000	3,3003
ViaQuatro	Votorantim	06/12/2017	01/02/2019	4.400	3,3978
ViaQuatro	Merrill Lynch	20/09/2017	03/12/2018	2.000	3,3086

	Contraparte	Data de contratação	Vencimento	Nocional em EUR mil	Taxa forward (R\$/EUR)
Metrô Bahia	Merrill Lynch	31/08/2017	02/07/2018	2.015	3,9655
Metrô Bahia	Merrill Lynch	29/03/2018	01/08/2018	1.350	4,1403
Metrô Bahia	Merrill Lynch	29/03/2018	01/10/2018	2.476	4,1864
Metrô Bahia	Merrill Lynch	04/05/2018	01/11/2018	1.526	4,3380
Metrô Bahia	Merrill Lynch	29/06/2018	02/01/2019	2.450	4,6590
Metrô Bahia	Bradesco	29/03/2018	02/07/2018	510	4,1190
Metrô Bahia	Bradesco	29/03/2018	02/09/2018	200	4,1655
Metrô Bahia	Bradesco	29/06/2018	03/12/2018	2.450	4,6322
ViaQuatro	Bradesco	06/12/2017	02/01/2019	5.500	4,1050
ViaQuatro	Bradesco	28/02/2018	01/03/2019	3.000	4,2415
ViaQuatro	Votorantim	04/05/2018	03/12/2018	3.000	4,3670

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Riscos cambiais	(11.519)	(73.958)
Riscos de juros	21.605	22.844
Total	10.086	(51.114)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Notas Explicativas

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Metrô Bahia						
Compromissos em Dólar	Novembro de 2018	56.997	Aumento da cotação do USD	-	(20.624)	(34.873)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Novembro de 2018	(56.997)	Diminuição da cotação do USD	-	20.624	34.873
Compromissos em Euro	Janeiro de 2019	47.065	Aumento da cotação do Euro	-	(12.662)	(24.429)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Janeiro de 2019	(47.065)	Diminuição da cotação do Euro	-	12.662	24.429
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
ViaQuatro						
Compromissos em USD	Fevereiro de 2019	51.668	Aumento da cotação do USD	-	(19.885)	(32.802)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Fevereiro de 2019	(51.668)	Diminuição da cotação do USD	-	19.885	32.802
Compromissos em Euro	Março de 2019	51.787	Aumento da cotação do Euro	-	(16.331)	(29.277)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Março de 2019	(51.787)	Diminuição da cotação do Euro	-	16.331	29.277
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				-	-	-
Moedas em 29/06/2018:						
		Dólar (2)		3,8558	4,8198	5,7837
		Euro (2)		4,5032	5,6290	6,7548

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

(2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 29/06/2018, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Exposição em R\$ ⁽⁹⁾	Cenário provável	Cenário A 25%
Debêntures - 10ª Emissão	Aumento do CDI	Junho de 2020	CCR	300.794	(20.456)	(30.713)
Debêntures - 1ª Emissão - 1ª Série	Aumento do CDI	Novembro de 2020	CCR	474.101	(32.911)	(47.954)
Debêntures - 1ª Emissão - 2ª Série	Aumento do CDI	Novembro de 2022	CCR	669.275	(48.920)	(70.228)
Debêntures - 1ª Emissão - 3ª Série	Aumento do CDI	Novembro de 2024	CCR	393.763	(31.057)	(43.660)
Debêntures - 1ª Emissão - 4ª Série	Aumento do IPCA	Novembro de 2024	CCR	181.684	(19.355)	(23.583)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI ⁽⁸⁾		CCR	1.211.445	79.719	119.631
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁸⁾		CCR	181.188	11.968	17.960
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁸⁾		CCR	240.757	16.199	24.317
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁸⁾		CCR	127.065	8.419	12.635
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁸⁾		CCR	207.420	13.743	20.625
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI ⁽⁸⁾		CCR	2.083	135	203
Efeito líquido				(22.516)	(21.650)	(20.767)
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	AutoBAN	606.339	(16.350)	(20.167)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	AutoBAN	688.011	(69.188)	(85.110)
Debêntures - 8ª Emissão	Aumento do IPC-A	Julho de 2022	AutoBAN	775.978	(78.379)	(96.343)
Notas Promissórias - 5ª Emissão	Aumento do CDI	Outubro de 2020	AutoBAN	726.610	(49.058)	(61.348)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	AutoBAN	(606.339)	16.350	20.167
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	AutoBAN	(315.601)	31.738	39.041
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	AutoBAN	(157.073)	15.796	19.431
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	AutoBAN	519.934	(8.461)	(12.552)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	AutoBAN	253.157	(15.680)	(23.510)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	AutoBAN	131.693	(7.872)	(11.797)
Swap CDI x Prefixado (ponta ativa)	Diminuição do CDI	Outubro de 2018	AutoBAN	(519.934)	8.461	12.552
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Diminuição do CDI ⁽⁸⁾		AutoBAN	30	-	-
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI ⁽⁸⁾		AutoBAN	193.625	12.741	19.121
Efeito líquido				(159.902)	(186.358)	(212.815)
Debêntures - 5ª Emissão - 2ª Série	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	ViaOeste	190.323	(19.620)	(24.035)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	ViaOeste	285.426	(31.302)	(37.961)
Debêntures - 7ª Emissão	Aumento do CDI	Novembro de 2020	ViaOeste	331.815	(22.295)	(33.467)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	ViaOeste	(190.671)	19.656	24.079
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	ViaOeste	152.722	(9.634)	(14.449)
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Diminuição do CDI ⁽⁸⁾		ViaOeste	13	-	-
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI ⁽⁸⁾		ViaOeste	105.460	6.940	10.414
Efeito líquido				(56.255)	(65.835)	(75.419)

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Exposição em R\$ (9)	Cenário provável	Cenário A 25%
Hedge (opções) de taxa de juros (6)	Aumento do Libor de 6 meses (4)	Fevereiro de 2023	Via Quatro	93	-	-
Debêntures - 5º Emissão - 1ª Série	Aumento do CDI	Março de 2028	Via Quatro	714.976	(62.398)	(85.462)
Debêntures - 5º Emissão - 2ª Série	Aumento do IPCA	Março de 2028	Via Quatro	512.991	(60.401)	(72.457)
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	Diminuição do CDI (8)		Via Quatro	43.168	2.806	4.210
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (8)		Via Quatro	207.108	13.616	20.433
Efeito líquido				(106.377)	(119.828)	(133.276)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do CDI	Abril de 2024	Rodo Anel Oeste	810.450	(61.762)	(92.904)
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Diminuição do CDI (8)		Rodo Anel Oeste	11	-	-
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		Rodo Anel Oeste	4.924	324	486
Efeito líquido				(61.438)	(76.907)	(92.418)
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	Rodo Norte	164.436	(16.988)	(20.802)
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	Rodo Norte	105.801	(11.338)	(13.801)
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série	Aumento do CDI	Novembro de 2020	Rodo Norte	221.851	(14.942)	(22.431)
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	Aumento do IPC-A	Novembro de 2021	Rodo Norte	179.502	(16.305)	(20.423)
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Diminuição do CDI (8)		Rodo Norte	11	-	-
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		Rodo Norte	42.183	2.776	4.166
Efeito líquido				(56.797)	(65.042)	(73.291)
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Agosto de 2020	Nova Dutra	407.204	(45.096)	(54.607)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	Nova Dutra	(203.677)	22.556	27.313
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	Nova Dutra	174.475	(11.148)	(16.723)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	Nova Dutra	(203.419)	22.528	27.279
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	Nova Dutra	174.450	(11.022)	(16.530)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		Nova Dutra	51.756	3.406	5.111
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (8)		Nova Dutra	19.434	1.241	1.862
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Diminuição do CDI (8)		Nova Dutra	6.846	9	13
Efeito líquido				(17.526)	(21.904)	(26.282)

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$ (9)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do CDI	Maior de 2021	SPVias	979.131	(80.631)	(101.002)	(121.456)
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Abril de 2020	SPVias	227.380	(25.126)	(27.780)	(30.435)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Abril de 2020	SPVias	(227.380)	25.126	27.780	30.435
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2020	SPVias	194.855	(12.425)	(15.531)	(18.637)
BNDES	Aumento da TJLP	Julho de 2018	SPVias	586	(2)	(3)	(3)
BNDES	Aumento da TJLP	Janeiro de 2019	SPVias	16.957	(881)	(1.033)	(1.185)
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Diminuição do CDI (8)	8	SPVias	8	-	-	-
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		SPVias	26.064	1.715	2.144	2.574
Efeito líquido				(92.224)	(115.425)	(138.707)	
Debêntures - 2ª Emissão	Aumento do CDI	Outubro de 2019	Metró Bahia	508.880	(43.877)	(52.077)	(60.276)
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do CDI	Maior de 2020	Metró Bahia	126.072	(9.608)	(12.027)	(14.452)
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do CDI	Novembro de 2019	Metró Bahia	404.663	(31.916)	(38.393)	(44.869)
BNDES	Aumento da TJLP	Outubro de 2042	Metró Bahia	3.044.522	(311.812)	(363.977)	(416.153)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		Metró Bahia	57.409	3.778	4.723	5.669
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (8)		Metró Bahia	54.290	3.534	4.418	5.302
Efeito líquido				(389.901)	(457.333)	(524.779)	
Debêntures - 2ª Emissão	Aumento do IPC-A	Julho de 2020	ViaLagos	178.385	(21.499)	(23.601)	(25.702)
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do CDI	Julho de 2020	ViaLagos	41.631	(2.981)	(3.730)	(4.480)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		ViaLagos	23.728	1.561	1.952	2.343
Notas Promissórias - 10ª Emissão	Aumento do CDI	Abril de 2019	Samm	54.823	(3.111)	(3.886)	(4.659)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		Samm	15.709	1.034	1.292	1.551
BNDES	Aumento da TJLP	Março de 2039	MSVia	679.326	(60.302)	(71.940)	(83.580)
CEF (REPASSE BNDES)	Aumento da TJLP	Março de 2039	MSVia	53.809	(4.777)	(5.698)	(6.620)
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Aumento da TJLP	Março de 2039	MSVia	129.188	(11.468)	(13.681)	(15.894)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		MSVia	11	-	-	-
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		MSVia	12.042	792	991	1.189
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (8)		MSVia	5.191	348	435	523
Efeito líquido				(100.403)	(117.866)	(135.329)	

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$ (9)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	Aumento da TJLP	Novembro de 2018	BH Airport	420.925	(15.419)	(17.997)	(20.551)
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	Diminuição do CDI (8)		BH Airport	111.779	7.265	9.083	10.901
Loan Facility Agreement	Aumento da Libor de 6 meses (4)	Outubro de 2022	CCR España Empreendimentos	271.809	(17.227)	(18.951)	(20.674)
Loan Facility Agreement	Aumento da Libor de 3 meses (5)	Fevereiro de 2019	TAS	38.890	(1.147)	(1.291)	(1.436)
Loan Facility Agreement	Aumento da Prime Rate (7)	Janeiro de 2019	TAS	3.883	(116)	(146)	(175)
Loan Facility Agreement	Aumento da Libor de 3 meses (5)	Janeiro de 2019	TAS	3.101	(89)	(100)	(111)
Debêntures - 1ª Emissão	Aumento do CDI	Abril de 2021	Via Mobilidade	605.881	(49.377)	(59.098)	(68.818)
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (8)		Via Mobilidade	75.494	5.002	6.254	7.507
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Diminuição do CDI (8)		CIP	75	5	6	7
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		Barcas	4.210	277	346	416
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		CIUS	11.270	742	927	1.113
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		CPC	79.610	5.239	6.550	7.861
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		SPCP	5.900	388	485	583
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		Inovap5	560	37	46	55
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		ATP	2.091	138	172	206
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		Ponte	437	29	36	43
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (8)		CPA	1.132	67	84	101
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (8)		SPAC	123	8	10	12
Aplicação financeira (Itaú Soberano)	Diminuição do CDI (8)			(64.178)	(73.584)	(82.960)	
Total do efeito de ganho ou (perda)				(1.127.517)	(1.321.732)	(1.516.043)	
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos				(1.333.518)	(1.579.289)	(1.825.186)	
Efeito sobre as aplicações financeiras				206.001	257.557	309.143	
Total do efeito de ganho ou (perda)				(1.127.517)	(1.321.732)	(1.516.043)	
As taxas de juros consideradas foram (1):							
	CDI (2)			6,39%	7,99%	9,59%	
	IPC-A (3)			4,39%	5,49%	6,59%	
	LIBOR 6 meses (4)			2,5013%	3,1266%	3,7519%	
	LIBOR 3 meses (5)			2,3358%	2,9197%	3,5036%	
	TJLP (6)			6,75%	8,44%	10,13%	
	US Prime Rate (7)			5,00%	6,25%	7,50%	

Notas Explicativas

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (7) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/06/2018, divulgada pela B3/CETIP;
 (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
 (4) Refere-se às taxas Libor de 6 meses em 29/06/2018, divulgada pela Intercontinental Exchange (ICE);
 (5) Refere-se às taxas Libor de 3 meses em 29/06/2018, divulgada pela Intercontinental Exchange (ICE);
 (6) Refere-se à taxa de 29/06/2018, divulgada pelo BNDES;
 (7) Refere-se à US Prime Rate em 29/06/2018;
 (8) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e
 (9) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/06/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até fevereiro de 2018 para a ViaOeste e abril de 2018 para AutoBAn, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor Nominal		Valor Presente	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
AutoBAn	-	114.853	-	113.692
ViaOeste	-	11.774	-	11.703
	-	126.627	-	125.395

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga no início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 126.627, sendo R\$ 104.826 em caixa e R\$ 21.801 através de encontro de contas financeiro referente ao direito de outorga fixa (R\$ 204.387 no semestre findo em 30 de junho de 2017, sendo R\$ 163.263 em caixa e R\$ 41.124 através de encontro de contas financeiros).

A AutoBAn reteve 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

Notas Explicativas

Outorga variável - AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel Oeste e SPVias

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa 11c).

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 30.776 referente ao direito de outorga variável (R\$ 30.268 no semestre findo em 30 de junho de 2017).

Outorga variável - Curaçao Airport

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 16% sobre a receita aeronáutica e não aeronáutica.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 8.846 (R\$ 8.644 no semestre findo em 30 de junho de 2017).

Outorga variável - BH Airport

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da Concessionária, deduzida do percentual de 26,4165% sobre as receitas tarifárias, referente a incorporação do ATAERO às receitas reguladas, líquido de PIS e Cofins.

A contribuição variável é paga anualmente no mês de maio. Em 11 de maio de 2018, foi pago o montante de R\$ 11.263 (R\$ 10.653 no 1º semestre de 2017). Em 30 de junho de 2018, o montante provisionado é de R\$ 6.031.

b. Compromissos relativos às concessões

As concessionárias assumiram compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário de cada concessionária:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
AutoBAn	34.154	72.713
NovaDutra	254.554	305.522
RodoAnel Oeste	481.404	488.643
RodoNorte	660.199	858.976
SPVias	192.111	244.456
ViaLagos	47.156	47.561
ViaOeste	302.894	325.983
MSVia	4.316.758	4.410.718
BH Airport (a)	957.885	945.028
ViaQuatro	239.863	327.172
	<u>7.486.978</u>	<u>8.026.772</u>

Notas Explicativas

- (a) Os valores representam 100% da concessionária e referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pela Concessionária, sem considerar gatilhos para investimentos. Os valores estão atualizados pelo IPCA até a data da última atualização da tarifa.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

c. Outorga Variável

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Outorga variável	<u>11.052</u>	<u>17.067</u>

d. Contribuição fixa - BH Airport

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente (Contábil)</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente (Contábil)</u>
Circulante	79.941	77.501	78.551	77.440
Não circulante	<u>2.154.939</u>	<u>1.485.422</u>	<u>2.195.953</u>	<u>1.503.480</u>
	<u>2.234.880</u>	<u>1.562.923</u>	<u>2.274.504</u>	<u>1.580.920</u>
	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente (Contábil)</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente (Contábil)</u>
2018	-	-	78.551	77.440
2019	79.941	77.501	78.551	74.828
2020	79.941	74.941	78.551	72.323
2021 em diante (a)	<u>2.074.998</u>	<u>1.410.481</u>	<u>2.038.851</u>	<u>1.356.329</u>
	<u>2.234.880</u>	<u>1.562.923</u>	<u>2.274.504</u>	<u>1.580.920</u>

- (a) Contemplam as parcelas vencidas em maio de 2016 e 2017, pagas via depósito judicial em 09 de maio de 2016 e 12 de maio de 2017, respectivamente. Os depósitos foram efetuados em decorrência de pleitos de reequilíbrios contratuais em favor da concessionária.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão está sendo liquidado em 30 parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

Em 04 de maio de 2018, foi pago o montante de R\$ 76.325 referente a parcela fixa anual.

Notas Explicativas

23. Segmentos Operacionais

	Concessões rodoviárias	Concessões de transporte de passageiros	Concessões aeroportuárias	Concessão de transporte marítimo	Não alocados	Consolidado
Informações relativas a 01/04/2018 a 30/06/2018						
Receitas de pedágio	1.516.452	-	-	-	-	1.516.452
Receitas de construção (ICPC 01)	210.397	238.148	22.292	-	-	470.837
Receitas administrativas	1.099	657	-	-	-	1.756
Receita de serviços de fibra óptica	-	-	-	-	23.689	23.689
Receitas aeroportuárias	-	-	106.827	-	75.864	182.691
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	58.231	-	-	-	58.231
Receitas acessórias	25.077	11.771	-	1.717	153	38.718
Receitas aquaviárias	-	-	-	30.470	-	30.470
Receitas metroviárias	-	188.359	-	-	-	188.359
Receitas de serviços entre partes relacionadas	-	-	-	-	5.246	5.246
Receitas financeiras	73.200	27.605	12.402	1.736	44.521	159.464
Despesas financeiras	(207.468)	(82.226)	(64.446)	(709)	(44.596)	(399.445)
Depreciação e amortização	(273.074)	(26.741)	(17.239)	(6.496)	(26.446)	(349.996)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	366.365	43.465	(18.979)	(14.941)	(109.869)	266.041
Imposto de renda e contribuição social	(160.999)	(20.361)	17.734	1	15.250	(148.375)
Resultado de equivalência patrimonial	3.792	941	34.858	-	(243)	39.348
Informações relativas a 01/01/2018 a 30/06/2018						
Receitas de pedágio	3.160.000	-	-	-	-	3.160.000
Receitas de construção (ICPC 01)	395.116	493.606	41.100	-	-	929.822
Receitas administrativas	2.302	828	-	-	-	3.130
Receita de serviços de fibra óptica	-	-	-	-	47.142	47.142
Receitas aeroportuárias	-	-	206.180	-	133.438	339.618
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	119.012	-	-	-	119.012
Receitas acessórias	48.172	22.006	-	3.462	234	73.874
Receitas aquaviárias	-	-	-	60.291	-	60.291
Receitas metroviárias	-	351.833	-	-	-	351.833
Receitas de serviços entre partes relacionadas	-	-	-	-	9.070	9.070
Receitas financeiras	170.655	100.129	36.937	3.489	118.384	429.594
Despesas financeiras	(444.637)	(178.342)	(113.889)	(1.259)	(118.117)	(856.244)
Depreciação e amortização	(518.872)	(48.667)	(32.976)	(12.861)	(48.789)	(662.165)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	834.058	103.990	(4.734)	(26.055)	(196.724)	710.535
Imposto de renda e contribuição social	(377.308)	(49.926)	27.902	1	14.716	(384.615)
Resultado de equivalência patrimonial	14.503	(1.868)	63.282	-	(455)	75.462
Informações relativas a 01/04/2017 a 30/06/2017						
Receitas de pedágio	1.565.111	-	-	-	-	1.565.111
Receitas de construção (ICPC 01)	274.118	176.551	39.218	1	-	489.888
Receitas administrativas	1.349	6	-	-	-	1.355
Receita de serviços de fibra óptica	-	-	-	-	24.426	24.426
Receitas aeroportuárias	-	-	94.412	-	56.526	150.938
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	62.619	-	-	-	62.619
Receitas acessórias	20.815	8.362	-	1.692	45	30.914
Receitas aquaviárias	-	-	-	30.380	-	30.380
Receitas metroviárias	-	131.157	-	-	-	131.157
Receitas de serviços entre partes relacionadas	475	-	-	-	1.682	2.157
Receitas financeiras	47.981	21.701	25.889	1.695	88.703	185.969
Despesas financeiras	(268.354)	(60.619)	(34.938)	(8.084)	(85.067)	(457.062)
Depreciação e amortização	(229.723)	(12.862)	(14.042)	(6.265)	(27.478)	(290.370)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	372.682	43.033	11.315	(22.057)	260.724	665.697
Imposto de renda e contribuição social	(166.886)	(13.125)	(6.622)	1	(161.483)	(348.115)
Resultado de equivalência patrimonial	(743)	(497)	18.198	-	(351)	16.607
Informações relativas a 01/01/2017 a 30/06/2017						
Receitas de pedágio	3.124.555	-	-	-	-	3.124.555
Receitas de construção (ICPC 01)	516.724	589.081	96.560	1	-	1.202.366
Receitas administrativas	2.717	13	-	-	-	2.730
Receita de serviços de fibra óptica	-	-	-	-	46.748	46.748
Receitas aeroportuárias	-	-	186.346	-	105.497	291.843
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	119.972	-	-	-	119.972
Receitas acessórias	41.875	8.457	-	3.387	90	53.809
Receitas aquaviárias	-	-	-	60.510	-	60.510
Receitas metroviárias	-	143.624	-	-	-	143.624
Receitas de serviços entre partes relacionadas	792	-	-	-	8.527	9.319
Receitas financeiras	353.246	26.327	40.462	3.378	237.285	660.698
Despesas financeiras	(841.500)	(101.564)	(77.620)	(16.568)	(245.444)	(1.282.696)
Depreciação e amortização	(444.545)	(14.805)	(25.774)	(12.566)	(43.811)	(541.501)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	743.926	34.961	27.432	(41.503)	213.676	978.492
Imposto de renda e contribuição social	(331.802)	(6.079)	20.445	1	(131.868)	(449.303)
Resultado de equivalência patrimonial	2.886	25.364	42.848	-	(380)	70.718

Notas Explicativas

	Informações relativas a 30 de junho 2018					
Ativos dos segmentos divulgáveis	14.098.797	7.411.407	4.016.934	268.474	4.521.263	30.316.875
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	199.507	51.212	961.864	-	(2.234)	1.210.349
CAPEX	473.705	866.462	48.866	66	88.788	1.477.887
Passivos dos segmentos divulgáveis	(9.432.717)	(6.332.020)	(2.500.889)	(137.598)	(2.547.990)	(20.951.214)
	Informações relativas a 31 de dezembro 2017					
Ativos dos segmentos divulgáveis	14.398.227	6.243.076	3.780.304	277.679	5.912.922	30.612.208
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	227.395	52.716	776.560	-	(1.650)	1.055.021
CAPEX	1.047.958	592.715	155.308	91	169.246	1.965.318
Passivos dos segmentos divulgáveis	(10.328.440)	(5.217.190)	(2.473.222)	(132.835)	(3.968.074)	(22.119.761)

24. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a.* Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Tributos a recuperar	18.880	-
Outras contas a pagar	65.247	62.299
Fornecedores - partes relacionadas	(95)	8.299
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	84.032	70.598
Adições do ativo imobilizado	(65.247)	(62.299)
Adições ao ativo intangível	95	(8.299)
Outros de ativo imobilizado e intangível	(18.880)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(84.032)	(70.598)

- b.* A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Notas Explicativas

c. Reconciliação das atividades de financiamento

Controladora

	Empréstimos e Financiamento	Debêntures	Dividendos a pagar	Operações com derivativos	Aplicações financeira - conta reserva	Capital social	Total
Saldo Inicial	(405.771)	(2.511.715)	(300.158)	20.536	20.112	(6.023.198)	(9.200.194)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento							
Integralização de capital	-	-	-	-	-	256	256
Pagamentos de principal e juros	390.166	577.390	400.010	(10.564)	-	-	1.357.002
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	-	-	-	(18.029)	-	(18.029)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	390.166	577.390	400.010	(10.564)	(18.029)	256	1.339.229
Outras variações							
Despesas com juros, variação monetária e cambial	9.463	(77.295)	-	-	-	-	(67.832)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	6.142	-	-	(9.972)	-	-	(3.830)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(100.177)	-	-	-	(100.177)
Total das outras variações	15.605	(77.295)	(100.177)	(9.972)	-	-	(171.839)
Saldo Final	-	(2.011.620)	(325)	-	2.083	(6.022.942)	(8.032.804)

Notas Explicativas

Consolidado

	Emprestimos e Financiamento	De bêtures	Mútuo com partes relacionadas	Dividendos a pagar	Participação dos acionistas não controladores	Operações com derivativos	Aplicações financeira - conta reserva	Capital social	Total
Saldo Inicial	(5.520.579)	(11.384.668)	(3.342)	(313.220)	(332.763)	284.102	20.170	(6.023.198)	(23.273.498)
Varições dos fluxos de caixa de financiamento									
Captações (líquidas dos custos de transação)	(211.308)	(2.868.054)	(1.170)	-	-	-	-	-	(3.080.532)
Pagamentos de principal e juros	1.268.941	2.878.585	-	-	-	-	-	-	4.147.526
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	-	53.302	-	-	53.302
Dividendos pagos	-	-	-	413.072	36.288	-	-	-	449.360
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	256	256
Participação dos acionistas controladores	-	-	-	-	(101.537)	-	-	-	(101.537)
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	-	-	-	-	-	(18.087)	-	(18.087)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	1.057.633	10.531	(1.170)	413.072	(65.249)	53.302	(18,087)	256	1.450,288
Outras variações									
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(227.841)	(486.020)	(3.351)	-	-	9.317	-	-	(707.895)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	9.085	13.755	-	-	-	26.558	-	-	49.398
Outras variações que não afetam caixa	(54.092)	-	3.241	(100.177)	13.913	5.182	-	-	(131.933)
Total das outras variações	(272.848)	(472.265)	(110)	(100.177)	13.913	41.057	-	-	(790.430)
Saldo Final	(4.735.794)	(11.846.402)	(4.622)	(325)	(384.099)	378.461	2.083	(6.022.942)	(22.613.640)

Notas Explicativas

25. Impostos parcelados

	31/12/2017		30/06/2018			
	Saldo Inicial	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Transferência	Saldo final
Circulante						
CCR	17.509	557	-	-	-	18.066
SPVias (a)	123.950	-	3.144	-	-	127.094
Barcas	172	-	3	(88)	88	175
Samm	11	-	-	(5)	5	11
	<u>141.642</u>	<u>557</u>	<u>3.147</u>	<u>(93)</u>	<u>93</u>	<u>145.346</u>
Não circulante						
Barcas	1.016	-	17	-	(88)	945
Samm	91	-	-	-	(5)	86
	<u>1.107</u>	<u>-</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>(93)</u>	<u>1.031</u>

- (a) Em 10 de novembro de 2017, a SPVias aderiu ao PERT, incluindo neste programa as diferenças de IRPJ e de CSLL relativas à amortização de ágio nos anos-calendário 2012 e 2013. Tais diferenças decorrem da adição à base de cálculo das despesas incorridas no valor total de R\$ 147.561. O débito foi posteriormente formalizado por meio de lançamento tributário, com o acréscimo de juros e multas, mas o valor final a ser consolidado ainda depende de apuração final a ser efetivada pela Receita Federal em procedimento próprio. No ano-calendário 2017, foram efetivados desembolsos no valor total de R\$ 23.611. O saldo deverá ser liquidado mediante a utilização de créditos fiscais de partes relacionadas, conforme cronograma de consolidação a ser estabelecido pela Receita Federal.

26. Eventos subsequentes

ViaMobilidade

Em 04 de agosto de 2018, a ViaMobilidade assumiu integralmente a operação da linha 5 Lilás.

Aquisição de participação – Aeris e IBSA

Em 02 de agosto de 2018, foi divulgado fato relevante informando ao mercado que na mesma data, a controlada indireta CCR España Concesiones assinou, mediante interveniência-anuência da CCR, Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição adicional indireta de participação nas empresas Aeris Holding Costa Rica S.A. (Aeris) e Inversiones Bancnat S.A. (IBSA). Após o cumprimento das condições precedentes do contato, a CCR deterá, indiretamente, por meio de suas controladas, 97,15% de participação acionária na Aeris e 99,64% de participação na IBSA. O fato relevante acima mencionado foi divulgado em continuação a outro, de 05 de junho de 2018, onde foi comunicado que o valor da operação é de USD 60.000 mil acrescido de juros de 10% ao ano, incidindo a partir de 31 de dezembro de 2017, até a data da conclusão financeira.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da

CCR S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CCR S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Processo interno de investigação

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às informações trimestrais, que descreve que a Companhia, e determinadas companhias integrantes do Grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Conforme mencionado na referida nota, foi criado um Comitê Independente que, em conjunto com seus assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, iniciaram investigação para apuração dos fatos noticiados. A Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações trimestrais individuais e consolidadas e concluiu que, se houver, não seriam materiais às mesmas. Todavia, as investigações ainda estão em andamento e portanto, não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia, bem como se haverá qualquer efeito da Lei 12.846/2013 em decorrência desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2018.

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 11:00 horas do dia 08 de agosto de 2018, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 5º andar, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. PRESENÇA: Presente a totalidade dos membros efetivos do Conselho Fiscal.

3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Maria Cecília Rossi e o Sr. Carl Douglas Gennaro Oliveira, como secretário.

4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a análise das Informações Trimestrais ("ITR") da Companhia, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

5. DELIBERAÇÕES: Os membros efetivos, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, examinaram as Informações Trimestrais da Companhia, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2018 e, com base nos exames efetuados, considerando ainda as informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes, sobre a revisão dessas Informações Trimestrais da Companhia, bem como respectivos documentos complementares apresentados nesta Reunião e arquivados na sede da Companhia, manifestaram-se favoravelmente às referidas Informações Trimestrais. Além disso, os membros do Conselho Fiscal receberam informações dos auditores independentes acerca do andamento dos trabalhos descritos na nota explicativa de contexto operacional das Informações Trimestrais acima referidas.

6. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi interrompida pelo tempo necessário à lavratura desta ata. A reunião foi então reiniciada, a ata lida, achada em ordem, aprovada e assinada por todos os presentes.

São Paulo, 08 de agosto de 2018.

Maria Cecília Rossi

Presidente da Mesa

Carl Douglas Gennaro Oliveira

Secretário

Conselheiros:

Bruno Gonçalves Siqueira

Piedade Mota da Fonseca

Maria Cecília Rossi

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

Leonardo Couto Vianna

Diretor Presidente

Italo Roppa

Diretor Vice-Presidente de Negócios

José Braz Cioffi

Diretor Vice-Presidente de Negócios

Ricardo Antônio Mello Castanheira

Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

Antônio Linhares da Cunha

Diretor de Desenvolvimento Empresarial

Arthur Piotto Filho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Francisco de Assis Nunes Bulhões

Diretor de Comunicação e Sustentabilidade

Marcus Rodrigo de Senna

Diretor Jurídico

Paulo Cesar de Souza Rangel

Diretor de Negócios

Paulo Yukio Fukuzaki

Diretor de Planejamento, Controle e Riscos Corporativos

Ricardo Bisordi de Oliveira Lima

Diretor de Negócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 09 de agosto de 2018.

Leonardo Couto Vianna

Diretor Presidente

Italo Roppa

Diretor Vice-Presidente de Negócios

José Braz Cioffi

Diretor Vice-Presidente de Negócios

Ricardo Antônio Mello Castanheira

Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais

Antônio Linhares da Cunha

Diretor de Desenvolvimento Empresarial

Arthur Piotto Filho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Francisco de Assis Nunes Bulhões

Diretor de Comunicação e Sustentabilidade

Marcus Rodrigo de Senna

Diretor Jurídico

Paulo Cesar de Souza Rangel

Diretor de Negócios

Paulo Yukio Fukuzaki

Diretor de Planejamento, Controle e Riscos Corporativos

Ricardo Bisordi de Oliveira Lima

Diretor de Negócios